

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES – UCAM
CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DA
CIDADE

Richard Frederico Henriques de Castro

O NOVO PERFIL DO EMPREGO EM SÃO JOÃO DA BARRA/RJ, SOB
A INFLUÊNCIA DO COMPLEXO PORTUÁRIO DO AÇU

CAMPOS DOS GOYTACAZES
Setembro de 2019

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES – UCAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO
DE CIDADES
CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DA
CIDADE

Richard Frederico Henriques de Castro

O NOVO PERFIL DO EMPREGO EM SÃO JOÃO DA BARRA/RJ, SOB
A INFLUÊNCIA DO COMPLEXO PORTUÁRIO DO AÇU

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes-RJ, para obtenção do grau de MESTRE EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DA CIDADE.

Orientadora: Prof.^a Rosélia Perissé da Silva Piquet, DSc.

CAMPOS DOS GOYTACAZES
Setembro de 2019

Catálogo na Fonte

Preparada pela Biblioteca da **UCAM – CAMPOS** 006/2020

Castro, Richard Frederico Henriques de.

O novo perfil do emprego em São João da Barra/RJ, sob a influência do complexo Portuário do Açú. / Richard Frederico Henriques de Castro – 2019. 112 f.

Orientadora: Rosélia Perissé da Silva Piquet.

Dissertação de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade – Universidade Candido Mendes – Campos. Campos dos Goytacazes, RJ, 2019.

Referências: f. 106-108

1. Mercado de trabalho. 2. Porto do Açú. 3. São João da Barra - Município. I. Universidade Candido Mendes – Campos. II. Título.

CDU – 331.5:656.615(815.3)

Bibliotecária Responsável: Flávia Mastrogirólamo CRB 7ª-6723

RICHARD FREDERICO HENRIQUES DE CASTRO

O NOVO PERFIL DO EMPREGO EM SÃO JOÃO DA BARRA/RJ, SOB
A INFLUÊNCIA DO COMPLEXO PORTUÁRIO DO AÇU

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Planejamento Regional e Gestão da Cidade da
Universidade Candido Mendes – Campos dos
Goytacazes-RJ, para obtenção do grau de MESTRE EM
PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES.

Aprovada em 25 de setembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Rosélia Perissé da Silva Piquet, DSc. - Orientadora
Universidade Candido Mendes

Prof. José Luis Vianna da Cruz, DSc.
Universidade Candido Mendes

Prof. Alcimar das Chagas Ribeiro, DSc.
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Maria das Neves e Evaldo (*in memoriam*), pela dedicação, confiança, e apoio em todas as etapas da minha vida.

A Taís, minha esposa e grande incentivadora neste projeto e em tantos outros nos últimos 24 anos.

Aos meus filhos, Vitor, Rafael e Lívia, fontes constantes de revitalização de significados e propósitos.

AGRADECIMENTOS

À orientadora Rosélia Piquet, pelo profissionalismo, entusiasmo e incentivo constante, imprescindíveis para a concretização deste trabalho.

Ao professor José Luis Vianna da Cruz, pelos apontamentos feitos no exame de qualificação e pelos sólidos conhecimentos transmitidos ao longo do curso.

À minha família e aos amigos, que me apoiaram nesta intensa aventura.

À Universidade Candido Mendes e aos professores e funcionários do Programa de Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, em especial ao professor Valdir Júnior, sempre presente com significativos acolhimentos e orientações.

Aos queridos colegas da turma de 2017, do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, pela prazerosa e produtiva convivência.

RESUMO

O NOVO PERFIL DO EMPREGO EM SÃO JOÃO DA BARRA/RJ, SOB A INFLUÊNCIA DO COMPLEXO PORTUÁRIO DO AÇU

O anúncio da implantação de um porto no município de São João da Barra (SJB), na Região Norte Fluminense (NF), em 2006, gerou grande expectativa em torno do empreendimento, relacionando-o ao desenvolvimento e crescimento econômico da região. Este trabalho analisa como a implantação do Complexo Portuário do Açú (CPA), caracterizado como um Grande Projeto de Investimento (GPI), tem influenciado na transformação do mercado de trabalho formal no município de SJB. A análise baseia-se em: (i) Pesquisa sobre os dados que suportem a quantificação da evolução do emprego no município de SJB; (ii) Estabelecimento das transformações ocorridas no mercado de trabalho de SJB entre os anos de 2006 e 2017; (iii) Identificação das mudanças ocorridas nos perfis do empregador e empregado deste município. As análises são baseadas em pesquisas bibliográficas, documental, por meio de levantamentos de dados secundários obtidos nos registros administrativos da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, e dados demográficos (IBGE). O recorte temporal adotado é o período de 2006, último ano antes do início da implantação do CPA, e 2017, ano que marca um período de dez anos após o início das obras. Os resultados mostram que a implantação do CPA provocou alterações significativas na estrutura do mercado de trabalho formal, modificando os perfis do emprego, do empregador e do empregado no município estudado. Espera-se que este trabalho sirva de referência para futuros estudos sobre as transformações ocorridas no emprego e na renda dos municípios da Região NF.

PALAVRAS-CHAVE: Emprego. Grandes Projetos de Investimento. Porto do Açú.
São João da Barra. Desenvolvimento.

ABSTRACT

THE NEW PROFILE OF EMPLOYMENT IN SAO JOÃO DA BARRA / RJ, UNDER THE INFLUENCE OF THE AÇU PORT COMPLEX

The announcement of the implementation of a port in the municipality of São João da Barra (SJB), in the northern region of Rio de Janeiro (NF), in 2006, generated great expectation around the enterprise, relating it to the development and economic growth of the region. This paper analyzes how the implementation of Açú Port Complex (APC), featured as a Large Investment Project (LIP), it has influenced the transformation of the formal labor market in the municipality of SJB. This analysis is based on: (i) Research on data supporting the quantification of employment developments in the municipality of SJB; (ii) Establishment of changes in the SJB labor market between 2006 and 2017; (iii) Identification of changes in the employer and employee profiles of this municipality. The analyzes are based on bibliographical and documentary research, through secondary data surveys obtained from the administrative records of the Annual Report of Social Information - ARSI, and demographic data (IBGE). The period adopted is the period of 2006, the last year before the implementation of the APC, and 2017, the year that marks a period of ten years after the beginning of the works. The results show that the implementation of APC caused significant changes in the structure of the formal labor market, modifying the employment, employer and employee profiles in the municipality studied. It is expected that this work will serve as a reference for future studies on changes in employment and income of municipalities in the NF Region.

KEYWORDS: Employment. Large Investment Projects. Açú Port. São Joao da Barra. Development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1. Distribuição da população por Distrito – Censo 2010	26
Figura 1. Mapa do Estado do Rio de Janeiro	27
Figura 2. Fotografia da Companhia Açucareira Usina Barcellos em 1910	30
Figura 3. Fotografia da primeira Fachada da Fábrica Thoquino em 1910.....	30
Figura 4. Fotografia da fachada atual da Fábrica Thoquino	31
Figura 5. Fotografia da vista aérea da Fábrica Thoquino	31
Figura 6. Fotografia da TECEX Fiação e Tecelagem de SJB	32
Gráfico 2. IDHM - Município de São João da Barra – anos 1991, 2000 e 2010	35
Gráfico 3. Receita orçamentária e Royalties + Part. Especiais - SJB.....	37
Figura 7. Fotografia da orla de São João da Barra	38
Gráfico 4. Participação do Subsetor Econ. Adm. Pública no Estoque Total de Empregos.....	58
Gráfico 5. Evolução do Estoque de Empregos Formais no Subsetor Econ. Construção Civil	61
Figura 8. Agrupamento de Faixas Salariais em Salário Mínimo	62
Figura 9. Mapa de acesso ao Porto do Açú	68
Figura 10. Mapa de localização do Porto do Açú em relação a Bacia de Campos ...	69
Figura 11. Mapa do Complexo Portuário do Açú.....	71
Gráfico 6. Distribuição dos Empregados Formais por Faixa Etária – SJB.....	88
Gráfico 7. Distribuição dos Empregados Formais por Gêneros – SJB.....	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Ranking dos 10 primeiros municípios do ERJ em PIB per capita – 2016..	33
Tabela 2. PIB e PIB per capita dos municípios do Norte Fluminense – 2016	34
Tabela 3. IDHM – Municípios do Norte Fluminense – anos 1991, 2000 e 2010.....	36
Tabela 4. Estoque de Empregados Formais - NF, ERJ e Brasil.....	42
Tabela 5. Participação dos municípios do NF no estoque empregos formais	43
Tabela 6. Empregados Formais (Setor Econômico - IBGE) - São João da Barra.....	45
Tabela 7. Empregados Formais - Subsetor Econômico IBGE - São João da Barra..	47
Tabela 8. Estoque de Empregados Formais - Subsetor Econ. Indústria Química.....	48
Tabela 9. Estoque de Empregos Formais - Subsetor Econ. Extrativa Mineral	50
Tabela 10. Estoque de Emp. Formais - Subsetor Econ. Transporte e Comunicações	52
Tabela 11. Estoque de Emp. Formais - Subsetor Econ. Adm. Técnica Profissional ..	53
Tabela 12. Estoque de Emp. Formais - Subsetor Econ. Alojamento e Comunicação	55
Tabela 13. Estoque de Emp. Formais - Subsetor Econômico Comércio Varejista.....	55
Tabela 14. Estoque de Emp. Formais - Subsetor Econ. Administração Pública	57
Tabela 15. Estoque de Emp. Formais - Subsetor Econômico Construção Civil	60
Tabela 16. Renda Média dos Empregados Formais em Salário Mínimo – SJB	63
Tabela 17. Particip. por Faixa de Renda Média em Salário Mínimo – SJB/NF/ERJ..	64
Tabela 18. Distribuição dos Empregados Formais por Faixa Etária – SJB/NF/ERJ..	89
Tabela 19. Distribuição dos Empregados Formais por Gêneros – SJB, NF e ERJ ...	90
Tabela 20. Grau de Escolaridade dos Empregados Formais – São João da Barra ..	92
Tabela 21. Distribuição dos Trabalhadores Formais de SJB por Nacionalidade	92
Tabela 22. Perfil Predominante do Trabalhador Formal de SJB – 2006 e 2017	93
Tabela 23. Perfil Predominante dos Trabalhadores Formais de SJB e Santos 2017	95

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLOGIA DE ANÁLISE.....	13
2.1 Contextualização	13
2.2 Hipótese e objetivo	22
2.3 Metodologia.....	23
2.4 Estruturação do trabalho	23
3 O MERCADO DE TRABALHO FORMAL EM SÃO JOÃO DA BARRA.....	24
3.1 Município de São João da Barra: aspectos gerais	25
3.1.1 Características geográficas	25
3.1.2 Aspectos da história econômica	28
3.1.3 Produto Interno Bruto – PIB	32
3.1.4 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM.....	34
3.1.5 Receita Orçamentária e Royalties	36
3.1.6 São João da Barra e o fenômeno da sazonalidade.....	38
3.2 Análise da evolução do estoque de empregos formais.....	39
3.2.1 Análise do emprego formal por Setor Econômico – IBGE.....	43
3.2.2 Análise do emprego formal por Subsetor Econômico – IBGE	45
3.3 Comportamento da renda média.....	61
4 O NOVO EMPREGADOR DE SÃO JOÃO DA BARRA	65
4.1 O Complexo Portuário do Açú: uma síntese	66
4.1.1 Histórico da implantação	66
4.1.2 O Porto do Açú hoje	67
4.1.3 Perspectiva futura.....	72
4.2 Porto do Açú e as novas empresas no seu entorno	74
4.2.1 Indústrias Extrativas (Seção B)	75
4.2.2 Indústrias de Transformação (Seção C)	77
4.2.3 Transporte, Armazenagem e Correio (Seção H)	80
4.2.4 Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas (Seção M)	84
5 O PERFIL DO NOVO EMPREGADO FORMAL DE SÃO JOÃO DA BARRA	87
5.1 Empregados por faixa etária	87
5.2 Distribuição por gêneros	89
5.3 Perfil de escolarização.....	91
5.4 Distribuição por nacionalidade	92
5.5 Perfil predominante.....	93
6 UMA AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS	96
7 CONCLUSÕES	104
REFERÊNCIAS.....	106
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	109
ANEXO A.....	111

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação é analisar como a implantação do Complexo Portuário do Açú tem influenciado na transformação do mercado de trabalho formal no município de São João da Barra.

O anúncio da implantação de um porto, com previsão de instalação de siderúrgicas, cimenteiras, indústrias automotivas, termelétricas, estaleiro, indústrias de apoio *offshore* e unidade de tratamento e armazenamento de petróleo, no município de São João da Barra, na região norte do Estado do Rio de Janeiro, em dezembro de 2006, gerou grande expectativa em torno do empreendimento, quanto ao desenvolvimento e crescimento econômico local.

O Complexo Portuário do Açú, pelas suas dimensões, pode ser caracterizado como um Grande Projeto de Investimento (GPI). Os GPIs tiveram o seu auge no Brasil na década de 1970, através de volumosos investimentos viabilizados pelo governo federal na formação da infraestrutura de transporte, comunicação e indústria básica. Trata-se da implantação de grandes empreendimentos que nascem de decisões tomadas na esfera nacional e/ou internacional, desvinculados da realidade socioeconômica do local de sua implantação, que desencadeiam diversas alterações econômicas, políticas e sociais.

Ao se instalar um GPI em um município de pequeno porte, como São João da Barra, com população inferior a 30.000 habitantes, onde, no ano de 2006, ano que antecede o início das obras de implantação do Complexo Portuário do Açú, apenas 8,6% dos trabalhadores formais completaram o ensino superior e 85% deles obtinham renda mensal de até três salários mínimos, seria possível afirmar, com base na literatura sobre o tema, que seus impactos não seriam poucos. Diante disso, torna-se relevante analisar as alterações provocadas pela presença deste grande empreendimento, mais especificamente no mercado de trabalho formal, com a devida identificação das modificações nos perfis do emprego, do empregador e do empregado, desse município.

Para entender o fenômeno que está ocorrendo em São João da Barra, será feito um levantamento da literatura que versa sobre os impactos dos GPIs no local de sua implantação, para em seguida fixar o enfoque da análise nas alterações ocorridas no mercado de trabalho formal de São João da Barra, nos últimos dez

anos. Esta análise se dará em três dimensões: a do emprego, a do empregador e a do empregado.

Para identificar as transformações ocorridas no mercado de trabalho, a análise será baseada, principalmente, em dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS¹ sobre o emprego formal, considerando um recorte temporal que compreende o ano de 2006, último ano antes do início da implantação do CPA, e 2017, último ano para o qual se dispõe de dados, que marca um período de dez anos de obras e operação do Complexo Portuário do Açu.

Ao tratar do perfil do emprego, a análise será baseada na comparação do perfil quantitativo e qualitativo existente no município antes do início das obras do porto, ano de 2006, comparando com o perfil do emprego encontrado em 2017. Na dimensão quantitativa, a análise se dará através da comparação da evolução do estoque de empregos formais em São João da Barra com o Norte Fluminense e seus municípios, e ainda com o ocorrido no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil. Além disso, os dados serão analisados também por setor e subsetor econômico, de acordo com a classificação do IBGE². Na dimensão qualitativa, será analisada a evolução da renda média do trabalhador formal de São João da Barra.

Em relação ao perfil do empregador, será apresentada uma breve síntese sobre a implantação do Complexo Portuário do Açu; seguida da apresentação das principais empresas que se instalaram no complexo portuário, com o objetivo de identificar a relação de cada uma delas com os setores econômicos que mais se destacaram em termos de criação de novos postos de trabalho no período estudado.

Por fim, será analisada a mudança no perfil do empregado do município de São João da Barra, tendo como base quatro aspectos: faixa etária, gênero, escolaridade e nacionalidade. O objetivo é identificar o perfil predominante do trabalhador atual, e as mudanças ocorridas comparando com o perfil predominante em 2006.

Considera-se que estas informações serão úteis e poderão servir de referência para auxiliar em futuros estudos sobre as transformações ocorridas no emprego e na renda, influenciadas pela presença de um grande empreendimento, o

¹ Relação Anual de Informações Sociais - RAIS. Instituída pelo Decreto nº 76.900, de 23/12/75. Disponível em: <http://www.rais.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2019.

² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2019.

Complexo Portuário do Açu, e seus impactos econômicos e sociais, nos municípios da Região Norte Fluminense.

2 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLOGIA DE ANÁLISE

2.1 Contextualização

Os Grandes Projetos de Investimento (GPIs) tiveram o seu auge no Brasil na década de 1970, mais especificamente na segunda metade desta década, quando assumiu a presidência do país o General Ernesto Geisel. Com o objetivo de conter a perda do dinamismo que a economia brasileira enfrentava no ano de 1974, o novo governo colocou em marcha o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), lançando o “Projeto Brasil: Grande Potência no Final do Século”. Esse plano buscava, entre outros objetivos, “corrigir o desbalanceamento da matriz industrial brasileira”, e, como consequência, a elevação da capacidade produtiva do país. Com uma pauta baseada em grandes projetos diretamente formulados e implantados pelo setor público, o II PND concentrou volumosos investimentos nos setores de hidroeletricidade, metais não-ferrosos, produtos químicos, papel e celulose, siderurgia, petróleo e comunicação (PIQUET, 2007, p. 56).

As décadas de 1980 e 1990, contrariamente, foram marcadas pelo endividamento do Estado, estagnação da economia, aceleração do processo inflacionário e liberalização do comércio exterior, o que causou sérios danos à indústria brasileira. Os governos ocuparam-se, prioritariamente, com o enfrentamento da dívida externa e controle das taxas inflacionárias, e colocaram em segundo plano as discussões sobre crescimento de longo prazo, resultando na queda dos investimentos. O novo quadro econômico, político e institucional, que se formou no país, influenciado pelo ideário neoliberal, inaugurou uma nova fase, que teve como prioridade a desestatização.

Somente a partir dos anos 2000 a retomada dos investimentos voltou a fazer parte do debate econômico como tema relevante. Desta feita, além dos investimentos nos setores de petróleo e gás, siderurgia, celulose, energia elétrica, telecomunicações, portos e ferrovias, os investimentos também foram alocados na construção residencial, inclusive habitação popular, e na oferta de infraestrutura urbana e de saneamento para suprir carências geradas em gestões anteriores (PIQUET, 2007, p. 120)

Os GPIs são resultados de decisões tomadas na esfera nacional e/ou internacional, com metas setoriais de abrangência nacional, que significaram a

elevação do país a um novo patamar de produção interna. Surgem desvinculados das condições socioeconômicas das regiões em que são implantados, no entanto, são percebidos como o caminho eficaz para “garantir a difusão do progresso técnico e a superação das desigualdades regionais” (PIQUET, 2007, p. 18).

Para Vainer e Araújo (1992, p. 33), “[...] às regiões de implantação, de modo geral, tem restado a desestruturação das atividades econômicas preexistentes, o crescimento desordenado da população, desemprego, favelização, marginalização social, e, quase sempre, degradação ambiental”.

Vainer e Araújo (1992, p. 35) citam ainda que “esses enclaves são implantados na região, não nascem de seu processo de desenvolvimento, não expressam as forças – sociais, políticas, econômicas – endógenas”.

De acordo com Bortoleto (2001, p. 55):

Os megaprojetos são apresentados à sociedade como essenciais ao desenvolvimento da nação. Mas esse desenvolvimento fica em grande parte restrito ao centro hegemônico da economia nacional, não chegando a atingir as regiões receptoras e, consequentemente, não vindo a amenizar os impactos causados com a implantação desses empreendimentos.

Por sua vez, Souza e Silva (2010, p. 219), afirmam que:

Os grandes empreendimentos, por sua vez, são de muita importância para o desenvolvimento econômico, local, regional e nacional. [...] Porém, é inegável que eles, uma vez que ocupam extensas áreas, afetam de diversas formas o meio no qual se inserem, com impactos de cunho social, ambiental, político e, principalmente, econômico.

De acordo com Piquet (2007, p. 19), nos estudos sobre os impactos regionais e territoriais que os GPIs desencadeiam, prevalecem as “análises que buscam contrapor as experiências concretas aos objetivos proclamados nos projetos básicos que lhes deram origem”. De modo geral, o resultado dessas análises tem sido desfavorável às regiões e às populações locais. Os processos de mudanças provocados pelos empreendimentos podem ser significativamente diferentes, de acordo com a atividade desenvolvida e o grau de consolidação da região em que está implantado (zona fronteira ou zona consolidada). Mas alguns traços são comuns e serão comentados na sequência.

Sobre os impactos na Estrutura Populacional, o anúncio de implantação de grandes empreendimentos produz, de forma imediata, enorme expectativa sobre a

criação de vagas de emprego, necessárias para a formação da força de trabalho que será utilizada durante as fases de sua instalação e operação; e isso acontece, de forma ainda mais intensa, em países com quadros históricos de desemprego e subemprego, como é o caso do Brasil.

De acordo com Piquet (2007, p. 19), o anúncio de uma grande obra provoca importantes movimentos populacionais em sua direção. Mas como a criação dos postos de trabalho durante a fase de construção do novo empreendimento é sempre inferior à oferta de mão de obra que chega em busca de ocupação, “o local do empreendimento passa a caracterizar-se por uma estrutura demográfica atípica, com elevado coeficiente de homens jovens”. Com o fim das obras vem o fechamento de um grande volume de postos de trabalho e novos problemas aparecem, neste momento, caracterizados pela distinção entre os segmentos de mão de obra; os profissionais mais qualificados deslocam-se mais rapidamente em busca de novos empregos, enquanto os profissionais de menor qualificação “permanecem no local, em espaços urbanos não-equipados, configurando os quadros de pobreza local, largamente relatados nos estudos de caso”. Esse movimento propicia o surgimento de processos sociais como favelização, prostituição e criminalidade, que muitas vezes não existiam na região.

Sobre as mudanças na organização da Estrutura do Território, Piquet (2007, p. 20) assinala que a chegada de um grande empreendimento produz intensas transformações, “acarretando o aumento das desigualdades entre campo e cidade, mudanças na hierarquia urbana regional e no plano intraurbano”. Na nova estrutura de território surgem áreas residenciais e de consumo de alto padrão, ao mesmo tempo que se expandem bolsões de pobreza, caracterizando o “descompasso entre os espaços dos trabalhadores inseridos no empreendimento – o que lhes garante emprego assalariado, renda acima da média, equipamentos e serviços urbanos de qualidade – e os espaços das populações que nele não conseguem ocupação”. A criação de vilas residenciais foi uma prática frequente das empresas, que buscavam oferecer equipamentos urbanos e culturais exclusivos para seus funcionários mais qualificados. Esta prática amplia o descompasso antes citado. Para a população não inserida no empreendimento, resta a “ocupação não planejada das beiras de estradas, rios, canais e encostas de morros, constituindo um espaço periurbano desprovido de equipamentos de uso coletivo e dos mais elementares serviços”. Ainda nessa questão das modificações territoriais (PIQUET, 2007, p. 21), é flagrante

o despreparo das administrações públicas locais. Vistos como capazes de desencadear o desenvolvimento regional, esses empreendimentos tornam-se objeto de disputa entre regiões e municípios. Desta forma, em geral, o que acontece são as concessões oferecidas pelo poder público ao invés do estabelecimento de parâmetros quanto ao seu funcionamento. As concessões, que muitas vezes se apresentam como benefícios fiscais, enfraquecem ainda mais os cofres municipais, desenvolvendo um cenário de “sobrecarga no uso dos equipamentos coletivos em lugar de sua ampliação e modernização, decorrentes das próprias exigências técnicas do empreendimento”.

Em relação aos impactos provocados pelos GPIs na Estrutura Política, é importante ressaltar que os empreendimentos não nascem do processo de desenvolvimento regional, não expressam as forças sociais, políticas e econômicas endógenas. Desta forma, segundo Vainer e Araújo (1992, p. 35), “tendem a romper as tramas e cadeias que conformam antigas regionalizações, substituindo-as por outras, constituídas a partir deles”. Ligados a setores essenciais para a economia nacional, seus gestores definem como interlocutores instâncias elevadas, muitas vezes no nível federal e até global, impondo a uma posição subalterna os interlocutores locais e até estaduais, “que tendem a perder o controle político e administrativo”. E nesse sentido (VAINER; ARAÚJO, 1992, p. 37), “pequenas (e mesmo médias) municipalidades, governos estaduais e órgão regionais (...) têm restrita capacidade de barganha, pois são parceiros de pequena monta frente aos interlocutores, aos grupos empresariais – privados ou estatais – que manejam os GPIs”.

A chegada de empresas e profissionais de alto nível transformam o Estrutura Cultural regional. Para Piquet (2007, p. 21), a implantação de uma cultura empresarial moderna ocasiona o rompimento de práticas produtivas obsoletas e não mais compatíveis com uma sociedade industrial moderna. Mas a chegada dos novos agentes gera mudanças culturais que vão além das transformações no campo empresarial. Manifestam-se também através dos hábitos de consumo e nos modos de vida. O comércio local é rapidamente desafiado por uma classe média com maior poder aquisitivo e hábitos de consumo mais sofisticados; logo surge, como saída comum, a construção de shopping centers, comumente vistos como símbolos de modernidade. Em muitos desses megaempreendimentos observa-se a presença de

hábitos e costumes de outros países, como é o caso da comemoração do “Dia das Bruxas”, onde anteriormente se comemorava o “Dia de Reis”.

Em relação aos impactos na Estrutura do Emprego, este que é o campo de maior interesse desta dissertação, segundo Vainer e Araújo (1992, p. 35), em alguns casos, como, por exemplo, as construções das grandes hidrelétricas, o esvaziamento das áreas que serão transformadas em reservatórios e canteiros de obras provocam o deslocamento compulsório de grande contingente de pessoas. Ao abandonar suas terras, esses indivíduos tornam-se desempregados e, mesmo que sejam acolhidos em reassentamentos providenciados por alguns empreendimentos, normalmente fruto de resistência e luta dos deslocados, uma parte considerável de pessoas “tende a se dirigir para os centros urbanos regionais ou nacionais, na ilusão de que as indenizações embolsadas permitirão recomeçar a vida em situação favorável”.

Mesmo em projetos que não exigem deslocamentos compulsórios, o impacto sobre a estrutura do emprego também é negativo. A oferta de numerosas oportunidades de emprego atrai, além dos imigrantes, os moradores locais. Vainer e Araújo (1992, p. 36) citam que “muitos são aqueles que abandonam a ocupação anterior – particularmente a agricultura – à busca de uma colocação que assegure, mesmo que temporariamente, níveis de remuneração e garantias trabalhistas superiores aos prevalecentes”.

Com a conclusão das obras de implantação vem a desmobilização de grande parte da força de trabalho, em especial os trabalhadores menos qualificados, e criação de um grande contingente de desempregados, que afeta indistintamente nativos e imigrantes. A depender do volume e ritmo das obras, é possível que as atividades produtivas locais sejam desarticuladas a tal ponto que se tornam incapazes de reabsorver a mão de obra que antes empregava.

Para Piquet (2007, p. 20), o novo empreendimento, quando entra em operação, baseado na aplicação de novas técnicas de produção, passa a absorver predominantemente mão de obra mais qualificada, provocando uma “dicotomia ainda mais profunda”. Os benefícios gerados pelo empreendimento “permanecem concentrados no circuito econômico no qual o projeto constitui um segmento, não se difundindo para a região”. O excedente da força de trabalho desmobilizada ao fim das obras civis “se desloca para a periferia e passa a realizar atividades improdutivas ou a engrossar os segmentos marginalizados”.

Para Piquet (2007, p. 22), esses empreendimentos apresentam características que os levam a serem considerados como o ressurgimento do tradicional *enclave* colonial.

Enclave econômico, posto que esses empreendimentos caracterizam-se pela extração do excedente regional e sua transferência ao centro hegemônico nacional ou internacional, e enclave social, pois se estabelece uma estrutura social em torno da atividade dinâmica que não se integra à estrutura social regional pré-existente.

Mesmo entre os autores mais críticos, existe um certo consenso que, sob ponto de vista das metas econômicas setoriais os GPIs, via de regra, alcançam seus objetivos. Mas, para Vainer e Araújo (1992, p. 39), “do ponto de vista regional, da dinamização da economia das regiões de implantação do GPI, o balanço é altamente negativo”.

Para Piquet (2007, p. 20), no entanto, inicia-se um movimento de desenvolvimento de novas atividades produtivas, quando os centros urbanos próximos passam pela modernização de seus “equipamentos e redes de serviços”. Gradativamente novas empresas se instalam no entorno do empreendimento e uma nova rede de prestadores de serviço é formada visando fornecer o apoio necessário para a operação da grande corporação. Sob uma perspectiva positiva, Piquet destaca que “dessa maneira, as oportunidades de trabalho tornam-se mais numerosas e diversificadas, graças à implantação de serviços muitas vezes sofisticados e que proporcionam um padrão urbano superior”.

Cabe aclarar que Vainer e Araújo dedicaram-se ao estudo dos impactos da implantação de barragens. Piquet, por sua vez, estudou os impactos relacionados a implantação de grandes mineradoras, siderúrgicas e produção de celulose. E cada um desses autores, e outros que pesquisam GPIs, constrói suas conclusões baseado em exemplos empíricos que provocam impactos locais diferentes, específicos, inerentes as características de cada tipo de empreendimento.

Dado que o foro analítico da presente dissertação é o emprego, a seguir serão apresentados dados que ilustram a conjuntura do mercado de trabalho nacional.

Na segunda metade desta década, o Brasil tem convivido com elevadas taxas de fechamentos de postos de trabalho, resultando em índices alarmantes de desocupação e subutilização da sua força trabalhadora. De acordo com os dados

divulgados em 31/01/2019 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base nos resultados obtidos através da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)³, período outubro-dezembro de 2018, o Brasil, que tem população estimada em 209,5 milhões de habitantes, encerrou o ano de 2018 com aproximadamente 12,2 milhões de pessoas desocupadas, que representam 11,6% da sua força de trabalho (total de ocupados e desocupados em idade para trabalhar). No mesmo período, a taxa composta de subutilização da força de trabalho (percentual de pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e na força de trabalho potencial em relação a Força de Trabalho Ampliada) foi estimada em 23,9%. Havia, no trimestre de outubro a dezembro de 2018, aproximadamente 27,0 milhões de pessoas subutilizadas no Brasil. O contingente de pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas que compunha o grupo da força de trabalho subutilizada, foi estimado em aproximadamente 6,9 milhões no trimestre de outubro a dezembro de 2018.

Além das pessoas “desocupadas” e “subocupadas”, destaca-se o contingente dos “desalentados”, que foi estimado em aproximadamente 4,7 milhões pessoas, que representa 4,3% da força de trabalho, e é composto pelo subgrupo de pessoas da força de trabalho potencial⁴ que não haviam realizado busca efetiva por trabalho por considerar que: não conseguiriam trabalho adequado; não tinham experiência profissional ou qualificação; não conseguiam trabalho por serem considerados muito

³ PNAD Contínua - O principal objetivo é produzir informações contínuas sobre a inserção da população no mercado de trabalho e de características tais como idade, sexo e nível de instrução, bem como permitir o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País através da produção de dados anuais sobre outras formas de trabalho, trabalho infantil, migração, entre outros temas. Com abrangência geográfica nacional, tem como unidade de investigação o domicílio. Responsável: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.

⁴ Força de Trabalho Potencial - Composta por pessoas de 14 anos ou mais de idade, que na semana de referência não estavam ocupadas nem desocupadas, mas possuíam um potencial de se transformarem em força de trabalho. Este contingente está dividido em dois grupos: O daqueles que realizaram busca efetiva por trabalho no período de 30 dias, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar na semana de referência em função dos seguintes motivos: 1 - Tinha que cuidar dos afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s); 2 - Estava estudando (em curso de qualquer tipo ou por conta própria); 3 - Por problema de saúde ou gravidez; 4 - Por ser muito jovem ou muito idoso para trabalhar; e 5 - Por não querer trabalhar. Também, por aqueles que não haviam realizado busca efetiva por trabalho no período de 30 dias, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência em função dos seguintes motivos: conseguiu proposta de trabalho para começar após a semana de referência; estava aguardando resposta de medida tomada para conseguir trabalho; não conseguia trabalho adequado; não tinha experiência profissional ou qualificação; não conseguia trabalho por ser considerado muito jovem ou muito idoso; não havia trabalho na localidade; tinha que cuidar dos afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s); estava estudando (em curso de qualquer tipo ou por conta própria); por problema de saúde ou gravidez.

jovens ou muito idosos ou não havia trabalho na localidade. Todavia, gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência.

A alta taxa de desemprego associada à ineficiência no fornecimento de serviços básicos como saúde, segurança e educação, por parte do poder público, faz com que o emprego formal, simbolizado pela assinatura da carteira de trabalho e regido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT⁵, continue sendo a principal meta para a maior parte da população brasileira. É neste segmento, do emprego fixo e formal, onde os trabalhadores encontram garantias como os afastamentos médicos e a aposentadoria, ambos geridos pela Previdência Social; Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); férias, décimo terceiro salário, seguro desemprego e as multas rescisórias resultantes de encerramentos de contratos de trabalho, que o presente estudo será desenvolvido.

Como mencionado anteriormente, a literatura que versa sobre os GPIs menciona a real possibilidade de abertura de novos e numerosos postos de trabalho juntamente com a chegada do empreendimento. Mesmo que de caráter transitório durante a etapa de instalação, representam uma alternativa indispensável para uma massa de trabalhadores em busca da sonhada “carteira assinada”. É este processo que será analisado tendo como referência a implantação do Complexo Portuário do Açú.

No dia 27 de dezembro de 2006, o empresário Eike Batista promoveu o lançamento da pedra fundamental do Porto do Açú, no 5º distrito do município de São João da Barra, localizado na região Norte do Estado do Rio de Janeiro. As obras do Complexo Logístico Industrial e Portuário do Açú - nome adotado para o empreendimento durante o seu lançamento - tiveram início em outubro de 2007, com previsão para realizar o primeiro embarque de minério de ferro em 2009. O projeto do porto contaria com dois terminais totalizando 11 km de cais, que possibilitariam a movimentação de diversos produtos como minério de ferro, petróleo, granéis sólidos e líquidos, carvão, carga geral e veículos. O projeto apresentado não se limitava à construção de um porto. Ainda contaria com uma área de 5 milhões de metros quadrados para apoio às atividades *offshore* de óleo e gás. O empreendimento previa investimentos de 3 bilhões de reais e a geração de 10 mil

⁵ Consolidação das Leis do Trabalho – CLT - surgiu pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, sancionada pelo então presidente Getúlio Vargas, que tem como seu principal objetivo a regulamentação das relações individuais e coletivas do trabalho.

empregos diretos em sua infraestrutura. Constava também um Distrito Industrial, onde estavam previstas plantas de pelotização, indústrias cimenteiras, polo metalomecânico, unidades petroquímicas, siderúrgicas, montadoras de automóveis, pátios de armazenagem, inclusive para gás natural, cluster para processamento de rochas ornamentais e usinas termelétricas, tudo isso ampliando ainda mais a possibilidade de criação empregos.

Formou-se, desde então, uma enorme onda de otimismo que passou a fazer parte das conversas populares, dos discursos políticos, das pesquisas acadêmicas e, de forma especial, das matérias jornalísticas, que tiveram um papel fundamental na formação da opinião pública sobre a oportunidade de crescimento econômico que estava por vir para os municípios localizados no norte do Estado do Rio de Janeiro, mais especificamente para São João da Barra, local de instalação do Complexo Portuário do Açú, e Campos dos Goytacazes, município vizinho.

Maia, Piquet e Shimoda (2017), realizaram uma análise do conteúdo das notícias na mídia impressa regional e concluíram que “na fase de expectativa e início da construção do Porto a população, em geral, não tinha conhecimento dos impactos positivos e negativos que ele poderia causar no território”. A grande maioria das notícias tratava de “Desenvolvimento, crescimento econômico e investimento”, vindo de fontes como “empresários” e “políticos”, com caráter “informativo” e focadas em notícias “positivas”⁶. De acordo com os autores, “A partir dos resultados obtidos, é possível dizer que a mídia impressa não contribuiu para a reflexão e o debate ponderado das questões relacionadas ao Porto”. Dizem ainda que “[...] os temas foram abordados de forma mais abrangente e superficial”. E complementam dizendo que:

⁶ Tomando como base a análise do período 1 do estudo, de dezembro de 2006 e julho de 2007 a junho de 2009, que marca a fase inicial de lançamento do empreendimento e início das obras, onde 172 notícias de dois jornais de circulação nas cidades de Campos dos Goytacazes e São João da Barra e mais um de circulação exclusiva em São João da Barra, foram analisadas, notou-se que: o tema “Desenvolvimento, crescimento econômico e investimento” foi predominante, sendo abordado em 50% das notícias publicadas. Seguido do tema “Geração de emprego e renda”, publicado em 15,1% das notícias. Em relação as fontes das notícias, a pesquisa mostrou o predomínio das fontes “empresarial” e “política” nas publicações deste período, com percentuais acima de 50%. Neste quesito, a “população” e os “especialistas” foram ouvidos em 4,1% e 2,9% das notícias, respectivamente. Sobre as mensagens jornalísticas, o gênero “informativo” predominou, estando presente em 76,7% das notícias publicadas no período. Em relação à análise de valência das notícias, as matérias “positivas” tiveram o maior percentual de publicação, com 88,4%.

[...] o número extremamente reduzido de matérias do gênero interpretativo e de matérias com enfoque equilibrado revela que a mídia não teve a intenção de orientar os leitores, ampliar o debate, aprofundar e contextualizar os fatos e os temas relacionados ao Porto do Açu.

Certamente este movimento de otimismo, estimulado e sustentado pela mídia jornalística, contribuiu para despertar na população do Norte Fluminense, assim como de outras regiões do Brasil, o interesse pela abertura de numerosas oportunidades de emprego.

2.2 Hipótese e objetivo

Mediante todas as questões relacionadas à instalação de um Grande Projeto de Investimento (GPI) em um território, o presente estudo considera relevante analisar como a implantação do Complexo Portuário do Açu tem influenciado na transformação do mercado de trabalho no município de São João da Barra. A hipótese é de que sua implantação modificou nos últimos dez anos o mercado de trabalho em São João da Barra, alterando a dinâmica local através da criação de novas oportunidades de emprego.

Deste modo, pretende-se responder às seguintes questões:

- (i) Como a implantação deste grande empreendimento influenciou na alteração da dinâmica do mercado de trabalho de São João da Barra; e
- (ii) Avaliar se os novos postos de trabalho são de qualidade superior àqueles que existiam antes da implantação do empreendimento.

A análise será baseada nos seguintes levantamentos:

- (i) Pesquisar os principais dados que suportem a quantificação da evolução do emprego formal no município de São João da Barra;
- (ii) Estabelecer e comparar as transformações ocorridas no mercado de trabalho de São João da Barra entre o ano de 2006 e o ano de 2017; e
- (iii) Identificar mudanças nos setores econômicos em atividade em São João da Barra, assim como modificações nos perfis do empregador e empregado deste município.

2.3 Metodologia

As análises serão baseadas em pesquisas bibliográficas, documental, por meio de levantamentos de dados secundários obtidos nos registros administrativos da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, e dados demográficos fornecidos pelo IBGE, tendo como foco o município de São João da Barra. Serão utilizados também dados do Norte Fluminense, Estado do Rio de Janeiro e Brasil, considerados como referências para efeito de comparações e análises.

O recorte temporal adotado é o período de 2006, último ano antes do início da implantação do CPA, e 2017, ano que marca um período de dez anos após o início das obras. Embora a pesquisa de dados seja feita para todos os anos do referido período, o foco principal estará na comparação entre os anos de 2006 e 2017, objetivando-se com isso identificar as possíveis mudanças citadas anteriormente.

2.4 Estruturação do trabalho

O primeiro capítulo deste trabalho anteriormente apresentado contém o referencial teórico e a metodologia de análise, onde se pretendeu aclarar a conceituação teórica, os objetivos, as principais fontes de dados, o corte temporal e a forma de análise dos dados.

O segundo capítulo, que vem a seguir, analisa as mudanças ocorridas no mercado de trabalho de São João da Barra (SJB), mais especificamente no mercado de trabalho formal. Por se tratar de uma região caracterizada pela significativa existência da informalidade no trabalho, já que boa parte dos trabalhadores estão alocados em atividades como a agricultura familiar e de pequeno porte, pesca artesanal e atividades sazonais relacionadas ao período de verão, a escolha do mercado de trabalho formal como objeto de estudo se deu em virtude da necessidade de se observar se a modificação se deu em postos de trabalho de melhor qualidade. Vale citar ainda que dados sobre o emprego formal constituem a base mais densa de dados oficiais. Inicialmente é apresentado um breve panorama sobre características gerais do município, tais como dados geográficos, histórico e indicadores econômicos e sociais. A seguir são apresentados dados sobre os empregos formais, onde analisa-se inicialmente a evolução no estoque total de empregos de todos os municípios do Norte Fluminense, do Estado do Rio de Janeiro

(ERJ) e Brasil. Na sequência é tratado o comportamento do estoque de empregos formais, considerando os setores econômicos, para, em seguida, desagregar os dados por subsetor econômico, de acordo com definição do IBGE adotada na RAIS. Ainda neste capítulo analisa-se o comportamento da renda média do trabalhador formal de SJB, objetivando verificar se houve evolução neste quesito.

No terceiro capítulo, onde se pretende abordar o “novo empregador” em São João da Barra (SJB), será apresentado um resumo da trajetória de implantação do Complexo Portuário do Açú, seguida da citação de empresas que chegaram ao município em decorrência da implantação do Complexo Portuário do Açú e inauguraram setores produtivos até então inexistentes.

Com o objetivo de identificar o perfil do atual trabalhador formal de São João da Barra, no quarto capítulo será apresentada uma análise comparativa entre o perfil predominante do trabalhador formal em 2006 e o perfil predominante do “novo” trabalhador formal, em 2017. Para isso quatro parâmetros serão avaliados. São eles: faixa etária, gênero, escolaridade e nacionalidade.

No capítulo 5 estará a apresentação dos principais impactos provocados pela presença do Complexo Portuário do Açú no mercado de trabalho formal de São João da Barra, identificados com base na interpretação dos dados apresentados nos capítulos 2, 3 e 4.

Já no capítulo 6, pretende-se identificar a utilidade deste estudo como instrumento complementar a ser considerado durante os processos de discussão e construção de políticas de desenvolvimento e qualificação da força trabalhadora de São João da Barra, bem como sugerir estudos futuros em áreas não contempladas nessa dissertação.

3 O MERCADO DE TRABALHO FORMAL EM SÃO JOÃO DA BARRA

No capítulo anterior, fizemos um breve registro sobre as transformações impostas pela chegada de um Grande Projeto de Investimento em seu local de implantação, assim como a grande expectativa criada na população da região, que passou a acreditar e aguardar o crescimento econômico, seguido da criação de emprego e renda. Dentre as áreas impactadas, os efeitos provocados na estrutura do emprego tornam este tema o foco deste estudo. Para tanto será feito o levantamento, organização e análise de dados oficiais fornecidos pelo Ministério do

Trabalho através da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais. A RAIS, de acordo com Ministério do Trabalho,

Tem por objetivo o suprimento às necessidades de controle da atividade trabalhista no país, para identificação dos trabalhadores com direito ao recebimento do Abono Salarial. Outras funções são o provimento de dados para a elaboração de estatísticas do trabalho e a disponibilização de informações do mercado de trabalho às entidades governamentais (BRASIL, 2015).

No entanto, antes da abordagem específica dos dados sobre emprego formal, se faz necessário discorrermos sobre alguns indicadores, bem como o resgate da história desse município para que essas informações possam auxiliar no melhor dimensionamento dos impactos ocorridos.

3.1 Município de São João da Barra: aspectos gerais

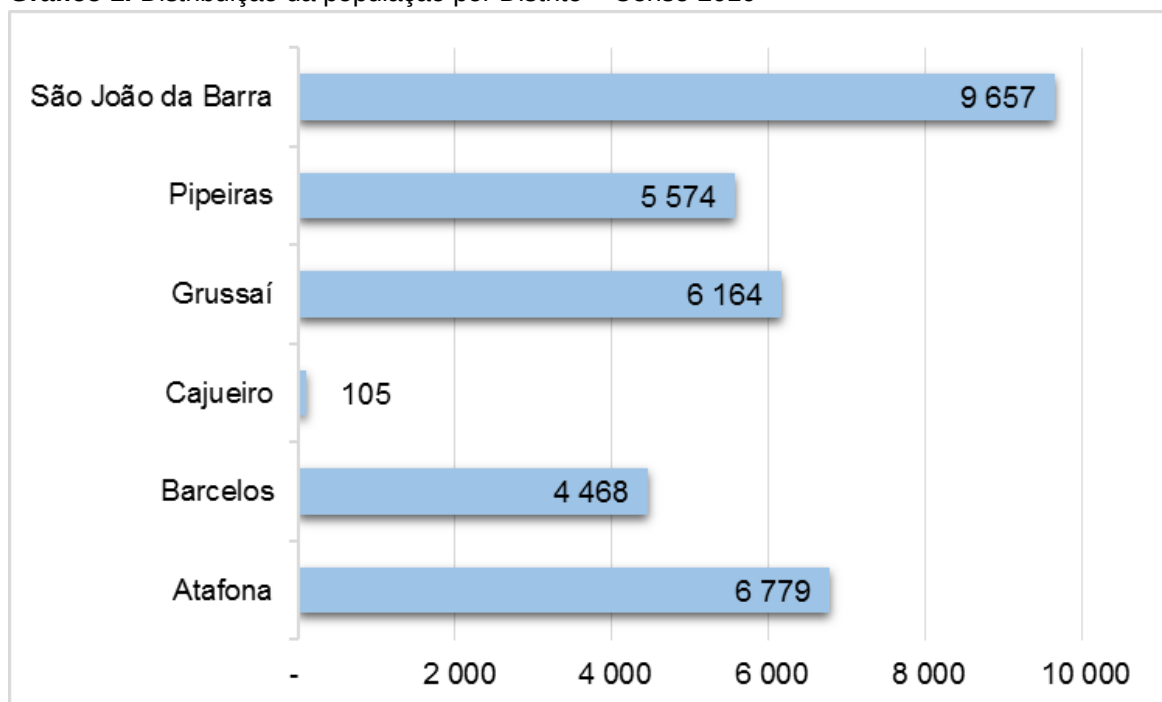
3.1.1 Características geográficas

O município de São João da Barra encontra-se geograficamente localizado ao Norte do Estado do Rio de Janeiro. Faz parte da mesorregião Norte Fluminense, que agrega também os municípios de Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, São Fidélis e São Francisco do Itabapoana. Junto ao Oceano Atlântico, São João da Barra tem como municípios limítrofes, Campos dos Goytacazes, ao Sul e a Oeste, e São Francisco de Itabapoana, ao Norte, município este que se emancipou de São João da Barra no ano de 1996, instalando-se em 01/01/1997. A localização do município pode ser verificada na Figura 1 (mapa do Estado do Rio de Janeiro). Seu principal acesso é a rodovia BR 356, que tem início neste município e segue em direção oeste até o Estado de Minas Gerais. São João da Barra fica a uma distância de 334 km da cidade do Rio de Janeiro, capital do Estado do Rio de Janeiro, com acesso pelas rodovias federais BR 101 e BR 356; e a uma distância de 45 Km do município de Campos dos Goytacazes, município considerado polo da Região Norte Fluminense, com acesso pelo BR 356.

O município de São João da Barra conta com uma área de unidade territorial equivalente a 454,669 km² (IBGE, 2017), correspondendo a aproximadamente 4,7% da área total da Região Norte Fluminense.

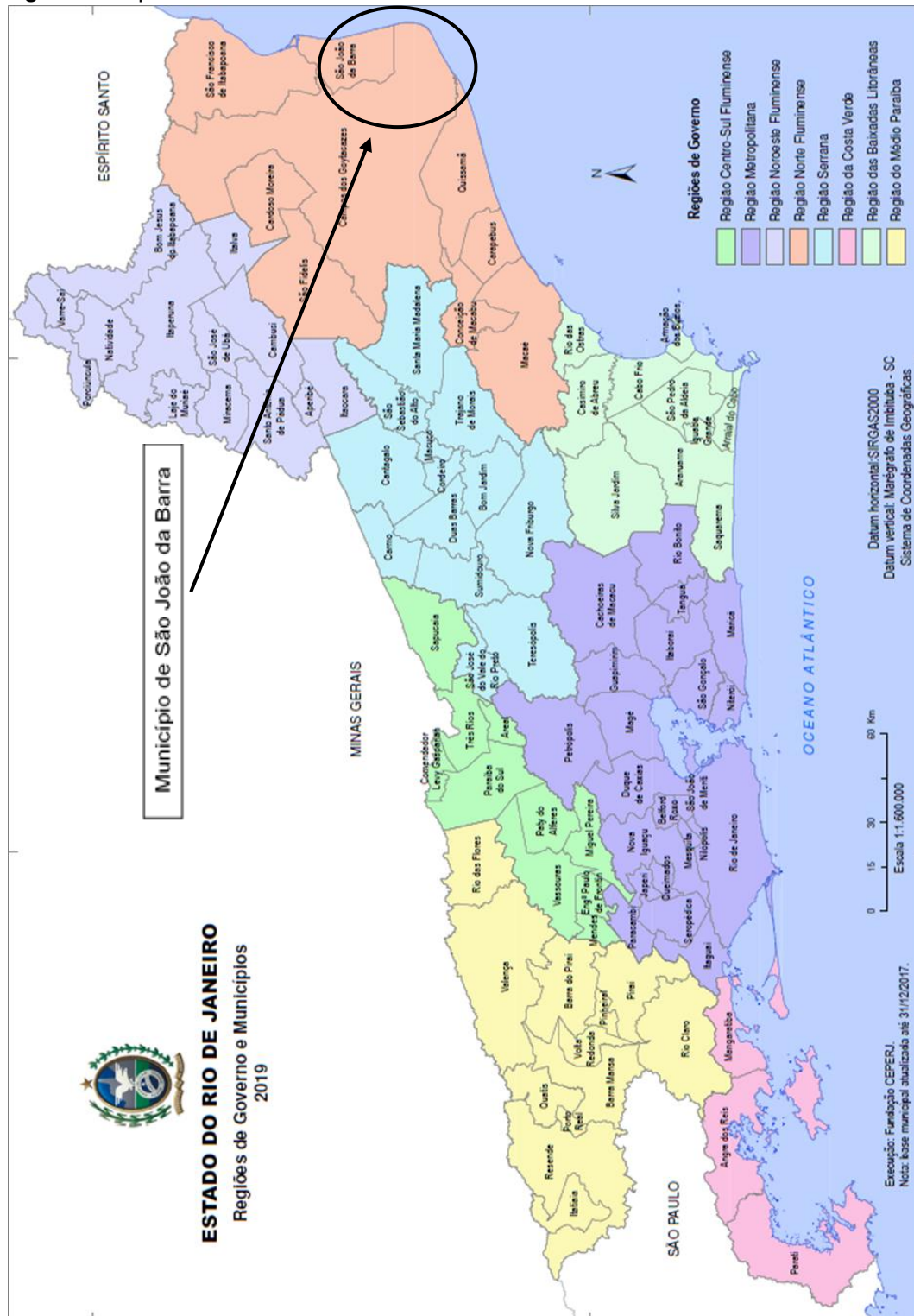
De acordo com o Censo do IBGE de 2010, o município contabiliza uma população de 32.747 habitantes, dos quais 25.693 (78,5%) ocupa a área urbana e 7.054 (21,5%), a área rural. Em relação ao gênero, observa-se um equilíbrio entre homens e mulheres. Os homens representam 49,6% da população e as mulheres, 50,4%. Essa distribuição se assemelha a encontrada no Norte Fluminense, que é formada por 48,8% de homens e 51,2% de mulheres. Em relação a distribuição da população por distritos, a maior concentração encontra-se na sede do município, onde residem 9.657 pessoas (Gráfico 1). Este montante representa 29,5% da população total do município.

Gráfico 1. Distribuição da população por Distrito – Censo 2010



Fonte: IBGE, 2019b.

Figura 1. Mapa do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Fundação CEPERJ, 2019.

De acordo com o IBGE, a população estimada para 2018 é de 36.138 habitantes, que representa um aumento populacional de 10,4% sobre a população do último censo (2010). Este percentual de crescimento é levemente inferior ao estimado para a região Norte Fluminense, que é de 11,6%.

A densidade demográfica em todo o município é de 71,96 hab./km² (IBGE, 2010), inferior a densidade demográfica da Região Norte Fluminense, que é de 95,77 hab./km² (IBGE, 2010).

3.1.2 Aspectos da história econômica

Em São João da Barra, desde o início de sua formação, o mar e o rio favoreceram a prática da pesca como importante atividade local. Assim como possibilitaram o desenvolvimento das atividades portuárias. Com o objetivo de exportar o açúcar produzido na região, os portugueses criaram o porto em João da Barra que, desde a circulação de suas primeiras embarcações, ainda no século XVIII, teve suas movimentações ligadas aos portos de Salvador, inicialmente, e depois aos do Rio de Janeiro, Recife e Santos. Com o seu desenvolvimento, o porto passou a receber embarcações que transportavam a produção das regiões Norte e Noroeste Fluminense como açúcar, café, madeiras, couros, aguardente, carne e peixes salgados, queijo, farinha de mandioca e aves, para distribuição no mercado nacional.

Além de se tornar um importante elo na comercialização de produtos da região, o porto atraiu também a construção naval, gerando empregos através dos estaleiros que lá se ergueram. O “surto de prosperidade” experimentado na ocasião gerou riqueza para muitos e estimulou o crescimento da construção civil, que tinha como missão produzir moradias para as pessoas que migraram para São João da Barra para viverem das atividades portuárias e da construção naval (CHAGAS, 2014, p. 7). O auge do Porto de São João da Barra ocorreu entre 1740 a 1860.

Através do decreto Nº 7984 de 5 de fevereiro de 1881, foi fundada a Companhia de Navegação de São João da Barra e Campos (LOBATO, 2018, p. 124). A companhia dominou por longo período o movimento de cargas e passageiros no baixo Paraíba, mantendo ligação com o porto do Rio de Janeiro, além de outros portos nacionais. Em sua estrutura dispunha de um estaleiro voltado

para a construção e reparos em navios próprios ou de outros estaleiros (CHAGAS, 2014, p. 12).

Contudo, apesar da aparência de prosperidade, o porto tinha sérios problemas causados pela instabilidade da barra. Seu canal navegável era frequentemente modificado pelo assoreamento do rio, exigindo a presença de “práticos experimentados”. Faltava, ao local, liderança política de expressão para solucionar os problemas. O interesse político no desenvolvimento de transportes alternativos como a estrada de ferro e o canal hidroviário ligando Campos a Macaé se transformou em prioridade. Veio então o início da crise da construção naval em São João da Barra; sua evolução foi sentida mais fortemente em 1896, quando ali chegava a estrada de ferro Campos a Macaé, ligando a cidade de São João da Barra à zona de produção do açúcar. O transporte ferroviário era mais seguro, econômico e eficiente do que o marítimo (CHAGAS, 2014, p. 13).

A economia de São João da Barra, que dependia predominantemente da movimentação do seu porto, entrou em fase de decadência com a entrada em operação das ferrovias. Sua economia passou então a depender de 3 empresas: a Companhia Açucareira Usina Barcellos, que fabricava açúcar e álcool, o Grupo Thoquino, empresa que atua na atividade de fabricação de bebidas alcoólicas de diversos tipos e da Tecex Fiação e Tecelagem, que atuava na fabricação de fios e tecidos (RANGEL, 2012).

A Companhia Açucareira Usina Barcellos, ilustrada na Figura 2, foi fundada em 23 de novembro de 1878. Considerada uma obra de grande vulto, foi a segunda usina, no gênero, levantada na Província Fluminense e a quarta no Brasil. Sua inauguração foi marcada pela presença do Imperador D. Pedro II. No final do século XX a usina foi adquirida pelo Grupo Othon, sendo desativada em 2009. Como uma importante empresa de fabricação de açúcar e álcool, a sua paralisação definitiva causou forte impacto na economia do município de São João da Barra, principalmente pelo contingente de trabalhadores desempregados (CHAGAS, 2014).

Figura 2. Fotografia da Companhia Açucareira Usina Barcellos em 1910



Fonte: Galeria Histórica de São João da Barra, 2018.

O Grupo Thoquino foi fundado em 1908 por Joaquim Thomaz de Aquino Filho, com a denominação de Central de Bebidas Cognac de Alcatrão da Noruega (Figura 3). A Thoquino absorveu parcela razoável do contingente de trabalhadores do município, muitos deles provenientes da decadente atividade da construção naval. Administrada pelos seus descendentes, encontra-se em plena atividade. Com fachada modernizada (Figura 4), seu parque fabril ocupa extensa área na região central do município (Figura 5) e produz diversos tipos de bebidas comercializadas nacionalmente, sendo a principal delas o Conhaque de Alcatrão de São João da Barra (CHAGAS, 2014, p. 15).

Figura 3. Fotografia da primeira Fachada da Fábrica Thoquino em 1910



Fonte: Grupo Thoquino, 2019.

Figura 4. Fotografia da fachada atual da Fábrica Thoquino



Fonte: Grupo Thoquino, 2019.

Figura 5. Fotografia da vista aérea da Fábrica Thoquino



Fonte: Grupo Thoquino, 2019.

Em 1961 é fundada a Tecex Fiação e Tecelagem, com a finalidade de produzir fios e tecidos de algodão para o mercado de São Paulo. Tinha como proprietários os irmãos Raposo, liderados por Dirceu da Graça Raposo. A partir da década de 1980, esta indústria enfrentou dificuldades, que evoluíram quando o governo Collor abriu o mercado brasileiro às importações. Dirceu Raposo, seu fundador, faleceu em 1994 e foi substituído na liderança da empresa pelo filho

Marcos Raposo. Em 2008, a TECEX encerrou suas atividades e, atualmente, encontra-se em aparente estado de abandono, como mostra a Figura 6 (CHAGAS, 2014, p. 16).

Figura 6. Fotografia da TECEX Fiação e Tecelagem de SJB



Fonte: CHAGAS, 2014, p. 16.

A economia do Município de São João da Barra somente não entrou em depressão, graças às receitas oriundas dos royalties de petróleo, que cresceram abruptamente a partir de 2008.

Mais uma vez um porto, desta vez marítimo, promete transformar o município em importante polo econômico, gerador de emprego e renda.

3.1.3 Produto Interno Bruto – PIB

Como se pode observar na Tabela 1, em 2016 a economia de São João da Barra contabilizou um Produto Interno Bruto (PIB), segundo o IBGE, de 3,61 bilhões, distribuídos percentualmente da seguinte forma:

- (i) 1,27% na agropecuária;
- (ii) 36,97% na indústria;
- (iii) 51,52% no setor de serviços; e
- (iv) 10,25% na administração pública.

O PIB per capita nesse mesmo ano, ainda de acordo com a Tabela 1, foi de R\$111.529,40. Com este resultado, o município obteve o 3º maior PIB per capita do Estado do Rio de Janeiro, ficando atrás apenas dos municípios de Porto Real e Itatiaia. Destaca-se também no Norte Fluminense o município de Macaé que, com

PIB per capita de R\$73.412,55, ocupou a 5ª posição no ranking estadual. De acordo com as análises do CEEP – Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro, em São João da Barra a economia está fortemente ligada às atividades petrolíferas e de transportes.

Tabela 1. Ranking dos 10 primeiros municípios do ERJ em PIB per capita – 2016

Regiões de Governo e municípios	Valor (1000 R\$)							PIB per capita (R\$)	Ranking PIB per capita ERJ
	Valor adicionado bruto					Impostos sobre produtos	PIB a preços de mercado		
	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços (1)	Administração Pública				
Estado Rio de Janeiro	541.917.191	3.077.081	98.761.409	321.499.052	118.579.648	98.268.588	640.185.780	38.482	-
Porto Real	1.797.451	5297	673960	919.488	198.706	755.165	2.552.616	137.593	1º
Itaiaia	2.689.329	5055	660565	1.757.202	266.508	923.567	3.612.896	118.553	2º
São João da Barra	3.608.782	45771	1334088	1.859.099	369.824	281.809	3.890.591	111.529	3º
Mangaratiba	3.671.141	18834	173830	3.067.368	411.109	184.249	3.855.390	92.774	4º
Macaé	14.804.112	51245	4735684	7.232.382	2.784.801	2.776.064	17.580.176	73.413	5º
Piraí	1.808.088	13245	1018233	530.328	246.282	174.570	1.982.658	70.587	6º
Itaguaí	7.291.263	14444	755332	5.439.117	1.082.369	577.338	7.868.601	65.108	7º
Rio de Janeiro	261.325.244	81366	36334430	177.361.096	47.548.352	68.106.116	329.431.360	50.691	8º
Resende	4.781.365	41999	1041404	2.742.710	955.252	1.552.400	6.333.766	50.234	9º
Angra dos Reis	8.518.031	41516	2771018	4.051.525	1.653.972	604.530	9.122.561	47.636	10º

Fontes: IBGE, 2019b.

Outro aspecto que se destaca é o desequilíbrio nos valores de PIB per capita entre os municípios da Região Norte Fluminense. Como mostra a tabela 2, enquanto São João da Barra (3º) e Macaé (5º) ocupam posições de destaque no ranking estadual, os municípios de Carapebus, São Fidélis e Conceição de Macabu apresentam valores de PIB per capita significativamente inferiores. Esses três municípios ocupam a 60ª, 63ª e 90ª posições, respectivamente, num total de 92 municípios existentes no Estado do Rio de Janeiro.

Tabela 2. PIB e PIB per capita dos municípios do Norte Fluminense – 2016

Regiões de Governo e municípios	Valor (1000 R\$)							PIB per capita (R\$)	Ranking PIB per capita ERJ
	Valor adicionado bruto					Impostos sobre produtos	PIB a preços de mercado		
	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços (1)	Administração Pública				
Estado Rio de Janeiro	541.917.191	3.077.081	98.761.409	321.499.052	118.579.648	98.268.588	640.185.780	38.482	-
Região Norte Fluminense	38.302.942	615.555	11.989.302	17.696.010	8.002.076	4.102.357	42.405.299	46.408	2º
São João da Barra	3.608.782	45771	1334088	1.859.099	369.824	281.809	3.890.591	111.529	3º
Macaé	14.804.112	51245	4735684	7.232.382	2.784.801	2.776.064	17.580.176	73.413	5º
Quissamã	968.756	24395	377332	318.648	248.381	26.751	995.507	43.049	17º
Campos dos Goytacazes	16.426.521	186273	5167896	7.440.673	3.631.679	856.861	17.283.382	35.476	23º
Cardoso Moreira	318.112	18840	97519	96.090	105.663	12.900	331.013	26.401	34º
São Franc. de Itabapoana	885.560	196585	135140	251.724	302.111	72.047	957.607	23.220	46º
Carapebus	292.272	8649	57332	88.441	137.851	11.032	303.304	19.833	60º
São Fidélis	683.265	72333	70127	284.444	256.361	47.749	731.014	19.392	63º
Conceição de Macabu	315.562	11465	14184	124.508	165.405	17.143	332.705	14.909	90º

Fontes: IBGE, 2019b.

Sobre o Norte Fluminense, os altos valores de PIB per capita dos municípios São João da Barra, Macaé e Campos dos Goytacazes colocam essa região em posição de destaque no Estado do Rio de Janeiro, onde ocupa o 2º lugar. É superada apenas pela Região da Costa Verde, formada pelos municípios Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty.

3.1.4 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM

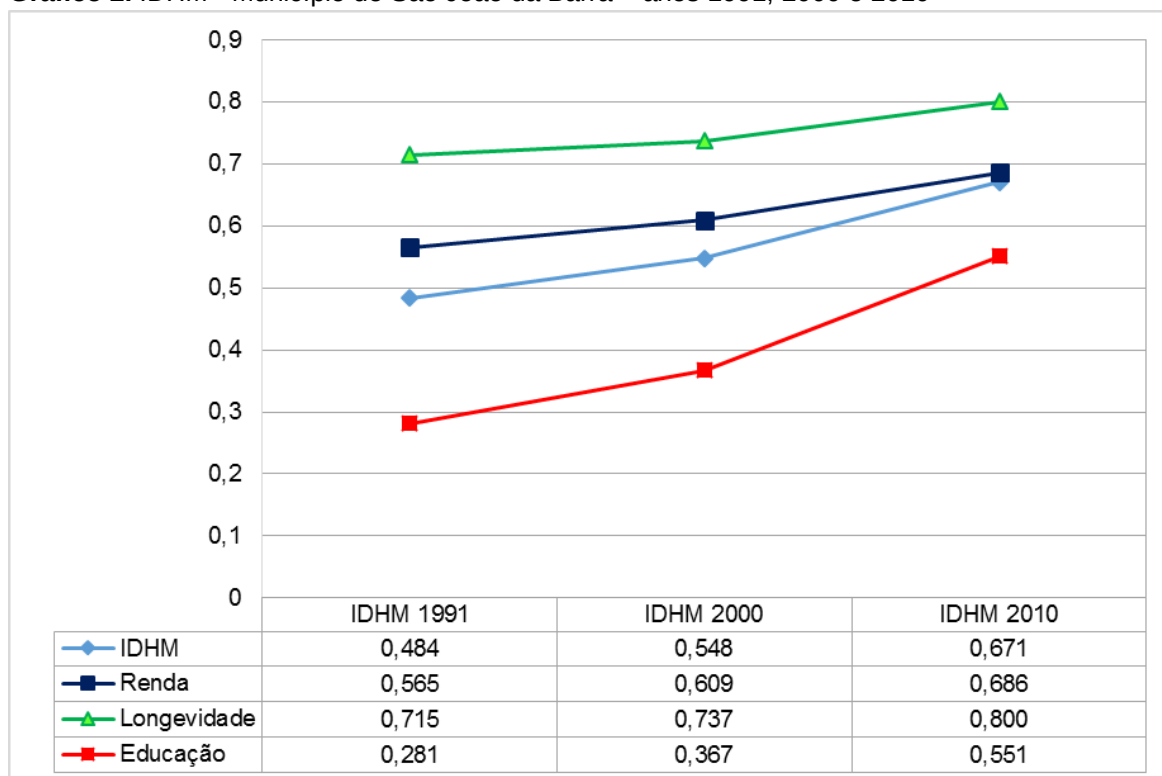
O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, que é calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea e pela Fundação João Pinheiro (de Minas Gerais). Segue as mesmas três dimensões do IDH Global - longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais.

O IDHM varia de zero a um e classifica os resultados em cinco faixas de desenvolvimento: muito baixo (de 0,000 a 0,499), baixo (de 0,500 a 0,599), médio (de 0,600 a 0,699), alto (de 0,700 a 0,799) e muito alto (de 0,800 a 1,000). Portanto, quanto mais próximo de um, maior é o desenvolvimento humano apurado.

Segundo o PNUD, o IDHM de São João da Barra foi classificado como 0,671 em 2010, o que coloca esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). Como se pode observar no gráfico 2, a dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,800, seguida de Renda e Educação, com índices de 0,686 e 0,551, respectivamente. O

componente Educação, embora tenha o menor índice, foi o que apresentou maior evolução (50%) comparado o índice obtido no IDHM 2000.

Gráfico 2. IDHM - Município de São João da Barra – anos 1991, 2000 e 2010



Fonte: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2019.

São João da Barra ocupa a 2642^a posição entre os 5.565 municípios brasileiros, segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul/SP) e o menor é 0,418 (Melgaço/PA). Em relação ao Estado do Rio de Janeiro, São João da Barra encontra-se na 76^a, entre 92 municípios. Niterói ocupa a 1^a posição, com IDHM 0,837 (Alto). No outro extremo está o município de Sumidouro que, com IDHM de 0,611, ocupa a 92^a posição no ranking estadual.

Em relação ao Norte Fluminense, como mostra a tabela 3, São João da Barra situa-se na 7^a posição, em um total de nove municípios. O ranking norte fluminense é liderado pelo município de Macaé (IDHM 0,764), e tem na última posição o município de São Francisco de Itabapoana, que, como citado anteriormente, emancipou-se de São João da Barra no ano de 1996. São Francisco de Itabapoana, embora tenha o mais baixo índice da Região Norte Fluminense, foi o município que apresentou a maior evolução sobre o IDHM 2000.

Tabela 3. IDHM – Municípios do Norte Fluminense – anos 1991, 2000 e 2010

Municípios - NF	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM 2010	Ranking IDH-M 2010	Evolução 2010 / 2000 (%)	Ranking Evolução
Macaé	0,534	0,665	0,764	1º	14,9	9º
Campos dos Goytacazes	0,505	0,618	0,716	2º	15,9	7º
Carapebus	0,412	0,579	0,713	3º	23,1	4º
Conceição de Macabu	0,483	0,615	0,712	4º	15,8	8º
Quissamã	0,406	0,561	0,704	5º	25,5	2º
São Fidélis	0,449	0,590	0,691	6º	17,1	6º
São João da Barra	0,484	0,548	0,671	7º	22,4	5º
Cardoso Moreira	0,386	0,520	0,648	8º	24,6	3º
São Francisco de Itabapoana	0,344	0,503	0,639	9º	27,0	1º

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2019.

Ao analisar o PIB per capita e o IDHM de São João da Barra observa-se uma importante disparidade entre as posições que esse município ocupa no Estado do Rio de Janeiro. Obteve o 3º maior PIB per capita do estado em 2016, a mesma posição que ocupava em 2010, enquanto que no ranking de IDHM (2010) ocupa a 76ª posição.

3.1.5 Receita Orçamentária e Royalties

Os dados apresentados no Gráfico 3 comprovam a acelerada evolução nos montantes relativos aos repasses das verbas petrolíferas, que representam o somatório do Royalties mais as Participações Especiais provenientes da exploração e produção de petróleo na Bacia de Campos, feitos ao município de São João da Barra, desde o ano de 1999 até 2011, quando se inicia a queda nos valores recebidos. De forma natural, o orçamento municipal foi impactado positivamente por estas verbas, trazendo períodos de abundância financeira, mas sem deixar de trazer consigo o risco da dependência orçamentária em relação às verbas petrolíferas.

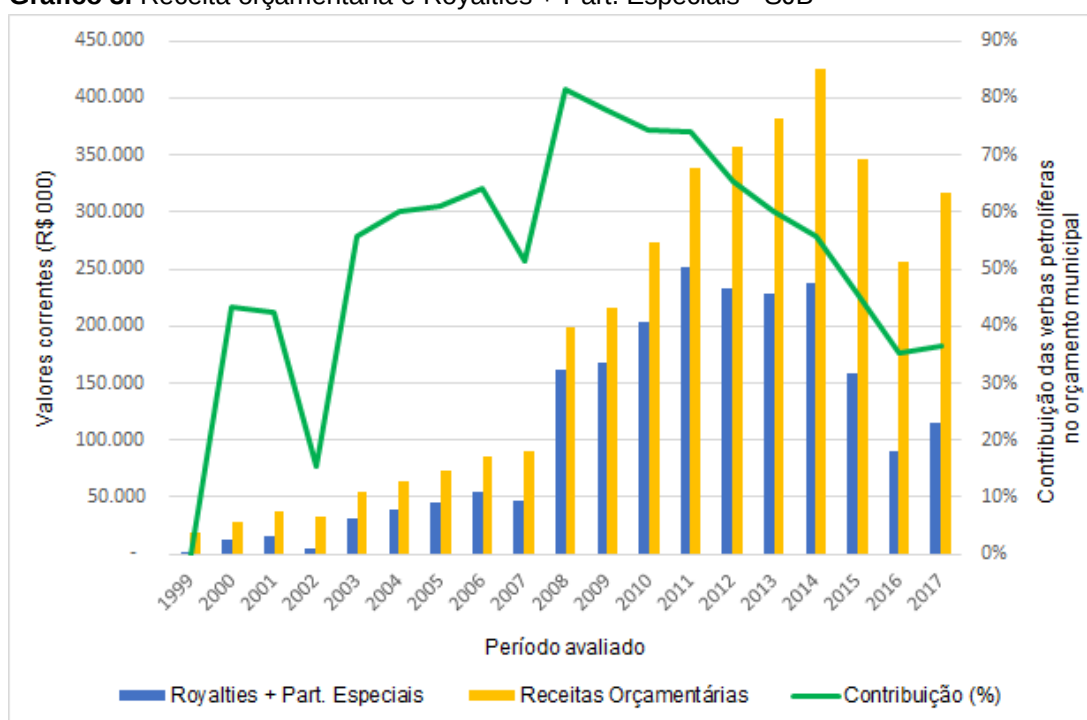
Observa-se, também do Gráfico 3, que no ano de 2000 os repasses já representavam aproximadamente 43% no total das receitas do município. E, se esta marca já era preocupante, aumentou em 2003, quando os repasses representaram mais da metade a receita total. As verbas continuaram crescendo e em 2008 atingiram a sua maior taxa de contribuição para a formação da receita orçamentária.

Neste ano, as verbas petrolíferas representaram 81% da receita total, caracterizando uma acentuada dependência, citada anteriormente como risco.

A partir de 2011 os repasses foram diminuindo, mas a receita orçamentária do município continuou crescendo até o ano de 2014. A compensação foi conseguida através do crescimento de receitas tributárias, principalmente ISS, e repasses do Estado e da União. Seguindo a crise econômica nacional, as receitas caíram até o ano de 2016, demonstrando sinal de recuperação a partir de 2017. Percebe-se que, a partir de 2008, em virtude do aumento da receita através de recebimentos de tributos e aumento dos repasses da União e do Estado, ocorreu uma importante diminuição da dependência orçamentária em relação aos repasses de royalties e participações especiais, representada pela linha contínua de cor verde do Gráfico 3.

Os altos valores recebidos em forma de Royalties e Participações Especiais, provenientes da produção de petróleo, colocam São João da Barra como um município de destacada condição financeira, especialmente comprovada ao se analisar o PIB per capita. E, ao mesmo tempo, realça a disparidade entre a sua capacidade orçamentária e os índices de desenvolvimento humanos alcançados.

Gráfico 3. Receita orçamentária e Royalties + Part. Especiais - SJB



Fonte: TCE/RJ, 2019; UCAM, 2019.

3.1.6 São João da Barra e o fenômeno da sazonalidade

De acordo com o site oficial da Prefeitura Municipal de São João da Barra, o município conta com uma orla de 32 km, onde se localizam as praias de Grussaí, Atafona (onde o encontro do Rio Paraíba do Sul com o mar forma um grande delta), a do Chapéu do Sol e a da Barra do Açu, ilustradas na Figura 7. Com extenso litoral e clima tropical, tornou-se um balneário bastante frequentado no norte do Estado do Rio de Janeiro. Segundo o levantamento realizado pelo IBGE no Censo de 2010, o município possuía 23.618 domicílios, dos quais 44% eram de uso ocasional, demonstrando o forte perfil turístico local. Embora a proximidade com a cidade de Campos dos Goytacazes, uma das maiores do Norte Fluminense, garanta algum movimento nas praias de São João da Barra nos finais de semana durante todo o ano, é no período de verão que se observa a chegada de um grande volume de veranistas e turistas em busca de lazer.

Figura 7. Fotografia da orla de São João da Barra



Fonte: Prefeitura Municipal de São João da Barra, 2019.

Este movimento sazonal influencia aspectos da economia formal, como, por exemplo, o aumento de empregos nos setores de hospedagem, alimentação e comércio. Pousadas, restaurantes, bares e lanchonetes, sorveterias, padarias, supermercados, açougues, farmácias, peixarias, salões de cabelereiro, provedores

de internet (serviço ainda em fase de consolidação na região), vendedores de antenas parabólicas e TV por assinatura, etc., se deparam com um expressivo aumento da demanda em relação aos seus produtos ou serviços. A economia informal, da mesma forma, também é influenciada pelo crescimento das atividades de veraneio, caracterizadas pela sazonalidade. O mercado de trabalho informal, mesmo não sendo objeto de estudo, merece ser citado pois, embora de difícil mensuração, aparenta ser fortemente modificado nesta época do ano. Na alta temporada, juntamente com a chegada dos veranistas e suas necessidades de consumo, chega também a oportunidade de ampliar a oferta de produtos e serviços dos mais variados tipos. É nesse momento que atividades sazonais reaparecem ou ganham volume. Entre elas pode-se citar os vendedores de picolé e sorvete; cuidadores de piscinas (“piscineiros”), jardins e terrenos; pescadores artesanais, vendedores de peixe, caranguejo e todo tipo de fruto do mar; vendedores ambulantes de itens diversos para consumo na praia (principalmente bebidas, alimentos, roupas e acessórios); profissionais autônomos da construção civil; condutores de charrete de tração animal (“charreteiros” que atuam no transporte de turistas); vendedores “de porta em porta” de itens como gás, água mineral, doces e bolos e, especialmente, redes de dormir de origem nordestina; assim como músicos, artesãos, tatuadores, entre outros. São profissionais que, por certo, engrossam os números da informalidade do mercado de trabalho.

3.2 Análise da evolução do estoque de empregos formais

Para analisar o comportamento do emprego formal em São João da Barra, serão utilizados os dados de empregos formais contidos na Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, considerando o período de 2006, ano que antecede o início da implantação do Complexo Portuário do Açu, quando ainda não existia qualquer atividade concreta relacionada ao porto, e 2017, ano que marca um período de dez anos após o início de sua implantação em 2007. Embora a pesquisa contemple o levantamento de dados de todos os anos do período estudado, o foco da análise está na comparação entre os dados dos anos de 2006 e de 2017. Desta forma entende-se que seja possível identificar as mudanças ocorridas na estrutura do emprego entre os cenários “sem” e “com” o Porto do Açu e suas influências.

De acordo com os dados da RAIS (BRASIL, 2015), o mercado de trabalho formal brasileiro apresentou, em 2017, um total de 46,3 milhões de empregados. Embora este número represente um leve crescimento (0,48%) sobre o estoque de empregos formais de 2016, que foi de 46,1 milhões de empregados, quando comparado ao estoque de empregos de 2014, maior volume da série histórica estudada, com 49.6 milhões de empregados, significa uma queda de 6,64%, correspondente à perda de 3,29 milhões de vínculos empregatícios. Tal quadro reflete a severidade do impacto da crise econômica iniciada em 2014 sobre o mercado de trabalho brasileiro, cujo ápice ocorreu em 2016.

No Estado do Rio de Janeiro, considerando o movimento no estoque de empregos formais, os efeitos negativos da crise econômica mostraram-se ainda mais profundos. O estoque de 4,05 milhões de empregos formais existentes em 2017 representa um decréscimo de 2,76% versus o estoque existente em 2016, que era de 4,16 milhões; e uma diminuição de 12,6% quando comparado ao estoque de empregos de 2014, que significa uma perda de 597 mil vínculos empregatícios no estado.

Na Região Norte Fluminense viu-se o desenvolvimento de um cenário de enorme decadência no mercado de trabalho formal, influenciada pela crise no setor petrolífero que, além da crise econômica, se instalou sobre Macaé, polo de exploração e produção de petróleo na região. Em números, o Norte Fluminense, que também teve seu pico de vínculos empregatícios em 2014, com 281 mil empregados, apresentou queda em todos os anos seguintes (2015, 2016 e 2017). O estoque total de empregos de 2017 é 6,56% menor do que o existente em 2016; e 19,16% menor do que o estoque de empregos existentes em 2014. Neste período, de 2014 para 2017, houve redução de 54 mil empregos formais, sendo que, destes, aproximadamente 34 mil foram em Macaé.

Mesmo em um cenário de redução dos postos de trabalho formais, como apresentado acima, São João da Barra, município sede do Complexo Portuário do Açu, apresentou crescimento de 7,71% no seu estoque total de empregos formais do ano de 2016 para o ano de 2017.

Após essa breve descrição sobre o movimento quantitativo ocorrido recentemente no mercado de trabalho formal brasileiro, estadual e regional, a análise seguirá no sentido de atender ao objetivo deste estudo.

De acordo com a tabela 4, considerando o estoque total de empregos formais no ano de 2017 versus o existente no ano de 2006, observa-se que São João da Barra apresenta crescimento de 126%, que é destacadamente superior ao encontrado nos demais municípios do Norte Fluminense. Este percentual significa um acréscimo de 5.013 novos empregos formais. Adicionalmente, a comparação da evolução do estoque de empregos formais em São João da Barra com o ocorrido no Estado do Rio de Janeiro e Brasil, mostra uma evolução bastante superior no caso de São João da Barra, o que sugere a existência de uma força local impulsionando um movimento diferente daquele que acontece no mercado de trabalho nacional e estadual.

Campos dos Goytacazes e Macaé destacam-se como grandes concentradores de empregos formais no Norte Fluminense. Somados, em 2017, responderam por aproximadamente 88% de todos os empregos formais da região. Individualmente Campos dos Goytacazes e Macaé registraram aproximadamente 38% e 50%, respectivamente, do estoque total de empregos a formais da Região Norte Fluminense.

No entanto, destaca-se o fato de que Campos dos Goytacazes, mesmo sendo um município limítrofe de São João da Barra, considerado município polo da região, apresenta crescimento de apenas 1,3% no seu estoque de empregos formais, comparando o estoque total de 2017 com o estoque total de 2006. Este baixo índice de crescimento sugere que, até o momento, seu mercado de trabalho não sofreu influência proveniente da instalação do Complexo Portuário do Açu. Contrariando, até aqui, em termos de geração de empregos, o que era divulgado durante o lançamento do Porto do Açu, onde as notícias jornalísticas faziam a seguinte afirmativa: “Porto do Açu vai mudar a história de toda a economia do Norte Fluminense” (MAIA, 2016, p. 82).

Tabela 4. Estoque de Empregados Formais - NF, ERJ e Brasil

Município	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Evolução 2017/2006 %
São João da Barra	3.994	4.360	5.312	5.715	7.397	8.426	8.873	9.891	10.415	10.449	8.362	9.007	126
Conc. de Macabu	1.806	1.913	1.713	2.607	2.270	2.371	2.465	2.735	2.764	2.795	2.727	2.707	50
Carapebus	1.655	1.700	1.361	1.774	2.301	2.515	1.451	2.486	2.053	2.254	1.852	2.388	44
São Franc. de Itabapoana	2.339	2.309	2.371	2.583	2.403	2.562	2.571	3.586	3.426	3.452	3.412	3.373	44
Macaé	85.297	92.929	103.159	106.347	115.775	132.709	141.734	144.627	147.840	138.950	126.871	113.996	34
Cardoso Moreira	1.193	1.249	1.112	1.361	1.457	1.559	1.466	1.632	1.705	1.623	1.455	1.574	32
Quissama	2.749	2.801	2.800	2.799	3.356	3.373	3.356	4.097	3.720	3.458	3.114	3.528	28
São Fidélis	4.695	5.070	5.332	4.576	4.801	5.180	4.497	4.867	5.643	5.149	4.852	5.110	8,8
Campos dos Goytacazes	84.224	99.242	88.230	76.875	87.380	92.110	93.541	98.220	103.218	98.870	90.282	85.303	1,3
Norte Flumin. (000)	188	212	211	205	227	251	260	272	281	267	243	227	21
Est. do RJ (000)	3.374	3.666	3.712	3.851	4.080	4.349	4.462	4.587	4.641	4.449	4.159	4.045	20
Brasil (000)	35.155	37.607	39.442	41.208	44.068	46.311	47.459	48.948	49.572	48.061	46.060	46.282	32

Fonte: Brasil, 2015.

Pode-se notar também que o mercado de trabalho formal de São João da Barra ganhou importância na Região Norte Fluminense em termos de contribuição para a formação do estoque total de empregos. Através da Tabela 5 é possível observar que em 2006 esse município participou com 2,1% dos empregos totais da região, saltando para 4% de participação na formação do estoque total de empregos do Norte Fluminense, em 2017. Foi, destacadamente, a maior evolução entre todos os municípios da região em termos de contribuição para a formação do estoque de empregos. No outro extremo está Campos dos Goytacazes, que apresentou a maior diminuição na participação do estoque de empregos da região.

Nota-se ainda que o NF manteve a sua participação no estoque de empregos no Estado do Rio de Janeiro, que era de 5,6% em 2006 e continua com o mesmo percentual em 2017. Diferentemente do Estado do Rio de Janeiro, que perdeu participação na formação do estoque de empregos no Brasil. Em 2006 participava com 9,6% e em 2017, participou com apenas 8,7% dos empregos formais do Brasil. Indicando, como já citado acima, que o mercado de trabalho do Estado do Rio de Janeiro foi afetado mais severamente pelos impactos da crise econômica brasileira instalada a partir de 2014, do que a média nacional.

Tabela 5. Participação dos municípios do NF no estoque empregos formais

Município	2006	2017	Participação no	Participação no	Evolução 2017/2006 (%)
			NF/ERJ/BR 2006 (%)	NF/ERJ/BR 2017 (%)	
São João da Barra	3.994	9.007	2,1	4,0	126
Conc. de Macabu	1.806	2.707	1,0	1,2	50
Carapebus	1.655	2.388	0,9	1,1	44
São Franc. de Itabapoana	2.339	3.373	1,2	1,5	44
Macaé	85.297	113.996	45	50	34
Cardoso Moreira	1.193	1.574	0,6	0,7	32
Quissama	2.749	3.528	1,5	1,6	28
São Fidélis	4.695	5.110	2,5	2,3	8,8
Campos dos Goytacazes	84.224	85.303	45	38	1,3
Norte Fluminense (000)	188	227	5,6	5,6	21
Estado do RJ (000)	3.374	4.045	9,6	8,7	20
Brasil (000)	35.155	46.282	100	100	32

Fonte: Brasil, 2015.

3.2.1 Análise do emprego formal por Setor Econômico – IBGE

Após análise do comportamento do estoque total de empregos formais na Região Norte Fluminense, a destacada evolução do número de empregos em São João da Barra indica a existência de um movimento isolado, diferente do ocorrido na região, no estado e no país.

Neste item as análises avançarão baseando-se na classificação de Setor Econômico, de acordo com a classificação do IBGE, disponível para consulta na RAIS. As definições de “Setor IBGE” e de “Subsetor IBGE” seguem a Classificação Nacional de Atividade Econômica – CNAE⁷.

O CNAE passou por atualizações nas décadas de 1990 e 2000 e, desde o ano base 2006, a versão CNAE 2.0 está sendo utilizada para classificação dos setores econômicos. As atualizações exigem por parte do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE) a aplicação de conversões com o objetivo de manter a continuidade

⁷ Classificação Nacional de Atividades Econômicas, versão 2.0 - CNAE 2.0. Gestor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Base Legal: Resolução Concla 01/2006 publicada no Diário Oficial em 05/09/2006, disponível em: <https://concla.ibge.gov.br>. A Classificação Nacional de Atividades Econômicas-CNAE é a classificação oficialmente adotada pelo Sistema Estatístico Nacional e pelos órgãos federais gestores de registros administrativos.

da série histórica. O MTE não recomenda a desagregação acima de 26 setores, pois não existe uma boa correlação entre os dados compatibilizados.

Analisando a distribuição do emprego formal por setor econômico no município de São João da Barra, observa-se que, na comparação entre o ano de 2017 e o ano de 2006, os setores “Extrativa Mineral”, “Serviços” e “Indústria da Transformação” destacam-se como os setores de maiores crescimentos relativos, em postos de trabalho.

O setor econômico “Extrativa Mineral” empregava apenas duas pessoas em 2006, o que o caracteriza como um setor, de acordo com os dados da tabela 6, inaugurado de fato em 2015, quando, neste ano, já contava com 214 empregados.

O setor “Serviço”, que também apresentou significativa evolução em seu volume, também teve os seus maiores incrementos a partir de 2015, atingindo o seu maior montante (2.918 empregados) em 2017.

O terceiro setor em destaque é o “Indústria de Transformação”, que apresentou um crescimento de 150% comparando o estoque de empregos de 2017 versus o estoque de 2006. Neste setor, nota-se dois movimentos, aparentemente pontuais, de aumento nos números de postos de trabalho. Um ocorreu em 2012, quando o estoque aumentou em 116%; e o outro em 2014, onde o incremento foi 41% sobre o estoque de 2013.

Se faz necessário ressaltar que o Porto do Açu inaugurou suas operações em outubro de 2014⁸, ampliando suas operações em 2015, período que coincide com os aumentos nos empregos formais dos três setores analisados.

Em termos de importância, esses três setores juntos representaram 52% de todos os empregos formais de São João da Barra, em 2017.

⁸ Início de operação do Terminal 1 (T1), com o embarque de 80 mil toneladas de minério de ferro no navio “Key Light”. Disponível em: <http://www.portodoacu.com.br>. Acesso em: 12 abr. 2019.

Tabela 6. Empregados Formais (Setor Econômico - IBGE) - São João da Barra

Setor Econômico IBGE	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Particip. em SJB 2006 (%)	Particip. em SJB 2017 (%)	Evolução 2017/2006 (%)
Extrativa mineral	2	4	1	0	0	1	1	6	8	214	170	263	0,1	2,9	13.050
Serviços	415	479	608	694	824	1.287	1.270	1.602	1.390	1.921	2.096	2.918	10	32	603
Indústria de transformação	619	467	466	404	423	473	1.020	970	1.370	1.464	1.339	1.545	15	17	150
Comércio	471	478	552	579	649	702	692	805	888	945	766	762	12	8,5	62
Administração Pública	1.997	2.129	2.211	2.252	3.583	3.001	2.636	3.078	3.970	3.730	2.782	3.082	50	34	54
Construção Civil	281	592	1.292	1.590	1.747	2.819	3.133	3.294	2.676	2.068	1.129	285	7,0	3,2	1,4
Serv. industriais de util. pública	0	0	6	4	3	1	0	5	2	0	1	64	0,0	0,7	-
Agropecuária, extrat. vegetal, caça e pesca	209	211	176	192	168	142	121	131	111	107	79	88	5,2	1,0	-58
São João da Barra	3.994	4.360	5.312	5.715	7.397	8.426	8.873	9.891	10.415	10.449	8.362	9.007	100	100	126

Fonte: Brasil, 2015.

Os demais Setores Econômicos serão tratados, de acordo com o grau de relevância de cada um, no próximo item, no qual o comportamento do emprego formal será analisado considerando a classificação de Subsetor Econômico do IBGE.

3.2.2 Análise do emprego formal por Subsetor Econômico – IBGE

Para avançar no conhecimento sobre o comportamento do emprego em São João da Barra, faz-se necessário analisar a composição do emprego de acordo com os Subsetores Econômicos-IBGE. Esta desagregação dos dados possibilita a identificação, de forma específica e detalhada, das áreas da economia que mais contribuíram para o aumento do estoque de empregos formais no município estudado. E numa segunda análise, viabiliza a avaliação da relação dos subsectores identificados como mais relevantes, com a implantação do Complexo Portuário do Açu.

A Tabela 7 foi construída considerando os 25 subsectores em atividade no município de São João da Barra, no período estudado, de acordo com a RAIS. Nesta análise, duas dimensões são consideradas na interpretação dos dados: uma delas é a importância do setor econômico na composição do estoque total de empregos; a outra é o grau de crescimento do número de empregos no setor. Desta

maneira, busca-se analisar mais detalhadamente os setores que contribuíram mais fortemente para a formação do estoque de empregos totais e que também apresentaram, no período, significativo aumento em seu número de postos de trabalho.

De acordo com os dois critérios listados acima, os oito primeiros subsetores da tabela 7 são os mais relevantes e, portanto, merecerão maior atenção no estudo. São eles: Indústria Química, Extrativa Mineral, Transporte e Comunicações, Administração Técnica Profissional, Alojamento Comunicação, Comércio Varejista, Administração Pública e Construção Civil. Juntos estes oito subsetores da economia, separados dos demais na tabela por uma linha de “subtotal”, foram responsáveis por 90% do estoque total de empregos formais de São João da Barra em 2017. Ainda nesta dimensão, dois pontos devem ser citados:

- (i) O subsetor Administração Pública foi o maior empregador em 2017 (e em todos os anos estudados), sendo responsável por 34% de todos os empregos formais do município em 2017;
- (ii) Este mesmo grupo de subsetores econômicos representava em 2006, ano que antecedeu o início das obras de implantação do Porto do Açu, 74,6% dos empregos totais e em 2017 saltou para 90%.

Além da destacada participação na formação do estoque total de empregos, estes oito setores tiveram importantes incrementos em números de postos de trabalho nos últimos dez anos, com exceção da Construção Civil, que será analisada separadamente adiante em virtude de apresentar características específicas.

Tabela 7. Empregados Formais - Subsetor Econômico IBGE - São João da Barra

Subsetor Econômico IBGE	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Particip. em SJB 2006 (%)	Particip. em SJB 2017 (%)	Evolução 2017/2006 %
Indústria Química	5	0	4	0	4	3	88	465	848	904	805	1.067	0,1	12	21.240
Extrativa Mineral	2	4	1	0	0	1	1	6	8	214	170	263	0,1	2,9	13.050
Transporte e Comunicações	18	21	61	109	114	143	162	355	201	699	941	1.153	0,5	13	6.306
Adm Técnica Profissional	44	50	63	84	143	473	312	299	256	330	376	1.139	1,1	13	2.489
Aloj Comunic	190	209	277	287	358	428	538	611	580	591	470	411	4,8	4,6	116
Comércio Varejista	444	440	517	545	600	648	664	726	787	903	727	724	11	8,0	63
Administração Pública	1.997	2.129	2.211	2.252	3.583	3.001	2.636	3.078	3.970	3.730	2.782	3.082	50	34	54
Construção Civil	281	592	1.292	1.590	1.747	2.819	3.133	3.294	2.676	2.068	1.129	285	7,0	3,2	1,4
Subtotal	2.981	3.445	4.426	4.867	6.549	7.516	7.534	8.834	9.326	9.439	7.400	8.124	75	90	273
Alimentos e Bebidas	371	339	311	245	258	258	286	215	227	219	209	205	9,3	2,3	-45
Prod. Mineral Não Metálico	82	34	103	115	87	95	129	236	234	199	183	139	2,1	1,5	70
Ensino	29	52	49	56	53	69	71	106	93	98	125	106	0,7	1,2	266
Agricultura	209	211	176	192	168	142	121	131	111	107	79	88	5,2	1,0	-58
Material de Transporte	0	0	0	0	4	45	474	0	2	61	100	81	-	0,9	-
Serviço Utilidade Pública	0	0	6	4	3	1	0	5	2	0	1	64	-	0,7	-
Médicos Odontol Veter	101	113	126	125	123	121	136	176	208	157	132	59	2,5	0,7	-42
Instituição Financeira	33	34	32	33	33	53	51	55	52	46	52	50	0,8	0,6	52
Comércio Atacadista	27	38	35	34	49	54	28	79	101	42	39	38	0,7	0,4	41
Indústria Mecânica	1	1	1	0	0	0	0	18	16	27	8	17	0,0	0,2	1.600
Papel e Gráf	0	0	0	0	14	13	0	11	17	17	16	16	-	0,2	-
Madeira e Mobiliário	33	18	12	11	16	28	21	10	11	10	10	9	0,8	0,1	-73
Indústria Metalúrgica	10	7	5	20	28	22	22	15	12	10	6	7	0,3	0,1	-30
Elétrico e Comunic	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	-	0,0	-
Indústria Têxtil	99	65	30	13	12	7	0	0	3	2	2	2	2,5	0,0	-98
Borracha, Fumo, Couros	18	3	0	0	0	2	0	0	0	15	0	0	0,5	-	-100
São João da Barra	3.994	4.360	5.312	5.715	7.397	8.426	8.873	9.891	10.415	10.449	8.362	9.007	100	100	126

Fonte: Brasil, 2015.

Uma vez identificados os setores da economia de maior importância na composição do emprego em São João da Barra, tanto em termos de volume como em crescimento, é necessário entender o movimento ocorrido em cada um dos subsectores econômicos, observando se este crescimento se deu isoladamente ou acompanhou os movimentos ocorridos na região, no estado ou no país. Para tanto, serão apresentados dados em números absolutos e em percentuais do estoque de

empregos formais em São João da Barra, Região Norte Fluminense, Estado do Rio de Janeiro e Brasil, no período de 2006 a 2017, por subsetor.

3.2.2.1 Subsetor Econômico Indústria Química

O primeiro subsetor a ser analisado é o da Indústria Química, que, de acordo com o CNAE 2.0 (IBGE, 2019a), compreende:

A transformação de matérias-primas orgânicas ou inorgânicas por processos químicos e a formulação de produtos e a produção de gases industriais, fertilizantes, resinas e fibras, defensivos agrícolas e desinfestantes domissanitários, produtos de limpeza e perfumaria, tintas, explosivos e outros produtos químicos, assim como a fabricação de produtos petroquímicos básicos e intermediários (IBGE, 2019a).

Na Tabela 8 pode-se comprovar que este setor se destaca pelo alto incremento de empregos no município de São João da Barra. Entre os anos de 2006 e 2011 este setor era praticamente inexistente, variando entre 0 e 5 empregados. Começou a contratar em 2012, mas foi em 2014, ano que o Complexo Portuário do Açu entrou em operação que este setor atingiu um total de 848 empregos.

Em 2017, o subsetor da Indústria Química empregou 1.067 trabalhadores, sendo responsável por 12% do estoque total de empregos em São João da Barra, uma representatividade muito superior ao que ocorreu nas três esferas superiores.

Tabela 8. Estoque de Empregados Formais - Subsetor Econ. Indústria Química

Indústria Química	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Part. no estoque local 2006 (%)	Part. no estoque local 2017 (%)	Evolução 2017/2006 (%)
S. J. da Barra	5	0	4	0	4	3	88	465	848	904	805	1.067	0,1	12	21.240
Reg. NF	483	409	432	663	936	903	1.218	1.583	2.023	1.561	1.207	1.466	0,3	0,6	204
Est. RJ (000)	51	52	56	56	70	73	75	76	76	71	65	60	1,5	1,5	16
Brasil (000)	674	690	716	730	903	920	935	952	951	896	865	864	1,9	1,9	28

Fonte: Brasil, 2015.

Considerando o período de incremento significativo de empregos, os percentuais de crescimento do volume e de sua participação relativa no estoque total de empregos, assim como a descrição do subsetor, de acordo com IBGE (2019a), percebe-se que se trata de um movimento localizado, fortemente

influenciado pela presença do Complexo Portuário do Açú, que inaugura, de fato, um subsetor econômico na região, resultando na criação de novos postos de trabalho.

3.2.2.2 Subsetor Econômico Extrativa Mineral

O subsetor econômico Extrativa Mineral, que se insere na seção “Indústria Extrativa”, que, de acordo CNAE 2.0 (IBGE, 2019a), compreende:

As atividades de extração de minerais em estado natural: sólidos (carvão e outros minérios), líquidos (petróleo cru) e gasosos (gás natural), podendo realizar-se em minas subterrâneas, a céu aberto ou em poços. Inclui as atividades complementares de beneficiamento associado à extração, realizadas principalmente para melhorar a qualidade do produto e facilitar a comercialização, desde que o beneficiamento não altere as características físicas ou químicas dos minerais. As atividades de beneficiamento são, geralmente, executadas pela empresa mineradora junto ao local da extração. São consideradas atividades de beneficiamento: trituração, classificação, concentração, pulverização, flotação, liquefação de gás natural, etc. Esta seção compreende também os serviços industriais realizados sob contrato que fazem parte do processo produtivo das atividades desta seção, particularmente na extração de petróleo, e as atividades especializadas de apoio à exploração mineral. (IBGE, 2019a).

É importante registrar que dentro dessa seção, está contida a divisão Extração de Petróleo e Gás Natural, que compreende as seguintes atividades:

Esta divisão compreende a extração de petróleo e gás natural e a extração de xisto e de areias betuminosas. Esta divisão compreende também as atividades de preparação e operação dos campos de petróleo e de gás, tais como: perfuração dirigida e reperforação, perfuração inicial, reparação e desmantelamento de torres de perfuração, cementação dos tubos dos poços e todas as atividades de preparação do petróleo e gás realizadas no local pelos operadores de poços até o momento da remessa para fora do campo de petróleo, realizadas no local, pelos operadores de poços (IBGE, 2019a).

Ao observar a tabela 9, que trata do estoque de empregos formais no subsetor econômico Extrativa Mineral, nota-se que, assim como no subsetor econômico Indústria Química, o incremento de postos de trabalho ocorreu após o início das operações do Complexo Portuário do Açú, que, como já citado acima, foi em outubro de 2014, através da abertura do Terminal 1 (T1). Este subsetor econômico variou entre 0 e 8 empregados entre os anos de 2006 e 2014, saltando para 214 empregados em 2015, e atingindo seu maior volume em 2017, com 263 empregados.

Mesmo com este incremento em termos de postos de trabalho, participou com apenas 2,9% na composição do estoque total de empregos formais de São João da Barra. Neste caso, mais importante do que sua representação no volume total de empregos, é o fato de representar mais um setor produtivo inaugurado juntamente com o início das operações portuárias no Açú.

Comparando o movimento deste subsector econômico em São João da Barra com o ocorrido no Norte Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil, tanto pela análise da evolução quantitativa, como pela evolução da participação no volume total de empregos, fica claro que também se tratou de um movimento localizado, impulsionado pela implantação de um grande empreendimento, o Complexo Portuário do Açú.

Tabela 9. Estoque de Empregos Formais - Subsector Econ. Extrativa Mineral

Extrativa Mineral	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Part. no estoque local 2006 (%)	Part. no estoque local 2017 (%)	Evolução 2017/2006 (%)
S. J. da Barra	2	4	1	0	0	1	1	6	8	214	170	263	0,1	2,9	13.050
Reg. NF (000)	19	20	23	25	27	27	30	31	29	27	22	20	10	8,9	6,9
Est. RJ (000)	38	34	46	50	41	46	50	51	50	45	37	35	1,1	1,1	-9,3
Brasil (000)	183	185	205	209	211	231	259	261	258	240	221	212	0,5	0,5	16

Fonte: Brasil, 2015.

3.2.2.3 Subsector Econômico Transportes e Comunicações

O subsector Transportes e Comunicações, analisado na tabela 10, está inserido na seção Transporte, Armazenagem e Correio, que compreende:

As atividades de transporte de passageiros ou mercadorias, nas modalidades ferroviária, rodoviária, aquaviária, aérea e dutoviária, as atividades de armazenamento e carga e descarga e as atividades de correio, de malote e de entrega das atividades auxiliares dos transportes, tais como a gestão e operação de terminais rodoviários, ferroviários, portuários e aeroportuários e atividades correlatas. O fretamento de equipamento de transporte com condutor ou operador é considerado um serviço de transporte e como tal, inclui-se nesta seção (IBGE, 2019a).

Inserida nesta seção está a divisão “Transporte Aquaviário”, que se define pelas seguintes atividades:

Esta divisão compreende o transporte aquaviário de pessoas e mercadorias. Esta divisão compreende também a operação de embarcações para fins turísticos; o fretamento de embarcações com tripulação; e a operação de embarcações para apoio marítimo e portuário (IBGE, 2019a).

Nesta divisão encontra-se o grupo de atividades denominado “Navegação de Apoio”, que mantém estreita relação as atividades realizadas no Porto do Açú. Este grupo compreende as seguintes atividades:

- 1.O transporte de mercadorias e pessoas para suprimento e apoio a navios e a plataformas de pesquisas e exploração de minerais e hidrocarbonetos.
- 2.A navegação realizada para apoio logístico a navios e a plataformas de exploração de minerais e hidrocarbonetos transporte.
- 3.A navegação realizada nos portos e terminais aquaviários, para atendimento a embarcações e instalações portuárias.
- 4.Os serviços de reboque realizado por empresas de apoio marítimo.
- 5.Os serviços de socorro e salvamento realizado por empresas de apoio portuário.

Neste subsetor econômico, ao analisar a evolução do estoque de emprego, pode-se dividir o movimento em três fases:

- (i) Na primeira fase, que compreende os anos de 2006 e 2007, este setor sofreu pouca ou nenhuma influência do Porto do Açú, já que as obras de construção deste empreendimento foram iniciadas em outubro de 2007. Nestes dois anos, 2006 e 2007, este setor empregou 18 e 21 trabalhadores, respectivamente. Em 2006 representou apenas 0,5% do volume total de empregos no município;
- (ii) A segunda fase contempla os anos de 2008 a 2014, período caracterizado pelas atividades de construção do porto. Durante esta fase o setor de transporte foi aquecido na modalidade rodoviária, principalmente, em virtude da necessidade de deslocamento de profissionais que trabalhavam na obra do porto e residiam em outros distritos de São João da Barra e até em outro município, como Campos dos Goytacazes. Além disso, houve uma intensa movimentação rodoviária de insumos para a obra, especialmente pedras de grande porte usadas para a construção dos quebra-mares dos terminais 1 e 2.
- (iii) Na terceira e última fase, que compreende os anos de 2015, 2016 e 2017, com o porto já em operação, verifica-se um importante movimento de abertura de novos postos de trabalho. Nesta fase, além da manutenção do transporte

rodoviário de funcionários que atuam no complexo portuário, o início das operações portuárias trouxe as atividades relacionadas ao transporte aquaviário marítimo. O maior volume de empregos neste setor foi atingido em 2017, com um total de 1.153 empregados. Com este quantitativo, o subsetor Transporte e Comunicações representou 13% de todos os empregos formais em São João da Barra nesse ano.

Nota-se ainda que, pelos dados apresentados, este crescimento expressivamente superior ao que ocorreu na região, no estado e no país, caracteriza-se como um acontecimento isolado, que estabelece uma nova área econômica. A própria descrição da atividade demonstra forte correlação com as atividades praticadas no Porto do Açu, já que, entre outras atividades, trata do armazenamento e transporte aquaviário de cargas.

Tabela 10. Estoque de Emp. Formais - Subsetor Econ. Transporte e Comunicações

Transporte e Comunicações	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Part. no estoque local 2006 (%)	Part. no estoque local 2017 (%)	Evolução 2017/2006 (%)
S. J. da Barra	18	21	61	109	114	143	162	355	201	699	941	1.153	0,5	13	6.306
Reg. NIF (000)	10	12	14	15	16	18	19	21	23	22	21	19	5,4	8,2	85
Est. RJ (000)	226	245	259	272	290	316	333	345	353	336	316	298	6,7	7,4	31
Brasil (000)	1.760	1.886	2.016	2.111	2.309	2.507	2.617	2.724	2.779	2.707	2.587	2.563	5,0	5,5	46

Fonte: Dados do Ministério do Trabalho (RAIS) / Elaboração do autor (consulta em 19/02/2019).

3.2.2.4 Subsetor Econômico Administração Técnica Profissional

O subsetor Administração Técnica Profissional, analisado na tabela 11, está inserido na seção “Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas”, que compreende:

As atividades especializadas profissionais, científicas e técnicas. Estas atividades requerem uma formação profissional específica normalmente com elevado nível de qualificação e treinamento (em geral educação universitária). O conhecimento especializado (expertise) é o principal elemento colocado à disposição do cliente. Estas atividades compreendem atividades jurídicas, contabilidade, arquitetura e engenharia, pesquisa científica, publicidade, pesquisa de mercado, fotografia profissional, consultorias e serviço veterinário (IBGE, 2019a).

Essa seção é dividida em sete divisões, onde destaca-se a divisão “Serviços de Arquitetura e Engenharia; Testes e Análises Técnicas”, pela sua estreita aproximação com as atividades profissionais comuns em ambientes industriais e de exploração e produção de petróleo e gás. Esta divisão compreende:

A prestação de serviços de arquitetura, de engenharia e outras atividades técnicas relacionadas à arquitetura e engenharia, tais como as atividades de: cartografia, topografia, geodésia, geologia, etc. Esta divisão compreende também as atividades de realização de testes e análises técnicas em todos os tipos de materiais e de produtos (IBGE, 2019a).

Esse subsetor econômico, que empregava apenas 44 pessoas em 2006, apresentou volumes maiores entre os anos de 2011 e 2016, mas foi em 2017 que o total de empregados saltou para 1.139 pessoas, maior quantitativo do período avaliado. Com 1.139 empregados, este setor que representava apenas 1% do estoque total de empregos formais de São João da barra em 2006, passou a representar 13% de todos os empregos formais em 2017, igualando em termos de representatividade ao ocorrido no Estado do Rio de Janeiro e superando as participações na região e no país.

Tabela 11. Estoque de Emp. Formais - Subsetor Econ. Adm. Técnica Profissional

Adm. Técnica Profissional	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Part. no estoque local 2006 (%)	Part. no estoque local 2017 (%)	Evolução 2017/2006 (%)
S. J. da Barra	44	50	63	84	143	473	312	299	256	330	376	1.139	1,1	13	2.489
Reg. NF (000)	19	20	18	19	23	28	30	26	25	23	21	22	10	9,7	15
Est. RJ (000)	460	494	535	553	598	609	657	657	651	607	548	533	14	13	16
Brasil (000)	3.364	3.727	3.873	4.120	4.568	4.930	5.262	5.404	5.512	5.326	5.104	5.165	9,6	11	54

Fonte: Brasil, 2015.

3.2.2.5 Subsetor Econômico Alojamento e Comunicação

O subsetor econômico “Aloj Comunic”, de acordo com CNAE 2.0 (IBGE, 2019a), se insere na seção “Alojamento e Alimentação”, e compreende:

As atividades de alojamento de curta duração e os serviços de alimentação. Os serviços de alojamento se distinguem dos de locação de imóveis pela curta duração da disponibilidade do local de alojamento, salvo em casos de alojamentos coletivos (pensionatos, casas de estudante), tradicionalmente tratados dentro deste segmento. Os serviços de alimentação têm como característica o preparo das refeições para consumo imediato, com ou sem

serviço completo (para efeito de classificação, entende-se como serviço completo todas as unidades que tem serviço de mesa, independente de que o pessoal encarregado de servir as refeições tenha outras funções dentro da unidade econômica), a preparação de alimentos por encomenda e a preparação de bebidas para consumo imediato. Não inclui a preparação de alimentos que não seja para consumo imediato e, também, a venda de refeições e bebidas que não seja para consumo imediato (IBGE, 2019a).

Este subsetor econômico apresentou, conforme tabela 12, crescimento de 116% comparando o estoque de empregos existentes em 2017 (411 empregados) com o existente em 2006 (190 empregados). Comparando o crescimento no número de empregos formais nesse subsetor em São João da Barra com os crescimentos na região, no estado e no país, pode-se afirmar que também foi fruto de um movimento local, independente do ocorrido nas esferas superiores.

Faz-se necessário ressaltar que o maior volume de empregados nesse subsetor foi registrado em 2013, quando contava com 611 empregados. Neste mesmo ano, 2013, se observa o registro do maior volume de empregos no setor Construção Civil, do período avaliado. O volume total de empregados formais na Construção Civil em 2013 foi 3.294 profissionais. Estes dados sugerem uma relação direta entre esses subsetores, marcada pela necessidade de oferecer alojamento e alimentação para os trabalhadores inseridos nas atividades das obras de implantação do Complexo Portuário do Açu.

Em termos de participação na formação do estoque total de empregos, nota-se que, mesmo com a abertura de novos postos de trabalho, esse subsetor apresenta representatividade inferior aquelas observadas na região, no estado e no país, o que supõe que, possivelmente, continuará crescendo para ampliar a oferta de serviços de hospedagem e alimentação aos empregados e visitantes ligados as empresas implantadas no Complexo Portuário do Açu.

Outro fator que influencia no estoque de empregos desse setor é o turismo. Como citado acima, São João da Barra conta com extenso litoral, onde suas praias tornaram-se ao longo dos anos importantes destinos para veranistas e turistas. Observa-se o direcionamento de recursos por parte da prefeitura, como a realização frequente de eventos de grande porte envolvendo esportes, shows musicais e gastronomia, com o objetivo de atrair visitantes e movimentar economicamente o município. O carnaval de rua de São João da Barra se destaca em toda a região, mantendo atividades como desfiles de escolas de samba e blocos, além de shows musicais, durante toda a semana carnavalesca.

Tabela 12. Estoque de Emp. Formais - Subsetor Econ. Alojamento e Comunicação

Alojamento Comunicação	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Part. no estoque local 2006 (%)	Part. no estoque local 2017 (%)	Evolução 2017/2006 (%)
S. J. da Barra	190	209	277	287	358	428	538	611	580	591	470	411	4,8	4,6	116
Reg. NF (000)	12	23	24	14	15	16	16	18	19	18	17	16	6,6	6,9	26
Est. RJ (000)	379	413	413	415	447	497	486	504	525	521	498	468	11	12	24
Brasil (000)	2.973	3.132	3.312	3.461	3.703	3.913	4.036	4.156	4.318	4.298	4.184	4.139	8,5	8,9	39

Fonte: Brasil, 2015.

3.2.2.6 Subsetor Econômico Comércio Varejista

O subsetor Comércio Varejista, de acordo com o CNAE 2.0, compreende:

As atividades de revenda (venda sem transformação significativa) de bens de consumo novos e usados para o público em geral, preponderantemente para o consumidor final. O comércio varejista é organizado para vender mercadorias em pequenas quantidades ao consumidor final, representando, portanto, o último elo da cadeia de distribuição. Inclui tanto o comércio tradicional em lojas abertas ao público como o varejo por meios não tradicionais por catálogo, porta-a-porta, televisão, internet, etc. Esta divisão compreende também as unidades comerciais abertas ao público, em lojas com exposição de mercadorias, de produtos tais como computadores pessoais, artigos de papelaria, tintas ou madeira, ainda que parte das vendas realizadas não seja para uso pessoal ou doméstico (IBGE, 2019a).

Como se observa na Tabela 13, este subsetor apresentou crescimento de 63% no seu estoque de emprego comparando o ano de 2017 versus o ano de 2006. Embora tenha apresentado um aumento de empregos menor do que o índice de crescimento dos empregos totais de São João da Barra, que foi de 126%, destaca-se por representar 8% dos empregos formais totais desses municípios.

Tabela 13. Estoque de Emp. Formais - Subsetor Econômico Comércio Varejista

Comércio Varejista	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Part. no estoque local 2006 (%)	Part. no estoque local 2017 (%)	Evolução 2017/2006 (%)
S. J. da Barra	444	440	517	545	600	648	664	726	787	903	727	724	11	8,0	63
Reg. NF (000)	28	29	32	33	36	38	40	41	42	40	37	36	15	16	32
Est. RJ (000)	541	575	603	621	666	698	720	740	751	733	706	690	16	17	28
Brasil (000)	5.321	5.717	6.108	6.420	7.002	7.388	7.698	7.927	8.087	7.915	7.666	7.624	15	16	43

Fonte: Brasil, 2015.

Esta participação de 8% no estoque total de empregos é a metade do que este subsetor representa na região, no estado e no país, que registraram em 2017,

16%, 17% e 16%, respectivamente. Provavelmente o aumento de empregos neste subsetor mantenha maior relação com o aumento populacional, e suas demandas, do que com o aumento de empregos formais. De acordo com o IBGE, a população estimada para 2018 é de 36.138 habitantes, que representa um aumento populacional de 10,4% sobre a população do último censo (2010). Nota-se que os índices de crescimento do emprego no Comércio Varejista e do aumento populacional previsto para São João da Barra, mesmo preservando suas diferenças, apresentam certa similaridade. De alguma forma, a disparidade entre os índices de aumento de postos de trabalho e do aumento da população de São João da Barra se explica através do fato de que parte dos novos trabalhadores do Complexo Portuário do Açu fixaram residência em Campos dos Goytacazes, município com maior e melhor estrutura nas áreas de habitação, educação, saúde e lazer.

3.2.2.7 Subsetor Econômico Administração Pública

Para o melhor entendimento deste subsetor, se faz necessário o detalhamento das atividades nele contidas, de modo que se compreenda a sua abrangência e complexidade, desfazendo a imagem simplista desenvolvida pelo senso comum de que este setor está relacionado somente e simplesmente a administração pública municipal e, portanto, vulnerável ao atendimento das ações políticas locais.

O subsetor Administração Pública, que de acordo com CNAE 2.0 está inserido na seção “Administração Pública, Defesa e Seguridade Social” compreende:

As atividades que, por sua natureza, são normalmente realizadas pela Administração Pública e, como tal, são atividades essencialmente não-mercantis, compreendendo a administração geral (o executivo, o legislativo, a administração tributária, etc., nas três esferas de governo) e a regulamentação e fiscalização das atividades na área social e da vida econômica do país; as atividades de defesa, justiça, relações exteriores, etc.; e a gestão do sistema de seguridade social obrigatória (IBGE, 2019a).

Esta seção está dividida em três grupos, que, visto individualmente, ampliam a complexidade deste setor. São eles:

- (i) Administração do estado e da política econômica e social;

Este grupo compreende a administração pública em geral, isto é, de caráter executivo, legislativo e financeiro, em todos os níveis do governo, e a supervisão no campo da vida social e econômica.

(ii) Serviços coletivos prestados pela administração pública;

Este grupo compreende os serviços coletivos prestados pela administração pública, tais como: relações exteriores, defesa, justiça, segurança, ordem pública e defesa civil.

(iii) Seguridade social obrigatória.

Este grupo compreende as atividades da seguridade social obrigatória, envolvendo a gestão, financiamento e concessão de benefícios de aposentadoria, pensão, auxílio-doença, auxílio-natalidade e auxílio-funeral; as atividades do Ministério da Previdência Social; a concessão de seguro-desemprego; a concessão de pensão a viúvos (IBGE, 2019a).

De acordo com a tabela 14, que trata da evolução dos empregos no subsetor Administração Pública em São João da Barra, pode-se verificar que houve um aumento de 54% no estoque de empregos comparando o ano de 2017, que registrou 3.082 empregados, com o ano de 2006, quando empregava 1.997 pessoas. Embora este aumento tenha sido menor do que o verificado no estoque total de empregos do município, que foi de 126%, ele foi muito superior ao ocorrido nas três esferas superiores, que ficaram entre 12% e 19%.

Tabela 14. Estoque de Emp. Formais - Subsetor Econ. Administração Pública

Administ. Pública	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Part. no estoque local 2006 (%)	Part. no estoque local 2017 (%)	Evolução 2017/2006 (%)
S. J. da Barra	1.997	2.129	2.211	2.252	3.583	3.001	2.636	3.078	3.970	3.730	2.782	3.082	50	34	54
Reg. NF (000)	37	42	31	31	40	47	44	47	45	44	40	42	20	18	14
Est. RJ (000)	676	799	692	730	741	801	772	798	781	754	734	756	20	19	12
Brasil (000)	7.722	8.198	8.310	8.764	8.923	9.104	8.937	9.340	9.356	9.199	8.826	9.195	22	20	19

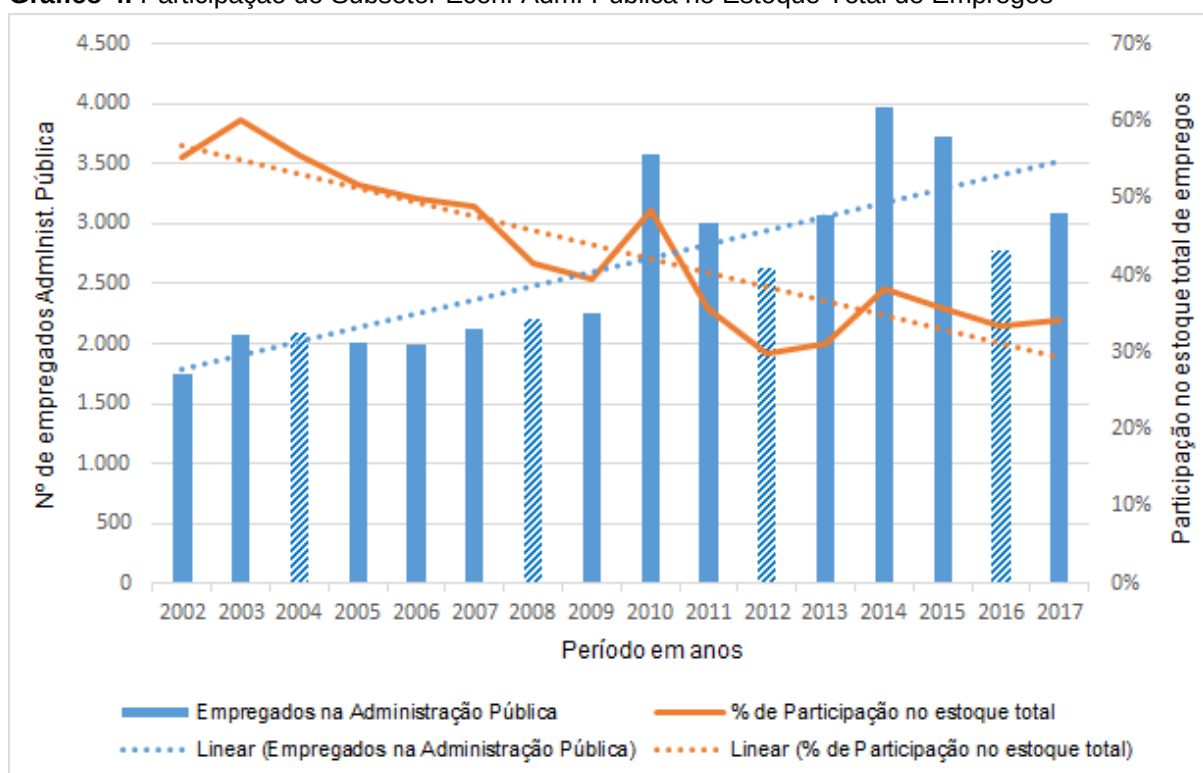
Fonte: Brasil, 2015.

Além do aumento significativo no número de empregados, este setor merece especial destaque por representar a maior parte de todos os empregos de São João da Barra durante dez dos doze anos estudados. Como se pode observar na tabela 6, as exceções foram os anos de 2012 e 2013, quando a Construção Civil alcançou seus maiores volumes, superando o setor Administração Pública em números de empregados formais.

O Gráfico 4 mostra que este setor foi responsável, ao longo de todo o período estudado, por uma parcela significativa da formação do estoque total de empregos formais em São João da Barra. No ano de 2003 este setor foi responsável por 60% de todos os empregos formais do município. Em 2006, último ano antes do início das obras de implantação do Complexo Portuário do Açú, concentrou-se nesse setor a metade de todos os empregos formais do município.

Ainda no Gráfico 4 é possível notar, através da linha pontilhada azul, a existência de uma tendência de crescimento do número de empregos neste setor. No entanto, através da linha pontilhada laranja, pode-se observar uma significativa tendência de diminuição da participação desse setor na constituição do estoque total de empregos em São João da Barra. E isso acontece em virtude da criação de novos postos de trabalho, sendo uma parcela importante deles, em subsetores econômicos que foram desenvolvidos a partir da implantação do Complexo Portuário do Açú.

Gráfico 4. Participação do Subsetor Econ. Adm. Pública no Estoque Total de Empregos



Fonte: Brasil, 2015.

De qualquer forma, mesmo que em 2017 esse setor tenha representado 34%, do estoque total de empregos do município, que é um percentual bastante inferior

aos registrados na década de 2000, nesse município a participação desse setor no estoque total de empregos formais é significativamente superior ao que se observa no Norte Fluminense, Estado do Rio de Janeiro e Brasil, onde esse setor representa 18%, 19% e 20%, respectivamente, conforme mostra a Tabela 14.

3.2.2.8 Subsetor Econômico Construção Civil

De acordo com CNAE 2.0, o subsetor Construção Civil compreende:

A construção de edifícios em geral, as obras de infraestrutura e os serviços especializados para construção que fazem parte do processo de construção. A construção de edifícios compreende: a construção de edifícios para usos residenciais, comerciais, industriais, agropecuários e públicos.

Também estão compreendidas nesta seção as reformas, manutenções correntes, complementações e alterações de imóveis; a montagem de estruturas pré-fabricadas in loco para fins diversos de natureza permanente ou temporária.

A construção de obras de infraestrutura compreende: a construção de autoestradas, vias urbanas, pontes, túneis, ferrovias, metrô, pistas de aeroportos, portos e redes de abastecimento de água, sistemas de irrigação, sistemas de esgoto, instalações industriais, redes de transporte por dutos (gasodutos, minerodutos, oleodutos) e linhas de eletricidade, instalações esportivas, etc.

Esta seção compreende também as atividades de incorporação de empreendimentos imobiliários que promovem a realização de projetos de engenharia civil provendo recursos financeiros, técnicos e materiais para a sua execução e posterior venda (IBGE, 2019a).

O subsetor Construção Civil, durante o período avaliado, no município de São João da Barra, apresenta um comportamento amplamente estudado e descrito na literatura que versa sobre a implantação do Grandes Projetos de Investimentos (GPIs). A oferta de numerosas vagas de emprego com o objetivo de formar a força de trabalho necessária para as obras civis de implantação do GPI atrai muitos migrantes, que se juntam aos moradores locais na busca por um emprego que assegure garantias trabalhistas e melhores salários. No entanto, com a conclusão das obras de implantação vem a desmobilização de grande parte da força de trabalho, em especial os trabalhadores menos qualificados, e, conseqüentemente, criação de um grande contingente de desempregados, que afeta tanto os migrantes como os nativos.

Pelos dados de empregos formais apresentados na Tabela 15 é possível identificar o forte impacto das obras civis de implantação do Complexo Portuário do

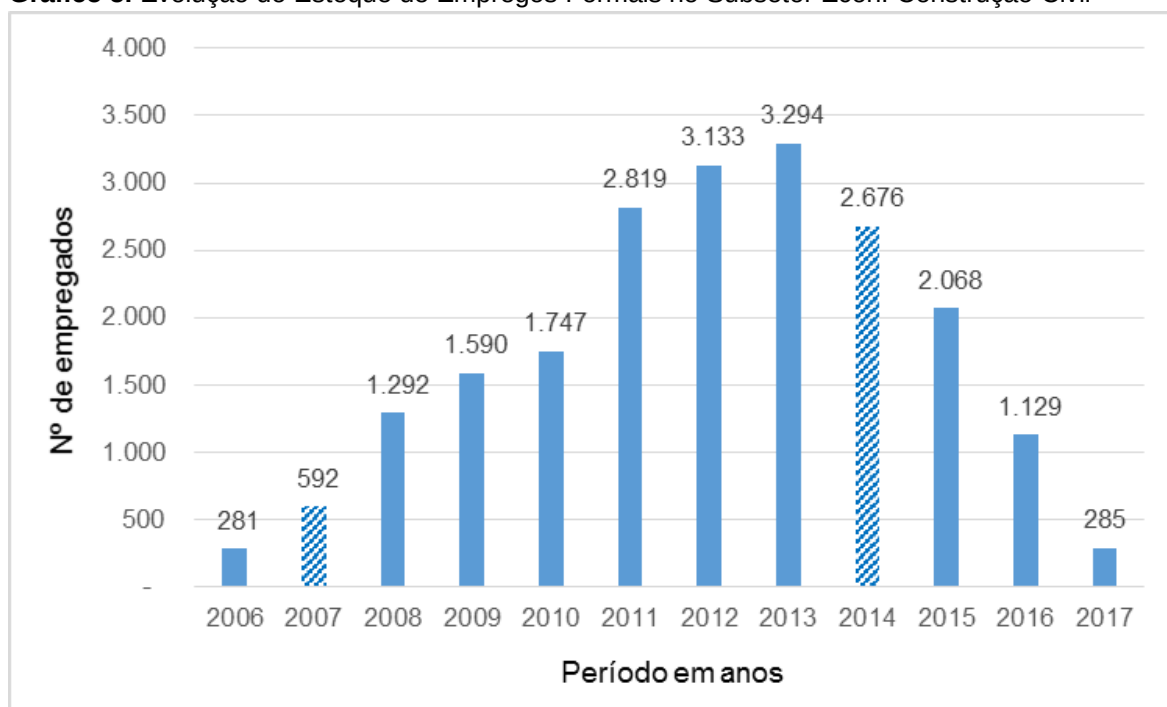
Açu na criação de novos postos de trabalho, assim como a desmobilização da força de trabalho ao final das obras.

Tabela 15. Estoque de Emp. Formais - Subsetor Econômico Construção Civil

Construção Civil	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Part. no estoque local 2006 (%)	Part. no estoque local 2017 (%)	Evolução 2017/2006 (%)
S. J. da Barra	281	592	1.292	1.590	1.747	2.819	3.133	3.294	2.676	2.068	1.129	285	7,0	3,2	1,4
Reg. NF (000)	16	17	21	17	18	20	21	30	29	26	22	13	8,8	5,9	-18
Est. RJ (000)	148	158	183	207	225	261	287	300	301	262	183	156	4,4	3,9	5,7
Brasil (000)	1.393	1.618	1.915	2.132	2.509	2.750	2.833	2.893	2.816	2.423	1.985	1.839	4,0	4,0	32

Fonte: Brasil, 2015.

No Gráfico 5 pode-se constatar com maior clareza o movimento ocorrido nesse setor, no município de São João da Barra. No ano de 2006, ano que antecede o início das obras de implantação do Complexo Portuário do Açu, esse setor empregava 281 pessoas. Em 2007, com o início das obras, que se deu em outubro, esse setor já apresentou um incremento. A partir de então o estoque de empregados formais na Construção Civil de São João da Barra registrou crescimento contínuo até atingir seu pico em 2013, com 3.294 empregados. A partir de ano de 2014, quando o Complexo Portuário do Açu iniciou suas operações, mais especificamente em outubro de 2014, iniciou-se a desmobilização da força de trabalho empregada nas obras civis. A redução do quantitativo de empregados se manteve nos anos seguintes, chegando no ano de 2017 com 285 empregados nesse setor, retornando assim, ao mesmo patamar existente em 2006, exatamente como descrito na literatura.

Gráfico 5. Evolução do Estoque de Empregos Formais no Subsetor Econ. Construção Civil

Fonte: Brasil, 2015.

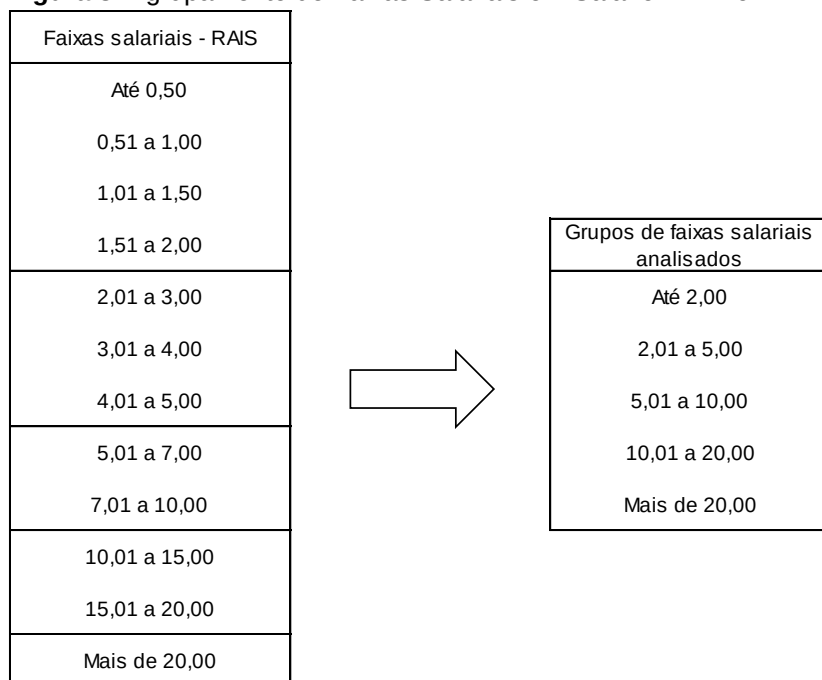
3.3 Comportamento da renda média

A análise da evolução da renda média do trabalhador formal de São João da Barra se dá visando responder a questão levantada no item 1.2, que trata do objetivo do estudo. Neste item é proposto que se avalie, além da criação de novos postos de trabalho a partir da implantação do Complexo Portuário do Açú, se o mercado de trabalho formal também sofre impacto positivo em sua qualidade. Para isso será analisada a evolução da remuneração média, em salários mínimos, do trabalhador formal, que, somada aos direitos garantidos pela CLT no ato da assinatura do contrato de trabalho, mais os benefícios concedidos pelas empresas como estratégias de atração e retenção profissional, representa um fator relevante para elevação do nível socioeconômico de uma parcela de trabalhadores locais, especialmente os inseridos nos quadros de funcionários das empresas de maior complexidade tecnológica instaladas no Complexo Portuário do Açú.

Para efeito de análise da evolução da renda média será usado o modelo de agrupamento de faixas salariais (Figura 8). A elaboração deste modelo teve como referência a estrutura utilizada pelo IBGE no Censo 2010, intitulada “Classes de Rendimento Nominal Mensal no Trabalho Principal”, que contempla o agrupamento de faixas de rendimentos médios em salário mínimo. O objetivo em trabalhar com

este formato é gerar massa crítica para análise, já que o volume de trabalhadores alocados em algumas faixas salariais, como por exemplo “Até 0,50” e “0,5 a 1,0”, apresentam baixa representatividade em relação ao estoque total de empregos.

Figura 8. Agrupamento de Faixas Salariais em Salário Mínimo



Fonte: Brasil, 2015.

De acordo com a Tabela 16, que trata da distribuição dos trabalhadores formais de São João da Barra em faixas salariais de acordo com suas rendas médias, em salário mínimo, nota-se que, ao comparar os dados de 2017 com os dados de 2006, houve ampliação na representatividade das três faixas salarias mais elevadas. Estas três faixas, que se iniciam com trabalhadores com renda média acima de 5 salários mínimos tiveram, no período avaliado, os maiores crescimentos relativos e representaram juntas, em 2017, 17,1% de todos os empregados formais do município. Este percentual de 17,1% foi bem superior aos 4,7% que estas três faixas representavam em 2006. Em um movimento contrário, a faixa salarial até 2 salários mínimos, onde se concentra a maior parte dos trabalhadores formais, perdeu representatividade. Em 2006, 58% de todos os empregados do município se concentravam nesta faixa. Já em 2017 esta representatividade foi reduzida para 45%.

Nota-se ainda que as faixas de remuneração mais elevadas apresentaram seus maiores incrementos durante os principais anos de implantação do Complexo

Portuário do Açú, que são 2011, 2012 e 2013, e se consolidaram a partir do início das operações portuárias em 2014. Os dados analisados revelam que a chegada desse empreendimento, além de viabilizar a abertura de numerosos postos de trabalho, promoveu um aumento expressivo na renda média dos trabalhadores formais em São João da Barra.

Tabela 16. Renda Média dos Empregados Formais em Salário Mínimo – SJB

Faixa Remun. Média (SM)	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Part. em SJB 2006 (%)	Part. em SJB 2017 (%)	Evolução 2017/2006 (%)
Até 2,00	2.299	2.579	2.769	3.061	4.470	4.544	4.305	4.458	4.526	4.601	3.816	4.073	58	45	77
2,01 a 5,00	1.402	1.422	2.073	2.080	2.247	2.922	3.303	3.993	4.194	4.049	3.215	3.257	35	36	132
5,01 a 10,00	146	173	262	341	413	573	634	882	1.039	1.013	724	902	3,7	10	518
10,01 a 20,00	35	57	82	114	144	217	339	406	487	541	373	473	0,9	5,3	1.251
Mais de 20,00	7	11	20	26	26	92	207	46	59	112	86	169	0,2	1,9	2.314
São João da Barra	3.994	4.360	5.312	5.715	7.397	8.426	8.873	9.891	10.415	10.449	8.362	9.007	100	100	126

Fonte: Brasil, 2015.

Após verificar que houve significativo crescimento no estoque de empregos formais de São João da Barra nos últimos 10 anos e que este movimento se deu ampliando a concentração de trabalhadoras em faixas salariais mais elevadas, cabe analisar a distribuição dos trabalhadores nas faixas de rendimento comparando com o encontrado na Região Norte Fluminense e no Estado do Rio de Janeiro. Na Tabela 17 pode-se observar que, de acordo com os dados de 2006, São João da Barra apresentava uma concentração de trabalhadores na faixa de rendimento de até 2 salários mínimos bastante superior (58%) a existente na região e no estado, que apresentavam 47% e 49%, respectivamente. Nota-se que em 2017 a concentração nesta faixa foi reduzida em São João da Barra, se nivelando ao visto na região e abaixo do encontrado no estado.

Se faz necessário registrar que, com o aumento da concentração de trabalhadores nas faixas mais elevadas de renda média, a distribuição dos empregados em São João da Barra em 2017 apresenta similaridade com a encontrada no Estado do Rio de Janeiro. No entanto, quando se compara a distribuição dos empregados desse município com a distribuição dos empregados na Região Norte Fluminense, a região se diferencia por apresentar mais trabalhadores alocados nas faixas mais elevadas, com rendimento médio acima de 10 salários mínimos. Embora o crescimento da renda média de São João da Barra contribua em

alguma medida para a elevação da renda média regional, o principal fator que de influência nessa diferenciação são as elevadas remunerações pagas aos trabalhadores do segmento petrolífero, concentrado no município de Macaé, localizado também no Norte Fluminense.

Tabela 17. Participação por Faixa de Renda Média em Salário Mínimo – SJB/NF/ERJ

Faixa de Remuneração Média (SM)	São João da Barra		Norte Fluminense		Est. do Rio de Janeiro	
	Partic. em 2006 (%)	Partic. em 2017 (%)	Partic. em 2006 (%)	Partic. em 2017 (%)	Partic. em 2006 (%)	Partic. em 2017 (%)
Até 2,00	58	45	47	46	49	52
2,01 a 5,00	35	36	29	30	32	30
5,01 a 10,00	3,7	10	12	11	11	9,7
10,01 a 20,00	0,9	5,3	6,2	7,0	4,7	4,2
Mais de 20,00	0,2	1,9	4,8	3,5	2,4	1,7

Fonte: Brasil, 2015.

4 O NOVO EMPEGADOR DE SÃO JOÃO DA BARRA

De acordo com Monié e Vidal (2006), “a partir do início da década de 1990, assistiu-se a uma intensificação do processo de globalização caracterizado pela crescente integração das esferas da produção, do consumo e da circulação”. A realocização das plantas fabris em busca de baixo custo de produção e a multilocalização de produção e montagem baseada em estratégias complexas de terceirização estabeleceram uma reestruturação produtiva que criou “uma verdadeira explosão de fluxos imateriais e materiais nas mais diversas escalas geográficas”.

A modernização do transporte marítimo, através dos avanços da engenharia naval e o consequente ganho expressivo de volume e agilidade, bem como o desenvolvimento rápido do uso de contêineres, ícone das transformações mundiais no transporte e manuseio de cargas, impôs uma transformação radical no sistema portuário mundial.

No Brasil, a baixa competitividade dos portos brasileiros e os altos custos operacionais foram apontados como as principais barreiras para a inserção do país nos novos fluxos comerciais. No entanto, a extinção da Portobrás, a criação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e, especialmente, a elaboração e promulgação da Lei nº 8.630/93, denominada Lei de Modernização dos Portos, cuja finalidade foi estabelecer um regime jurídico que possibilitasse que a iniciativa privada investisse e explorasse portos e instalações portuárias no Brasil através dos Terminais de Uso Privativo, foram medidas que visaram a modernização do sistema portuário brasileiro e sua adequação ao mercado global.

Como fruto das novas demandas impostas pela globalização sobre as operações portuárias e as transformações ocorridas nas últimas décadas no transporte marítimo mundial de carga surge o Porto do Açu, simbolizando a modernização em soluções logísticas, o crescimento econômico regional e o expressivo potencial para a geração de emprego e renda local.

4.1 O Complexo Portuário do Açu: uma síntese⁹

4.1.1 Histórico da implantação

Em 1999, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Energia, Indústria Naval e Petróleo, elaborou um estudo de viabilidade técnica para a instalação de um porto de grande porte no litoral do Estado, tendo sido definido, como melhor local, Barra do Açu, no município de São João da Barra. (RANGEL, 2012).

Em junho do mesmo ano, o então governador do Estado do Rio de Janeiro, Anthony William Garotinho Matheus de Oliveira, assinou o Decreto Estadual nº 25.455, tornando uma área de 24,12 km², na localidade de Barra do Açu, para fins de desapropriação por utilidade pública, no local definido para o porto, com o objetivo de construção, implantação e exploração de terminal marítimo e portuário, com a participação da iniciativa privada (GOVERNO DO ESTADO DO RJ, 1999 apud RANGEL, 2012, p. 60).

O projeto do porto, que foi concebido como polo de apoio à indústria de petróleo e gás, foi apresentado a vários empreendedores, entre os quais o empresário Eike Batista, que, em 2005, elaborou um ambicioso projeto de porto *offshore* e *onshore*, para possibilitar o atracamento de navios de grande porte, numa região marítima que, além de permitir a execução da obra devido ao calado náutico do local, possui ainda uma extensa retroárea para a instalação de um Distrito Industrial (RANGEL; MATTA, 2017, p. 3).

No dia 27 de dezembro de 2006, após publicação do Decreto Estadual nº 40.456¹⁰, o empresário Eike Batista promoveu o lançamento da pedra fundamental do Porto do Açu, no 5º distrito do município de São João da Barra.

⁹ Para aprofundamento sobre o tema, ler as dissertações de MAIA, Dayanne Vieira. Porto do Açu: uma análise de conteúdo das notícias na mídia impressa regional (2016); RANGEL, Hevilmar Carneiro. Complexo Portuário do Açu: Impacto do empreendimento no Município de São João da Barra (2012); OLIVEIRA, Cláudia de. Os laços entre estado e capital privado: o Grupo EBX como X da questão (2012). Produções do Programa de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes, RJ.

¹⁰ Em 2006, através do Decreto Estadual nº 40.456 de 22/12/2006, a Governadora do Estado do Rio de Janeiro, Sra. Rosinha Garotinho Matheus de Oliveira, autoriza um diferimento tributário às empresas Mineração Pesquisas e Comércio Ltda. (MPC) e Mineração e Metálicos S.A. (MMX), para as fases de construção, pré-operação e operação do Complexo Portuário do Açu. A autorização para construção e exploração do porto foi concedida pela ANTAQ, através da Resolução nº 814-ANTAQ, de 20/06/2007, à empresa Mineração, Pesquisas e Comércio Ltda. (MPC), que mudou a denominação para LLX Minas-Rio (RANGEL, 2012).

O projeto do porto contaria com dois terminais totalizando 11 km de cais, que possibilitariam a movimentação de diversos produtos como minério de ferro, petróleo, granéis sólidos e líquidos, carvão, carga geral e veículos. O projeto apresentado não se limitava à construção de um porto. Contaria ainda com uma área de 5 milhões de metros quadrados para apoio às atividades *offshore* de óleo e gás. O empreendimento previa investimentos de 3 bilhões de reais e a geração de 10 mil empregos diretos em sua infraestrutura. Constava também com um Distrito Industrial, onde estavam previstas plantas de pelletização, indústrias cimenteiras, polo metalomecânico, unidades petroquímicas, siderúrgicas, montadoras de automóveis, pátios de armazenagem, inclusive para gás natural, cluster para processamento de rochas ornamentais e usinas termelétricas, tudo isso ampliando ainda mais a possibilidade de criação empregos.

As obras do Complexo Logístico Industrial e Portuário do Açu - nome adotado para o empreendimento durante o seu lançamento - tiveram início em outubro de 2007, pela empresa LLX Logística S.A., com previsão para realizar o primeiro embarque de minério de ferro em 2009. No entanto, o início das operações portuárias ocorreu somente em outubro de 2014, quando foi efetuado o primeiro carregamento de 80 mil toneladas de minério de ferro pela empresa Anglo American, no navio “Key Light”, com destino à China. Neste momento, com dimensões bem mais modestas do que aquelas apresentadas no projeto inicial pela EBX.

A empresa EBX Holding Ltda., cuja subsidiária a LLX Logística S.A. era a responsável pela construção e operação do Porto do Açu, começou a ter sérios problemas financeiros em 2013, o que levou à venda de seus ativos. A LLX foi adquirida pelo grupo EIG Global Energy Partners, que assumiu o controle da empresa em 14/10/2013.

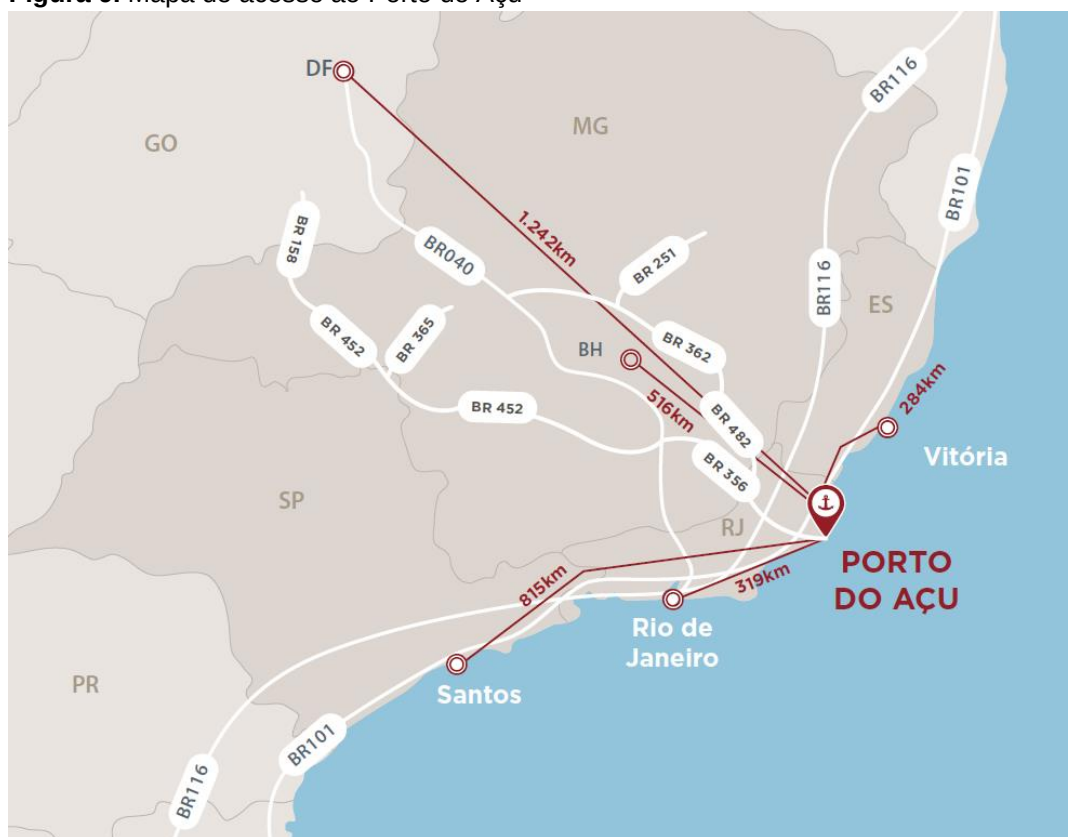
4.1.2 O Porto do Açu hoje

Em dias atuais o Complexo Portuário do Açu é desenvolvido e operado pela Prumo Logística, uma empresa orientada para atuação junto aos setores de energia e infraestrutura. A Prumo é controlada pelo EIG Global Energy Partners, fundo americano que atua nos setores de energia e infraestrutura, que detém 91,7% do seu capital. Sua estrutura societária conta ainda com o sócio Mubadala Development Company, investidor que emprega capital em várias regiões, classes

de ativos e setores em benefício dos Emirados Árabes Unidos, que detém 6,9% do capital. Além de acionistas minoritários, proprietários de 1,4% do capital da Prumo Logística,

Com área total de 130 km², o Complexo Portuário do Açu está situado na Região Sudeste do país, posicionando-se entre as capitais Rio de Janeiro e Vitória. Sua localização lhe confere diferenciais estratégicos pela aproximação com os portos de Santos, Vitória e Rio de Janeiro. Além de servir como alternativa logística para escoar a produção de minério de ferro do estado de Minas Gerais e a produção agrícola da Região Centro-Oeste brasileira (Figura 9).

Figura 9. Mapa de acesso ao Porto do Açu



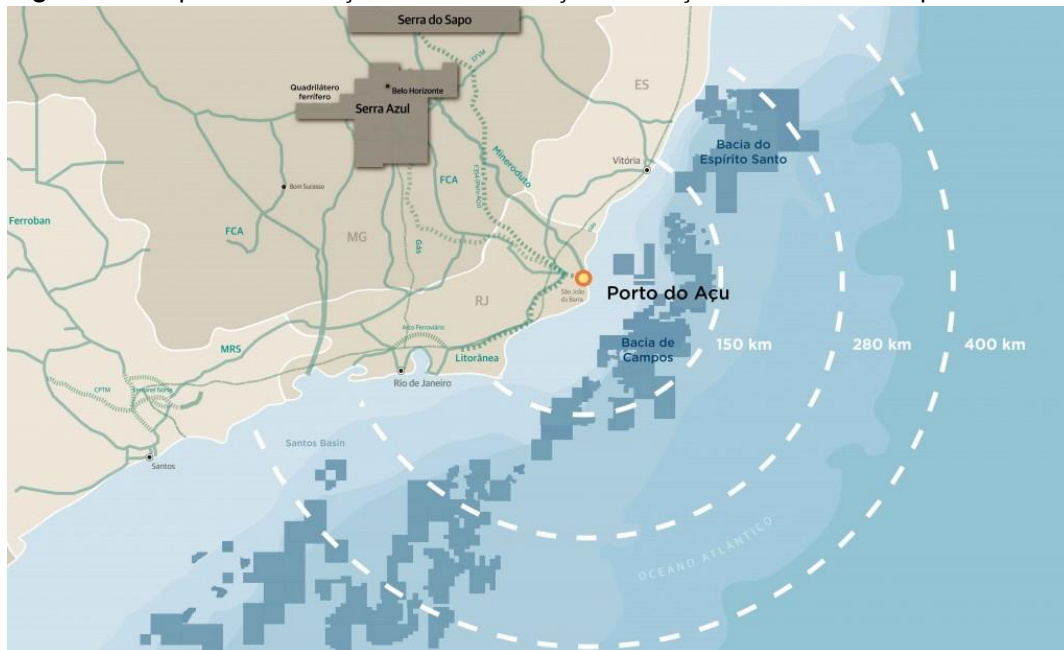
Fonte: Porto do Açu, 2019.

Sua vocação como polo de apoio à indústria de petróleo e gás é confirmada no site oficial da Prumo Logística: “PROPÓSITO - Desenvolver o Porto do Açu de forma sustentável, criando um complexo portuário, industrial e de infraestrutura para promover o crescimento econômico e social do Norte Fluminense tendo como âncoras os setores de Energia e de Óleo & Gás”.

Para tanto, de acordo com a Prumo Logística, o Porto do Açu está estrategicamente localizado no norte do estado do Rio de Janeiro, a

aproximadamente 123 km da Bacia de Campos, mantendo também proximidade com as Bacias do Espírito Santo e de Santos, como demonstra a Figura 10.

Figura 10. Mapa de localização do Porto do Açu em relação a Bacia de Campos



Fonte: Dieguez, 2015.

Sua localização lhe confere melhores condições de acesso marítimo e apoio logístico às empresas petrolíferas que atuam na região, o que se torna um importante atrativo para empresas relacionadas à indústria do petróleo se instalarem no complexo.

Em sua estrutura, o Porto do Açu, que é um porto 100% privado, dispõe de nove terminais, conforme ANEXO A¹¹. Destacam-se o Terminal 1 (*offshore*), em operação desde outubro de 2014, dedicado a movimentação de minério de ferro e petróleo; e também o Terminal 2 (*onshore*), onde se opera a movimentação de cargas gerais como granéis minerais, agrícolas, fertilizantes, cargas especiais de projetos, contêineres e veículos. Este terminal registrou a sua primeira operação comercial em novembro de 2014.

Em julho de 2017 foi assinado um contrato de parceria entre a Prumo Logística e o Porto de Antuérpia Internacional¹². O acordo estabeleceu investimentos iniciais na ordem de US\$ 10 milhões na Porto do Açu S.A., subsidiária da Prumo

¹¹ Lista completa e especificações dos nove terminais. Disponível em: <https://portodoacu.com.br/sobre-o-porto/porto-do-acu/>. Acesso em: 06 jun. 2019.

¹² O Porto de Antuérpia Internacional (PAI) é uma subsidiária da Autoridade Portuária de Antuérpia, criada para participar e investir em portos no exterior e projetos relacionados a portos em regiões estratégicas como o Brasil.

Logística e responsável pela operação do Terminal Multicargas (T-MULT), e aluguel de áreas no complexo portuário. Pelo investimento, a empresa adquiriu 1,176% do capital social da Porto do Açu, além de contar com 1 assento no conselho de administração da subsidiária.

O Porto de Antuérpia, que possui área total de 120 km², está entre os maiores do mundo. Movimenta cerca de 210 milhões de toneladas no transporte marítimo internacional anualmente. Além disso, conta com aproximadamente mil empresas privadas instaladas e emprega em torno de 61.500 trabalhadores em seu complexo portuário. Atualmente, o Brasil é o 6º maior parceiro comercial do Porto de Antuérpia, com cerca de 6,4 milhões de toneladas de carga trocadas anualmente.

De acordo com a matéria publicada em 24/07/2017 no site oficial do Porto do Açu¹³, José Magela, CEO da Prumo, na frase “Esta parceria é a união da experiência e do conhecimento na operação e no desenvolvimento de um complexo Porto Indústria com a eficiência e as oportunidades oferecidas pelo Porto do Açu”, expressa a importância da experiência na gestão de um complexo portuário e industrial de grande porte, oferecida pelo Porto de Antuérpia nesta parceria.

Por suas características de localização, de infraestrutura e estratégicas, o Complexo Portuário do Açu já conta com grandes empresas instaladas em suas dependências, colocando-se como um importante gerador de empregos na região. De acordo com dados publicados no Catálogo de Fornecedores¹⁴, material desenvolvido através de uma parceria entre SEBRAE e a Prumo Logística S.A., o Complexo Portuário do Açu já gerou, aproximadamente, quatro mil empregos diretos.

Embora o Porto do Açu encontre-se em operação, nota-se, pelos frequentes anúncios que muitos projetos estão em andamento, ampliando, de forma significativa, a possibilidade de geração de novos postos de trabalho em um futuro próximo. Na figura 10 pode-se identificar as empresas ou atividades “em operação”, “em construção” e “em projeto”, o que confirma uma perspectiva futura bastante promissora para o desenvolvimento local.

¹³ Disponível em: <https://portodoacu.com.br/porto-do-acu-assina-contrato-de-parceria-com-porto-de-antuerpia-internacional-pai/>. Acesso em: 12 abr. 2019.

¹⁴ Catálogo de Fornecedores do Complexo Portuário do Açu. Disponível em: <https://www.portodoacu.com.br/SitePages/fornecedor/catalogo-fornecedores.aspx>. Acesso em: 03 dez. 2018.

Figura 11. Mapa do Complexo Portuário do Açu



Fonte: Dieguez, 2015.

Em operação

1. Wärtsilä
2. TechnipFMC
3. NOV
4. Intermoor
5. Edison Chouest
6. Porto do Açu | Terminal Multicargas (T-MULT)
7. Gerdau
8. Dome
9. Anglo American
10. BP-Prumo
11. Ferroport – Terminal de minério de ferro
12. Açu Petróleo
13. Oiltanking – Terminal de petróleo
14. Shell
15. RPPN Caruara – Área de preservação ambiental (40km²)

Em construção

16. Vallourec
17. InterRio Hotel
18. Açu Condlog | Condomínio Logístico
19. Estação Açu – Centro de Conveniência
20. GNA – Termelétrica
21. Terminal GNL

Em projeto

22. Terminal de líquidos
23. Terminal de reparos
24. Área disponível (1.090.746m²)
25. Indústria naval
26. Planta de liquefação
27. Parque logístico
28. Unidade de processamento de gás natural
29. Centros integrados de distribuição e armazenagem
30. Truck Center
31. Unidade de tratamento de petróleo
32. Indústrias metalmeccânica
33. Heliporto
34. Zona de Processamento de Exportação (ZPE)

4.1.3 Perspectiva futura

Ao analisar os investimentos ou operações em fase de implantação ou projetos, alguns deles destacam-se:

i) Distrito Industrial - o primeiro deles é a disponibilidade de um distrito industrial, com retroárea de 90 km², integrada a dois terminais, capaz de receber indústrias dos mais diversos segmentos;

ii) Condomínio Logístico - destaca-se também o condomínio logístico que, com um terreno de 208m², está sendo desenvolvido para atender à demanda dos fornecedores e subfornecedores da indústria de óleo e gás, assim como operadores logísticos e empresas de equipamentos industriais;

iii) Transporte de Contêineres - com o objetivo de atender às demandas do mercado local e global, o Porto do Açu está investindo para movimentar contêineres. Estes investimentos visam tornar o Porto do Açu mais competitivo, com capacidade para receber os maiores navios de contêiner do mundo, colocando o Complexo Portuário do Açu na rota da principal modelagem de transporte marítimo de cargas mundial;

iv) Transporte de Grãos - as estratégias do Porto do Açu contemplam também colocar-se como nova alternativa logística para os grãos do Brasil. De acordo com a administração do complexo, sua localização em relação as principais regiões exportadoras de grãos do sudeste e centro-oeste; a gestão portuária 100% privada e eficiente; a capacidade dedicada para grãos; operação sem dependência da ferrovia (porto X rodoviário); ausência de filas para atracação, gerando economia às operações, são vantagens competitivas importantes para inserir o Porto do Açu no mercado de exportação de grãos;

v) Zona de Processamento de Exportação (ZPE)¹⁵ - foi assinado em dezembro de 2017 o decreto que criou a ZPE do Açu, localizada no Distrito Industrial de São João da Barra. Com área de 2 km², espera-se que a ZPE do Açu gere investimentos aproximados de R\$ 40 milhões em infraestrutura local somente na sua primeira etapa de implantação. Além de impulsionar as exportações brasileiras, espera-se

¹⁵ As ZPEs são áreas de livre comércio, destinadas à instalação de empresas, com 80% de sua produção voltada para a exportação. As empresas localizadas em uma ZPE são beneficiadas com incentivos fiscais, como a isenção de impostos federais, entre eles o Imposto de Importação (II), Imposto sobre Produtos Fabricados (IPI), contribuição Social sobre Receita Bruta (PIS), Contribuição Social – Lucro Presuntivo Tributário (Cofins), e Taxa adicional de frete para a renovação da Marinha Mercante (AFRMM).

que a ZPE do Açu consiga estimular o desenvolvimento de segmentos produtivos locais e regionais;

vi) GNA Termelétrica - a Gás Natural Açu (GNA), *joint venture* formada pela Prumo Logística, BP e Siemens, será responsável pela implantação de duas usinas termelétricas a gás natural no Complexo Portuário do Açu. A UTE GNA I, que teve suas obras civis iniciadas em março de 2018, tem previsão de início de operação para 2021. Já UTE GNA II, que ainda não teve sua implantação iniciada, tem sua conclusão prevista para 2023. Juntas, serão capazes de gerar 3 gigawatts (GW) de energia que, além de ampliar a capacidade de atração do Complexo Portuário do Açu em virtude da oferta de energia local, irá contribuir para a composição da matriz energética brasileira. De acordo com a matéria publicada no EBC – Agência Brasil – em 04/04/2019, “essa quantidade de energia é suficiente para atender cerca de 14 milhões de residências”; e

vii) Vallourec - A Vallourec é uma empresa líder mundial em soluções tubulares, fornecendo principalmente para o mercado de energia, tem no mercado de óleo e gás uma das suas prioridades. A empresa está em fase de instalação de uma base logística localizada no Complexo Portuário do Açu, em área de 150 mil m², destinada ao atendimento das companhias de petróleo que atuam na Bacia de Campos, através da armazenagem e fornecimento de tubos e serviços especializados.

Além dos investimentos nas áreas de infraestrutura, logística e comercial já citados, o Porto do Açu ainda contará com um centro de conveniência, orientado para facilitar a oferta dos serviços que auxiliarão o funcionamento do complexo portuário. Com área total de 8 mil m², contará com salas comerciais, lojas e um centro médico. Este empreendimento espera atrair serviços como restaurantes, bancos, escritórios para agentes marítimos, contadores, entre outros.

Destaca-se também a construção de um hotel do Centro de Conveniência do Porto do Açu. Com investimento previsto na ordem de R\$ 30 milhões, o hotel terá 200 quartos divididos em 10 andares e será construído em uma área de aproximadamente 11 mil m².

Os investimentos em fase de implantação ou de projeto, indicam que o Complexo Portuário do Açu está em franco desenvolvimento, o que aparenta sustentar a visão de um futuro promissor, principalmente em termos de geração de emprego e renda para a região.

4.2 Porto do Açu e as novas empresas no seu entorno

Mesmo gerando alterações profundas em diversas dimensões no ambiente onde se instala, os Grandes Projetos de Investimentos (GPIs) inauguram um processo de desenvolvimento de novas atividades produtivas, quando os centros urbanos próximos passam pela modernização de seus equipamentos e redes de serviços. Como consequência, quase que natural, inicia-se um movimento no qual, gradativamente, novas empresas se instalam no entorno do empreendimento e uma nova rede de prestadores de serviço é formada visando fornecer o apoio necessário para a operação da grande corporação (PIQUET, 2007, p. 20).

Como se pode constatar, em São João da Barra, o processo de “povoamento” empresarial do Complexo Portuário do Açu repete um fenômeno conhecido e abordado na literatura que discute a implantação de GPIs. Empresas modernas chegam atraídas pelas oportunidades de negócio, formam uma nova cadeia produtiva, resultando em numerosas e diversificadas oportunidades de trabalho.

No caso particular do Porto do Açu, o que se observa até o momento é que muitas empresas estão erguendo suas estruturas no complexo devido ao evidente direcionamento da Prumo Logística no sentido de fortalecer a sua posição de destacada alternativa logística junto ao seguimento de petróleo e gás.

Neste item busca-se identificar a relação de um grupo de 12 empresas instaladas no Complexo Portuário do Açu com o crescimento do número de trabalhadores formais em São João da Barra. Isso se dará através da identificação da atividade econômica principal¹⁶ e enquadramento na CNAE¹⁷ de cada uma das empresas analisadas, relacionando cada uma delas ao Subsetor Econômico (IBGE), ao qual está inserida.

As empresas serão agrupadas por seções, seguindo o modelo adotado pela CNAE 2.0. Este modelo apresenta um total de 21 seções, sendo que, por uma questão de especificidade e afinidade com as operações industriais e portuárias no

¹⁶ A atividade econômica principal, assim como outros dados de registro das empresas analisadas foram obtidos por meio de pesquisas do autor no site <http://www.empresasrj.com>.

¹⁷ Classificação Nacional de Atividades Econômicas, versão 2.0 - CNAE 2.0. Gestor: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Base Legal: Resolução Concla 01/2006 publicada no Diário Oficial em 05/09/2006. Disponível em: <https://concla.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 abr. 2019. A Classificação Nacional de Atividades Econômicas-CNAE é a classificação oficialmente adotada pelo Sistema Estatístico Nacional e pelos órgãos federais gestores de registros administrativos.

Complexo Portuário do Açú, as empresas analisadas concentram-se em 4 seções, conforme segue abaixo.

4.2.1 Indústrias Extrativas (Seção B)

Esta seção compreende as atividades de extração de minerais em estado natural: sólidos (carvão e outros minérios), líquidos (petróleo cru) e gasosos (gás natural), podendo realizar-se em minas subterrâneas, a céu aberto ou em poços. Inclui as atividades complementares de beneficiamento associado à extração, realizadas principalmente para melhorar a qualidade do produto e facilitar a comercialização, desde que o beneficiamento não altere as características físicas ou químicas dos minerais. As atividades de beneficiamento são, geralmente, executadas pela empresa mineradora junto ao local da extração. São consideradas atividades de beneficiamento: trituração, classificação, concentração, pulverização, flotação, liquefação de gás natural, etc. As atividades extrativas são classificadas nas divisões, grupos e subclasses de acordo com o principal mineral produzido. Esta seção compreende também os serviços industriais realizados sob contrato que fazem parte do processo produtivo das atividades desta seção, particularmente na extração de petróleo, e as atividades especializadas de apoio à exploração mineral (IBGE, 2019a).

I - Anglo American

Uma empresa de mineração sul-africana diversificada, focada na extração e processamento de metais. A empresa tem operações na África, Europa, América do Sul e do Norte, Austrália e Ásia. A Anglo American detém 50% da empresa Ferroport, responsável pela operação do terminal de minério de ferro do Porto do Açú. O minério, que é da empresa Anglo American, chega ao Porto do Açú por meio de um mineroduto com 529 km de extensão, que liga a mina em Conceição do Mato Dentro (MG) ao terminal.

A Anglo American, classificada na CNAE como “Indústria Extrativa”, na subclasse “Extração de Minério de Ferro”, colaborou diretamente para o crescimento no número de empregados formais no Subsetor Econômico IBGE denominado “Extrativa Mineral”. Este Subsetor, que empregava 2 trabalhadores em 2006, empregou um total de 263 trabalhadores em 2017.

Ressalta-se que o estoque de empregos formais no subsetor econômico Extrativa Mineral teve o seu incremento de postos de trabalho após o início das operações do Complexo Portuário do Açú, que, como já citado acima, foi em outubro de 2014, através da abertura do Terminal 1 (T1).

Dados de registro:

Razão social: Anglo American Minério de Ferro Brasil S/A

Data de abertura: 13/11/2006

Endereço: Cj Saco D'Antas, S/N, Centro, São João da Barra/RJ

Natureza jurídica: Sociedade Anônima Fechada - Código 2054

Status da empresa: Ativa

Atividade econômica principal: Extração de minério de ferro - CNAE 0710301

Enquadramento na CNAE 2.0:

Seção: B Indústrias Extrativas

Divisão: 07 Extração de Minerais Metálicos

Grupo: 07.1 Extração de minério de ferro

Classe: 07.10-3 Extração de minério de ferro

Subclasse: 0710-3/01 Extração de minério de ferro

Esta subclasse compreende a extração de minério de ferro.

II - Chevron

Empresa norte americana, de atuação global, da área de geração de energia, opera no segmento de exploração e produção de petróleo no Brasil desde 1997, nas bacias de Campos e Santos. Atualmente utiliza um berço exclusivo na base de apoio *offshore* da americana Edison Chouest Offshore (BPort).

A Chevron, também classificada no CNAE como “Indústria Extrativa”, tem como atividade principal a “Extração de petróleo e gás natural”. Esta empresa, assim como a Anglo American, também colaborou diretamente para o crescimento do estoque de empregados formais do Subsetor Econômico “Extrativa Mineral”, setor este, que foi, de fato, inaugurado a partir do início das operações do Complexo Portuário do Açú, como já mencionado.

Dados de registro:

Razão social: Chevron Brasil Upstream Frade Ltda.

Data de abertura: 11/04/2008

Endereço: V 5 Projetada (Parte), S/N, Lote A12, Praia do Açú, São João da Barra/RJ

Natureza jurídica: Sociedade Empresária Limitada - Código 2062

Status da empresa: Ativa

Atividade econômica principal: Extração de petróleo e gás natural - CNAE 0600001

Enquadramento na CNAE 2.0:

Seção: B Indústrias Extrativas

Divisão: 06 Extração de Petróleo e Gás Natural

Grupo: 06.0 Extração de petróleo e gás natural

Classe: 06.00-0 Extração de petróleo e gás natural

Subclasse: 0600-0/01 Extração de petróleo e gás natural

Esta subclasse compreende a extração de petróleo cru e gás natural; e as atividades de preparação e beneficiamento de petróleo cru e gás natural realizadas no local pelos operadores de poços.

III - InterMoor

A americana InterMoor é uma empresa integrante do Grupo Acteon, líder global no fornecimento de serviços de ancoragem, fundações e serviços

subaquáticos, e que oferece soluções inovadoras para plataformas móveis e serviços de instalação *offshore*. A empresa construiu no porto uma unidade que oferece apoio logístico e serviços especializados à indústria de óleo e gás. Atua através da prestação de serviços de ancoragem para plataformas e FPSOs¹⁸.

A InterMoor tem como atividade principal as “Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural”, e, portanto, também está classificada no CNAE como “Indústria Extrativa”. Trata-se de uma terceira empresa localizada no Complexo Portuário do Açú que, pelas suas operações, influenciou diretamente para o crescimento do número de postos de trabalho Subsetor Econômico “Extrativa Mineral”. Destaca-se que, de acordo com os dados de registro desta empresa, sua abertura data de 27/03/2015, ano que se observa um total de 214 empregados neste subsetor econômico. Em 2014 esse subsetor contava com apenas 8 empregados.

Dados de registro:

Razão social: Intermoor do Brasil Serviços Onshore e Offshore Ltda.

Data de abertura: 27/03/2015

Endereço: V 5 Projetada, S/N, Lote A12 Parte, Distrito Industrial, São João da Barra/RJ

Natureza jurídica: Sociedade Empresária Limitada - Código 2062

Status da empresa: Ativa

Atividade econômica principal: Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural

CNAE 0910600

Enquadramento na CNAE 2.0:

Seção: B Indústrias Extrativas

Divisão: 09 Atividades de Apoio à Extração de Minerais

Grupo: 09.1 Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural

Classe: 09.10-6 Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural

Subclasse: 0910-6/00 Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural

Esta subclasse compreende os serviços relacionados à extração de petróleo e gás realizados sob contrato:

- Perfuração dirigida, reperfuração, perfuração inicial, elevação, reparos e desmantelamento de torres de perfuração, cementação dos tubos dos poços de petróleo e gás, fechamento de poços e outras atividades conexas;
- As atividades de liquefação, regaseificação e outros processos que facilitem o transporte de gás natural, feitos no local da extração;
- Os serviços de combate a incêndio nos campos de extração de petróleo e gás natural.

4.2.2 Indústrias de Transformação (Seção C)

Esta seção compreende as atividades que envolvem a transformação física, química e biológica de materiais, substâncias e componentes com a finalidade de se obterem produtos novos. Os materiais, substâncias e componentes transformados são insumos produzidos nas atividades agrícolas, florestais, de mineração, da pesca e produtos de outras atividades industriais. As atividades da indústria de transformação são, frequentemente, desenvolvidas em plantas industriais e fábricas, utilizando

¹⁸ FPSO (sigla em inglês para *Floating Production Storage and Offloading*) – navio-plataforma que pode produzir, armazenar e transferir petróleo e gás. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br>. Acesso em: 12 abr. 2019.

máquinas movidas por energia motriz e outros equipamentos para manipulação de materiais (IBGE, 2019a).

Este setor, mais especificamente o Subsetor “Indústria Química”, se destaca pelo alto incremento de empregos no município de São João da Barra. Entre os anos de 2006 e 2011 era praticamente inexistente, variando entre 0 e 5 empregados. Começou a contratar em 2012, mas foi em 2014, ano que o Complexo Portuário do Açú entrou em operação que este setor atingiu um total de 848 empregos. Em 2017 o Subsetor da “Indústria Química” empregou 1.067 trabalhadores, sendo responsável por 12% do estoque total de empregos em São João da Barra.

IV - National Oilwell Varco (NOV)

A NOV, líder mundial no fornecimento dos principais componentes mecânicos para sondas de perfuração terrestres e marítimas, instalou no Complexo Portuário do Açú uma unidade de produção de tubos flexíveis para apoio à indústria *offshore*, que está em operação desde 2014.

A NOV, classificada na CNAE como “Indústria de Transformação”, tem como atividade econômica principal a “Fabricação de artefatos de material plástico para usos industriais”. Pela natureza de suas operações, ela mantém relação direta, por correspondência e convergência, com o Subsetor Econômico “Indústria Química”.

Pesquisas exploratórias realizadas com funcionários do complexo indicam que esta empresa emprega aproximadamente 500 trabalhadores em sua base no Porto do Açú. Fica evidente então que a NOV influenciou significativamente no crescimento do estoque total de empregos desse subsector, assim como do município.

Dados de registro:

Razão social: Nov Flexibles Equipamentos e Serviços Ltda.

Data de abertura: 19/03/2012

Endereço: V 5 Projetada, S/N, Parte Lote A12, Distrito Industrial, São João Da Barra, RJ,

Natureza jurídica: Sociedade Empresária Limitada - Código 2062

Status da empresa: Ativa

Atividade econômica principal: Fabricação de artefatos de material plástico para usos industriais - CNAE 2229302

Enquadramento na CNAE 2.0:

Seção: CIndústrias de Transformação

Divisão: 22 Fabricação de Produtos de Borracha e de Material Plástico

Grupo: 22.2 Fabricação de produtos de material plástico

Classe: 22.29-3 Fabricação de artefatos de material plástico não especificados anteriormente

Subclasse: 2229-3/02 Fabricação de artefatos de material plástico para usos industriais

Esta subclasse compreende a fabricação de produtos de materiais plásticos, reforçados ou não com fibra de vidro, para uso nas indústrias mecânica, de material elétrico, eletrônico e de transporte.

V - Wärtsilä

A Wärtsilä é uma empresa finlandesa, líder global no fornecimento de motores e prestação de serviços para navios e usinas termelétricas. A Wärtsilä Brasil possui uma planta de montagem e produção de Grupos Geradores e Propulsores Azimutais no Porto do Açu. Esta é a primeira unidade industrial brasileira, após décadas de atuação no país. A unidade, que foi inaugurada em março de 2015 e encontra-se em operação, também oferece soluções e serviços nas áreas de energia e propulsão marítima.

A Wärtsilä tem como atividade principal a “fabricação de componentes eletrônicos”. Pelas suas atividades colabora com o crescimento do estoque de empregados formais no setor “Industria de Transformação”.

Dados de registro:

Razão social: Wartsila Brasil Ltda.

Data de abertura: 09/07/2013

Endereço: Ac Via 5 Projetada Lote A, 12, Parte, Parte Distrito Industrial, São João da Barra/RJ

Natureza jurídica: Sociedade Empresária Limitada - Código 2062

Status da empresa: Ativa

Atividade econômica principal: Fabricação de componentes eletrônicos - CNAE 2610800

Enquadramento na CNAE 2.0:

Seção: C Indústrias De Transformação

Divisão: 26 Fabricação de Equipamentos de Informática, Produtos Eletrônicos e Ópticos

Grupo: 26.1 Fabricação de componentes eletrônicos

Classe: 26.10-8 Fabricação de componentes eletrônicos

Subclasse: 2610-8/00 Fabricação de componentes eletrônicos

Esta subclasse compreende:

- A fabricação de capacitores e condensadores eletrônicos;
- A fabricação de microprocessadores;
- A fabricação de placas de circuito impresso;
- A fabricação de conectores eletrônicos;
- A fabricação de tubos catódicos e tubos de imagem;
- A fabricação de circuitos integrados (analógico, digital ou híbrido);
- A fabricação de diodos, transistores e componentes semelhantes;
- A fabricação de indutores (p.ex.: reatores, bobinas, transformadores eletrônicos);
- A fabricação de solenoides, interruptores e transdutores para aplicações eletrônicas;
- A fabricação de semicondutores, acabados ou semiacabados;
- A fabricação de placas de interface (p.ex.: som, vídeo, controladores de rede);
- A fabricação de componentes de displays, telas e mostradores (plasma, polímero, LCD);
- A fabricação de diodos emissores de luz (LED);
- A montagem de componentes em placas de circuitos impressos;
- A fabricação de cabos de impressora, cabos de monitor, cabos USB, conectores, etc.

4.2.3 Transporte, Armazenagem e Correio (Seção H)

Esta seção compreende as atividades de transporte de passageiros ou mercadorias, nas modalidades ferroviária, rodoviária, aquaviária, aérea e dutoviária, as atividades de armazenamento e carga e descarga e as atividades de correio, de malote e de entrega. Também incluídas nesta seção as atividades auxiliares dos transportes, tais como a gestão e operação de terminais rodoviários, ferroviários, portuários e aeroportuários e atividades correlatas. O fretamento de equipamento de transporte com condutor ou operador é considerado um serviço de transporte e como tal, inclui-se nesta seção (IBGE, 2019a).

As empresas enquadradas nessa seção “Transporte, Armazenagem e Correio”, pelas características de suas atividades, estão inseridas no Setor Econômico “Serviços” e, mais especificamente, no Subsetor Econômico “Transporte e Comunicação”. A partir de 2015, com o porto já em operação, verifica-se um importante movimento de abertura de novos postos de trabalho em São João da Barra, nesse subsetor. Além do transporte rodoviário de funcionários que atuam no complexo portuário, que começou a incrementar esse subsetor a partir de 2007, o início das operações portuárias trouxe as atividades relacionadas ao transporte aquaviário marítimo. O maior volume de empregos nesta área foi atingido em 2017, com um total de 1.153 empregados. Com este quantitativo, o subsetor “Transporte e Comunicações” representou 13% de todos os empregos formais em São João da Barra, nesse ano.

VI - Prumo Logística

A Prumo Logística é uma empresa que atua no desenvolvimento dos setores de energia e infraestrutura brasileiros. Controlada pelo EIG Global Energy Partners, fundo americano que atua nos setores de energia e infraestrutura, a Prumo Logística desenvolve o Complexo Portuário do Açú.

A Prumo, classificada na CNAE como “Transporte, Armazenagem e Correio”, tem como atividade econômica principal a “Navegação de apoio portuário”. Pela natureza de suas atividades, está inserida no Subsetor Econômico “Transporte e Comunicação”. Os dados de registro dessa empresa apontam que a sua abertura se deu no dia 19/01/2017, ano que se obteve o maior número de trabalhadores nesse subsetor, no período estudado.

Dados de registro:

Razão social: Prumo Serviços e Navegação Ltda.

Data de abertura: 19/01/2017

Endereço: Faz Saco Dantas, S/N, Distrito Industrial, São João da Barra/RJ

Natureza jurídica: Sociedade Empresária Limitada - Código 2062

Status da empresa: Ativa

Atividade econômica principal: Navegação de apoio portuário - CNAE 5030102

Enquadramento na CNAE 2.0:

Seção: HTransporte, Armazenagem e Correio

Divisão: 50 Transporte Aquaviário

Grupo: 50.3 Navegação de apoio

Classe: 50.30-1 Navegação de apoio

Subclasse: 5030-1/02 Navegação de apoio portuário

Esta subclasse compreende a navegação realizada nos portos e terminais aquaviários, para atendimento a embarcações e instalações portuárias.

VII - Açú Petróleo

Subsidiária da Prumo Logística, foi criada para operar transbordo de petróleo no Terminal de Petróleo do Porto do Açú. É uma *joint venture* entre Prumo e Oiltanking. O Terminal de Petróleo tem capacidade licenciada para 1,2 milhão de barris/dia e iniciou suas operações em agosto de 2016.

Assim como a Prumo, a Açú Petróleo S/A também está classificada na CNAE como “Transporte, Armazenagem e Correio”. Tem como atividade econômica principal a “Organização logística do transporte de carga” e, desta forma, inserida no Subsetor Econômico “Transporte e Comunicação”, contribuindo com o crescimento do número de trabalhadores desse subsetor. A data de abertura da Açú Petróleo S/A, 02/09/2015, reforça a influência dessa empresa no crescimento desse subsetor. Foi a partir de 2015 que se iniciaram as contratações nessa área, com maior intensidade.

Dados de registro:

Razão social: Açú Petróleo S/A

Data de abertura: 02/09/2015

Endereço: Faz Saco Dantas, 0, Distrito Industrial, São João da Barra/RJ

Natureza jurídica: Sociedade Anônima Fechada - Código 2054

Status da empresa: Ativa:

Atividade econ. principal: Organização logística do transporte de carga - CNAE 5250804

Enquadramento na CNAE 2.0:

Seção: HTransporte, Armazenagem e Correio

Divisão: 52 Armazenamento e Atividades Auxiliares dos Transportes

Grupo: 52.5 Atividades relacionadas à organização do transporte de carga

Classe: 52.50-8 Atividades relacionadas à organização do transporte de carga

Subclasse: 5250-8/04 Organização logística do transporte de carga

Esta subclasse compreende a coordenação e desenvolvimento de projetos logísticos para o transporte de carga.

VIII - Oiltanking

A empresa alemã é uma das principais parceiras de armazenamento independentes do mundo para óleos, produtos químicos, gases e granéis sólidos. Possui e opera 73 terminais globalmente. Detém 20% da Açú Petróleo, *joint venture* com a Prumo para movimentação de petróleo.

Como se pode observar nas informações de registro que seguem abaixo, a Oiltanking tem duas empresas instaladas no Complexo Portuário do Açú. Ambas definem suas atividades econômicas principais como “Operações de terminais”. Estão enquadradas na CNAE como “Transporte, Armazenagem e Correio”, mais especificamente na subclasse “Atividades do operador portuário”. Desta maneira, estão inseridas no Subsetor Econômico “Transporte e Comunicação”, contribuindo com o crescimento do mercado de trabalho desse subsetor. Em relação as datas de abertura das empresas, a Oiltanking Açú Serviços Ltda. foi aberta em 25/11/2015, e a Oiltanking Logística do Brasil Ltda. foi aberta em 08/06/2016. Tanto uma como a outra foram registradas após o início das operações portuárias no Açú, em outubro de 2014.

Dados de registro (1):

Razão social: Oiltanking Logística Brasil Ltda.

Data de abertura: 08/06/2016

Endereço: Faz Saco Dantas, S/N, Zona Industrial Porto do Açú, Distrito Industrial, São João Da Barra/RJ

Natureza jurídica: Sociedade Empresária Limitada - Código 2062

Status da empresa: Ativa

Atividade econômica principal: Operações de terminais - CNAE 5231102

Dados de registro (2):

Razão social: Oiltanking Açú Serviços Ltda.

Data de abertura: 25/11/2015

Endereço: Faz Saco Dantas, S/N, Prédio T-Oil, São João da Barra/RJ,

Natureza jurídica: Sociedade Empresária Limitada - Código 2062

Status da empresa: Ativa

Atividade econômica principal: Operações de terminais - CNAE 5231102

Enquadramento na CNAE 2.0:

Seção: H Transporte, Armazenagem e Correio

Divisão: 52 Armazenamento E Atividades Auxiliares dos Transportes

Grupo: 52.3 Atividades auxiliares dos transportes aquaviários

Classe: 52.31-1 Gestão de portos e terminais

Subclasse: 5231-1/02 Atividades do operador portuário

Esta subclasse compreende as atividades de operações de terminais marítimos e fluviais, de uso público ou privado, envolvendo:

- O armazenamento no parque portuário de mercadorias proveniente ou destinadas às embarcações;
- Operação e gestão de equipamentos destinados a carga e descarga;
- A carga e descarga de embarcações.

IX - Edison Chouest (BPort)

A americana Edison Chouest Offshore (ECO) é reconhecida como uma das principais fornecedoras de soluções de transporte marítimo do mundo. A **Brasil Port Logística Offshore (BPort)** é uma empresa afiliada da Edison Chouest, que traz para o Brasil sua experiência de base de apoio logístico. Sua base no Açu é tida como a maior base de apoio à produção de petróleo em alto mar do mundo. Possui contrato com a Petrobras, que usa com exclusividade 6 berços de apoio *offshore* da base. Outro cliente da empresa é a Chevron, que utiliza um berço da base.

A BPort é outra importante empresa instalada no Complexo Portuário do Açu que também está classificada na CNAE como “Transporte, Armazenagem e Correio”. Sua atividade econômica principal é a “Operação de terminais”. Está inserida no Subsetor Econômico “Transporte e Comunicação”. Os dados de registro dessa empresa mostram que a sua abertura se deu no dia 26/05/2014, data próxima ao início das operações no Porto do Açu. Isso indica a sua contribuição para o crescimento do número de empregados desse subsetor.

Dados de registro:

Razão social: Brasil Port Logística Offshore e Estaleiro Naval Ltda.

Data de abertura: **26/05/2014**

Endereço: Fazenda Saco Dantas, Sn: Projetada; Via 5, São João Da Barra/RJ

Natureza jurídica: Sociedade Empresária Limitada - Código 2062

Status da empresa: Ativa

Atividade econômica principal: Operações de terminais - CNAE 5231102

Enquadramento na CNAE 2.0:

Seção: H Transporte, Armazenagem e Correio

Divisão: 52 Armazenamento e Atividades Auxiliares dos Transportes

Grupo: 52.3 Atividades auxiliares dos transportes aquaviários

Classe: 52.31-1 Gestão de portos e terminais

Subclasse: 5231-1/02 Atividades do operador portuário

Esta subclasse compreende as atividades de operações de terminais marítimos e fluviais, de uso público ou privado, envolvendo:

- O armazenamento no parque portuário de mercadorias proveniente ou destinadas às embarcações;
- Operação e gestão de equipamentos destinados a carga e descarga;
- A carga e descarga de embarcações.

X - Ferroport (Logística)

A Ferroport é uma *joint-venture* formada pela mineradora sul-africana Anglo American e pela Prumo Logística, responsável pela operação do terminal portuário de minério de ferro do Porto do Açu. Seu primeiro carregamento foi em outubro de 2014.

A Ferroport tem duas empresas instaladas no Complexo Portuário do Açú. A Ferroport Logística Comercial Exportadora S.A. e a Ferroport Serviços Eireli¹⁹.

A Ferroport Logística Comercial Exportadora S.A, define sua atividade econômica principal como “Organização logística do transporte de carga” e, por isso, está enquadrada na CNAE como “Transporte, Armazenagem e Correio”. Desta maneira, encontra-se inserida no Subsetor Econômico “Transporte e Comunicação”, contribuindo com o crescimento do estoque de empregos nesse subsetor.

Dados de registro:

Razão social: Ferroport Logística Comercial Exportadora S.A

Data de abertura: 31/10/2007

Endereço: Faz Saco Dantas, S/N, Porto do Açú, São João da Barra/RJ

Natureza jurídica: Sociedade Anônima Fechada - Código 2054

Status da empresa: Ativa

Atividade econômica principal: Organização logística do transporte de carga - CNAE 5250804

Enquadramento na CNAE 2.0:

Seção: H Transporte, Armazenagem e Correio

Divisão: 52 Armazenamento e Atividades Auxiliares dos Transportes

Grupo: 52.5 Atividades relacionadas à organização do transporte de carga

Classe: 52.50-8 Atividades relacionadas à organização do transporte de carga

Subclasse: 5250-8/04 Organização logística do transporte de carga

Esta subclasse compreende a coordenação e desenvolvimento de projetos logísticos para o transporte de carga.

4.2.4 Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas (Seção M)

Esta seção compreende as atividades especializadas profissionais, científicas e técnicas. Estas atividades requerem uma formação profissional específica normalmente com elevado nível de qualificação e treinamento (em geral educação universitária). O conhecimento especializado (expertise) é o principal elemento colocado à disposição do cliente. Estas atividades compreendem atividades jurídicas, contabilidade, arquitetura e engenharia, pesquisa científica, publicidade, pesquisa de mercado, fotografia profissional, consultorias e serviço veterinário (IBGE, 2019a).

Nesta seção destaca-se a divisão “Serviços de Arquitetura e Engenharia; Testes e Análises Técnicas”, onde estão enquadradas as duas empresas que serão analisadas na sequência. Essa divisão compreende:

¹⁹ EIRELI é uma sigla que significa Empresa Individual de Responsabilidade Limitada. É uma modalidade de empresa que é formada por um único sócio, ou seja, pelo próprio empresário que deseja abrir um negócio e ser o único dono. A EIRELI existe desde o ano de 2011, seu funcionamento é regulamentado pela Lei nº 12.441/11. Disponível em: <https://www.significados.com.br/eireli/>. Acesso em: 12 ago. 2019.

A prestação de serviços de arquitetura, de engenharia e outras atividades técnicas relacionadas à arquitetura e engenharia, tais como as atividades de: cartografia, topografia, geodésia, geologia, etc. Esta divisão compreende também as atividades de realização de testes e análises técnicas em todos os tipos de materiais e de produtos.

O Subsetor Econômico IBGE chamado “Administração Técnica e Profissional”, onde estão inseridas as empresas dessa seção, empregava 44 trabalhadores em 2006, apresentou importante crescimento entre os anos de 2011 e 2016, mas foi em 2017 que o total de empregados saltou para 1.139 trabalhadores, maior volume observado no período avaliado. Com 1.139 empregados, este setor, que representava apenas 1% do estoque total de empregos formais de São João da Barra em 2006, passou a representar 13% de todos os empregos formais em 2017.

XI - Ferroport (Serviços de Engenharia)

A Ferroport, como já citado anteriormente, é uma *joint-venture* formada pela mineradora sul-africana Anglo American e pela Prumo Logística, e conta com duas empresas registradas no Complexo Portuário do Açú. A Ferroport Serviços Eireli tem como atividade econômica principal “Serviços de engenharia” e, portanto, está enquadrada na CNAE como empresa de “Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas”. Em virtude de sua atividade principal, esta empresa está inserida no Subsetor Econômico “Administração Técnica e Profissional”.

Dados de registro:

Razão social: Ferroport Serviços Eireli

Data de abertura: 9/1/2018

Endereço: R Distrito Industrial, S/Nº, Praia do Açú, São João da Barra/RJ

Natureza jurídica: Empresa Individual de Responsabilidade Limitada de Natureza Empresária - Código 2305

Status da empresa: Ativa

Atividade econômica principal: Serviços de engenharia - CNAE 7112000

Enquadramento na CNAE 2.0:

Seção: MAtividades Profissionais, Científicas e Técnicas

Divisão: 71 Serviços de Arquitetura e Engenharia; Testes e Análises Técnicas

Grupo: 71.1 Serviços de arquitetura e engenharia e atividades técnicas relacionadas

Classe: 71.12-0 Serviços de engenharia

Subclasse: 7112-0/00 Serviços de engenharia

Esta subclasse compreende os serviços técnicos de engenharia, como a elaboração e gestão de projetos e os serviços de inspeção técnica nas seguintes áreas:

- Engenharia civil, hidráulica e de tráfego;
- Engenharia elétrica, eletrônica, de minas, química, mecânica, industrial, de sistemas e de segurança, agrária, etc.;
- Engenharia ambiental, engenharia acústica, etc.;
- A supervisão de obras, controle de materiais e serviços similares;
- A supervisão de contratos de execução de obras;
- A supervisão e gerenciamento de projetos;

- A vistoria, perícia técnica, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico de engenharia;
- A concepção de maquinaria, processo e instalações industriais

XII - TechnipFMC

A TechnipFMC oferece serviços e soluções tecnológicas para campos de desenvolvimento em águas profundas, instalações *offshore* e unidades de processamento *onshore*. Em 2014 a empresa inaugurou no Porto do Açu uma moderna fábrica de dutos flexíveis. Esta nova fábrica tem como objetivo expandir o seu potencial de produção de flexíveis, visando atender, principalmente, às demandas da indústria de exploração e produção de petróleo e gás no pré-sal.

A TechnipFMC está enquadrada na seção “Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas”, mas especificamente na subclasse “Serviços de Engenharia”. Assim, encontra-se inserida no Subsetor Econômico “Administração Técnica e Profissional”.

Em pesquisas exploratórias realizadas com funcionários do complexo portuário conclui-se que esta empresa tem aproximadamente 500 empregados em sua base sanjoanense. Isto revela a sua direta e relevante influência na criação de novos postos de trabalho formal nesse subsetor, bem como no município de São João da Barra.

Dados de registro:

Razão social: Technip Brasil - Engenharia, Instalações e Apoio Marítimo Ltda.

Data de abertura: 4/10/2012

Endereço: V Projetada, 5, Lote A 12 Parte, Distrito Industrial, São João da Barra/RJ

Natureza jurídica: Sociedade Empresária Limitada - Código 2062

Status da empresa: Ativa

Atividade econômica principal: Serviços de engenharia - CNAE 7112000

Enquadramento na CNAE 2.0:

Seção: MAtividades Profissionais, Científicas e Técnicas

Divisão: 71 Serviços de Arquitetura e Engenharia; Testes e Análises Técnicas

Grupo: 71.1 Serviços de arquitetura e engenharia e atividades técnicas relacionadas

Classe: 71.12-0 Serviços de engenharia

Subclasse: 7112-0/00 Serviços de engenharia

Esta subclasse compreende os serviços técnicos de engenharia, como a elaboração e gestão de projetos e os serviços de inspeção técnica nas seguintes áreas:

- Engenharia civil, hidráulica e de tráfego;
- Engenharia elétrica, eletrônica, de minas, química, mecânica, industrial, de sistemas e de segurança, agrária, etc.
- Engenharia ambiental, engenharia acústica, etc.
- A supervisão de obras, controle de materiais e serviços similares;
- A supervisão de contratos de execução de obras;
- A supervisão e gerenciamento de projetos;
- A vistoria, perícia técnica, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico de engenharia;
- A concepção de maquinaria, processo e instalações industriais.

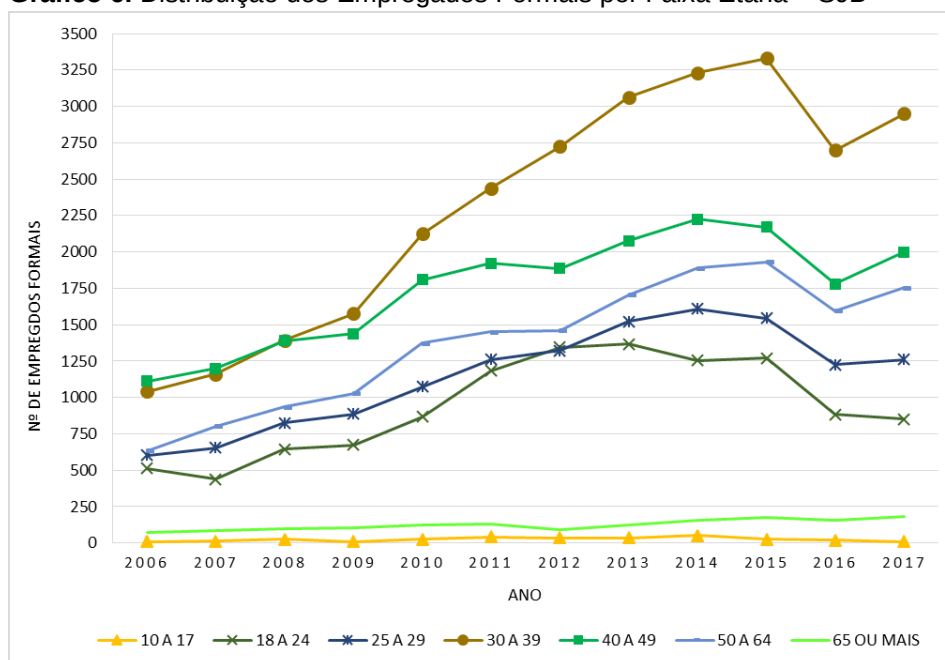
5 O PERFIL DO NOVO EMPREGADO FORMAL DE SÃO JOÃO DA BARRA

Após estudo do emprego e do novo empregador em São João da Barra, com o objetivo de identificar o perfil predominante do atual trabalhador formal nesse município, neste capítulo será apresentada uma análise comparativa entre o perfil predominante do trabalhador formal em 2006 e o perfil predominante do “novo” trabalhador formal, em 2017. Para tanto, quatro parâmetros serão avaliados. São eles: faixa etária, gênero, escolaridade e nacionalidade.

5.1 Empregados por faixa etária

O primeiro parâmetro analisado trata da distribuição do estoque total de empregos formais em São João da Barra em grupo etários, durante o período que vai do ano de 2006 ao ano de 2017. Através do Gráfico 6 é possível notar que, a partir de 2009, ocorre um aumento significativo no volume de empregados no grupo etário de 30 a 39 anos, posicionando esta faixa etária como maior concentradora de trabalhadores formais deste município, ao final do período analisado.

Ao contrário disso, a partir de 2014, observa-se tendência de diminuição do número de trabalhadores dos grupos que vão de 18 a 29 anos, sugerindo que o mercado de trabalho em São João da Barra cresce com aproveitamento de mão de obra mais madura.

Gráfico 6. Distribuição dos Empregados Formais por Faixa Etária – SJB

Fonte: Brasil, 2015.

De acordo com a Tabela 18, o grupo etário de 30 a 39 anos concentrou aproximadamente 33% de todos os trabalhadores formais de São João da Barra no ano de 2017. Em 2006 este mesmo grupo etário representava 26%.

Por outro lado, os grupos etários que englobam os trabalhadores de 18 a 29 anos, que representavam 28% do estoque total de empregos desse município em 2006, representaram apenas 23% dos empregos formais em 2017. Observa-se que as variações ocorridas nos últimos anos nesse município colocaram a distribuição dos trabalhadores por faixa etária de São João da Barra em uma disposição similar ao ocorrido no Norte Fluminense e no Estado do Rio de Janeiro, em 2017.

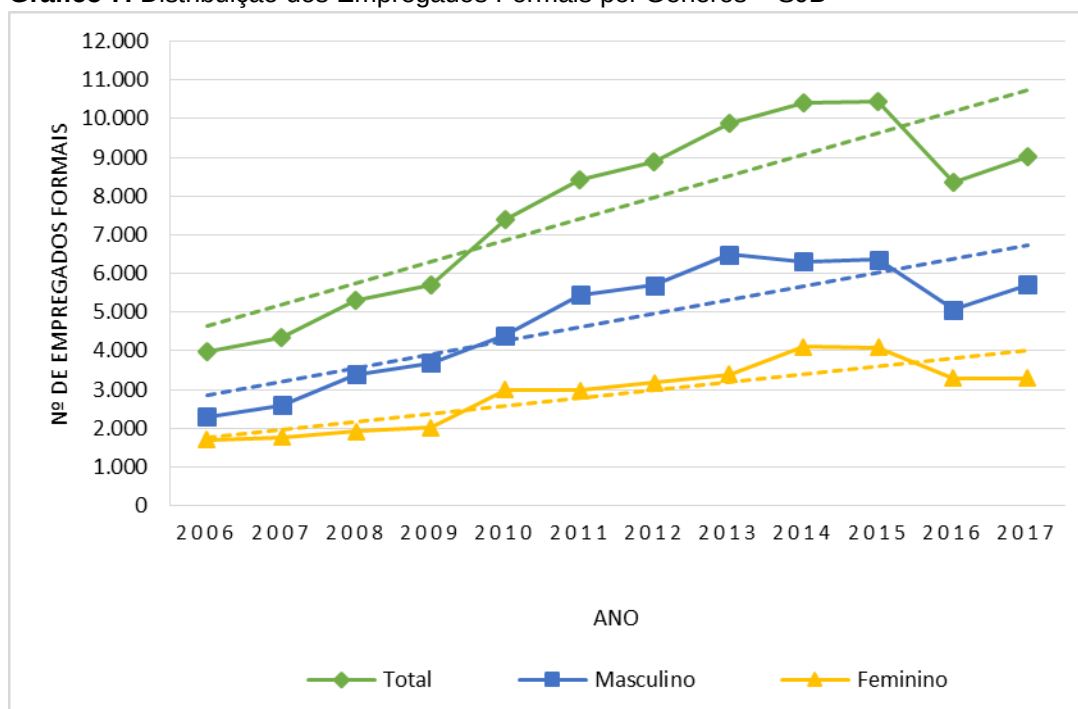
Tabela 18. Distribuição dos Empregados Formais por Faixa Etária – SJB/NF/ERJ

Faixa Etária	São João da Barra		Norte Fluminense		Est. Rio de Janeiro	
	Particip. em SJB 2006 (%)	Particip. em SJB 2017 (%)	Particip. no NF 2006 (%)	Particip. no NF 2017 (%)	Particip. no ERJ 2006 (%)	Particip. no ERJ 2017 (%)
10 a 17	0,2	0,1	0,3	0,2	0,5	0,3
18 a 24	12,9	9,4	16,4	10,1	14,3	11,0
25 a 29	15,1	14,0	17,5	13,6	16,6	13,2
30 a 39	26,1	32,8	27,5	33,6	28,3	30,1
40 a 49	27,9	22,2	24,8	22,6	24,5	23,1
50 a 64	15,9	19,5	12,7	18,4	14,8	20,1
65 ou mais	1,9	2,0	0,8	1,5	1,1	2,1
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Brasil, 2015.

5.2 Distribuição por gêneros

Nesse segundo parâmetro analisado, que trata da distribuição dos trabalhadores formais de São João da Barra por gênero, de acordo com o gráfico 7, nota-se, pelas linhas de tendências, que o volume de trabalhadores do gênero masculino demonstra crescimento mais acentuado, ampliando sua predominância neste município.

Gráfico 7. Distribuição dos Empregados Formais por Gêneros – SJB

Fonte: Brasil, 2015.

Comparando a distribuição dos trabalhadores formais por gênero encontrada em São João da Barra com as distribuições apresentadas no Norte Fluminense e no Estado do Rio de Janeiro, de acordo com a Tabela 19, observa-se que o movimento de ampliação da predominância do gênero masculino corrido em São João da Barra contraria os movimentos ocorridos nas duas esferas superiores. No Norte Fluminense e no Estado do Rio de Janeiro observa-se o crescimento da parcela do gênero feminino na composição do estoque de trabalhadores formais, evidenciando resultados positivos do empenho da mulher para ampliar sua participação no mercado de trabalho formal, na última década.

Tabela 19. Distribuição dos Empregados Formais por Gêneros – SJB, NF e ERJ

Sexo do Trabalhador	São João da Barra		Norte Fluminense		Est. Rio de Janeiro	
	Particip. em SJB 2006 (%)	Particip. em SJB 2017 (%)	Particip. no NF 2006 (%)	Particip. no NF 2017 (%)	Particip. no ERJ 2006 (%)	Particip. no ERJ 2017 (%)
Masculino	58	63	65	61	60	57
Feminino	42	37	35	39	40	43
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Brasil, 2015.

5.3 Perfil de escolarização

Em relação ao perfil de escolarização dos trabalhadores formais de São João da Barra, terceiro parâmetro analisado neste capítulo, é possível observar, através da Tabela 20, uma importante modificação no perfil de escolaridade dos trabalhadores deste município, em 2017, quando comparado ao perfil existente em 2006.

Os dados revelam que, nos últimos dez anos, houve redução no número de empregados nos níveis mais elementares de educação, como Analfabeto e Fundamental Incompleto. Por outro lado, ocorreu crescimento no número de trabalhadores nos graus mais avançados de escolaridade, como Médio Completo e Superior Completo.

Em 2017, os trabalhadores dos níveis de escolaridade Médio Completo e Superior Completo, representaram aproximadamente 70% de todos os trabalhadores formais do município. Em 2006 estes dois grupos representavam apenas 41%.

Ressalta-se que o número de trabalhadores com nível de escolaridade Superior Completo começou a crescer a partir do início da implantação do Porto do Açu, mas foi a partir de 2014, ano de início das operações portuária no Açu, que se viu os maiores incrementos de trabalhadores formais nesse nível.

Nota-se ainda que houve avanço no número de Mestres e Doutores. Em 2017 foram 98 trabalhadores nestes níveis, enquanto em 2006 não existia registro de trabalhadores nestes patamares mais elevados de escolaridade.

É possível afirmar que esse avanço no nível de escolaridade do trabalhador formal sanjoanense mantenha estreita relação com as novas empresas que se instalaram no Complexo Portuário do Açu. Atuando em segmentos como exploração e produção de petróleo e gás, indústria de transformação de alta tecnologia, operação portuária, transporte marítimo de cargas e serviços de engenharia, estas novas empresas trouxeram para a região, além de empregos, elevadas exigências de qualificação profissional, capazes de sustentar seus projetos e operações.

Tabela 20. Grau de Escolaridade dos Empregados Formais – São João da Barra

Escolaridade	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Partic. em SJB 2006 (%)	Partic. em SJB 2017 (%)	Evolução 2017/2006
Analfabeto	72	55	41	25	32	38	16	14	11	15	10	6	1,8	0,1	-92
Fundamental Incomp.	1391	1495	1659	1625	2047	1769	1682	1856	1629	1455	1172	1096	35	12	-21
Fundamental Completo	893	982	1402	1506	2008	1575	1587	1924	1891	1861	1457	1522	22	17	70
Médio Completo	1.294	1.425	1.759	1.966	2.486	4.168	4.232	4.653	4.505	4.266	3.704	4.138	32	46	220
Superior Completo	344	403	451	592	822	868	1.334	1.439	2.273	2.783	1.929	2.147	8,6	24	524
Mestrado/Doutorado	0	0	0	1	2	8	22	5	106	69	90	98	0	1,1	-
São João da Barra	3.994	4.360	5.312	5.715	7.397	8.426	8.873	9.891	10.415	10.449	8.362	9.007	100	100	126

Fonte: Brasil, 2015.

5.4 Distribuição por nacionalidade

Em virtude na natureza das atividades desempenhadas no Complexo Portuário do Açú, marcadas pela presença de empresas globais e operações comerciais internacionais, poder-se-ia imaginar que os avanços das operações influenciariam na mudança do perfil do trabalhador desse município em razão de sua nacionalidade. Assim, este quarto item trata exatamente da análise da distribuição dos trabalhadores por nacionalidade.

A Tabela 21 mostra que, comparando o estoque de trabalhadores de 2017, com o estoque de 2006, não houve mudança significativa no parâmetro nacionalidade.

Destaca-se um pequeno aumento de trabalhadores estrangeiros nos anos de 2012 e 2013, formada em sua grande maioria por espanhóis. Esse contingente foi se reduzindo a partir de 2014, chegando a apenas 9 em 2017. É pertinente afirmar que estes trabalhadores espanhóis vieram com o objetivo de executar atividades específicas durante a etapa final de instalação do Porto do Açú e, uma vez concluídas, retornaram ao seu país de origem.

Tabela 21. Distribuição dos Trabalhadores Formais de SJB por Nacionalidade

Nacionalidade	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Partic. em SJB 2006 (%)	Partic. em SJB 2017 (%)
Brasileira	3.992	4.359	5.310	5.708	7.388	8.404	8.810	9.831	10.362	10.418	8.351	8.998	99,95	99,90
Outras Nacion.	2	1	2	7	9	22	63	60	53	31	11	9	0,05	0,10
Total de trabalh.	3.994	4.360	5.312	5.715	7.397	8.426	8.873	9.891	10.415	10.449	8.362	9.007	100	100

Fonte: Brasil, 2015.

5.5 Perfil predominante

Após a análise dos quatro parâmetros em destaque neste capítulo é possível identificar o perfil predominante do trabalhador formal de São João da Barra encontrado em 2017.

Os dados revelam que o perfil predominante do trabalhador de 2017 apresenta diferenças em relação ao perfil de predominante em 2006, especialmente no nível de escolaridade e na faixa etária concentradora. De acordo com a Tabela 22, os trabalhadores formais de São João da Barra são representados, predominantemente, pelo seguinte perfil:

- i. 33% deles está concentrado no grupo etário de 30 a 39 anos;
- ii. 63% deles são homens;
- iii. 70% deles concentrado nos níveis mais elevados de escolaridade, Médio Completo e Superior Completo; e
- iv. 99,9% formado por brasileiros.

Tabela 22. Perfil Predominante do Trabalhador Formal de SJB – 2006 e 2017

Perfil	2006	2017
Faixa Etária	Predomínio da faixa etária de 40 a 49 anos , com 28% dos trabalhadores	Predomínio da faixa etária de 30 a 39 anos , com 33% dos trabalhadores
Gênero	Predomínio do sexo masculino com 58%	Predomínio do sexo masculino com 63%
Escolaridade	67% dos empregados com Fundamental Incompleto (35%) ou Médio Completo (32%)	70% dos empregados com Médio Completo (46%) ou Superior Completo (24%)
Nacionalidade	99,95% brasileiros	99,90% brasileiros

Fonte: Brasil, 2015.

Com o objetivo de aprofundar o entendimento sobre o perfil prevalente no trabalhador formal de São João da Barra em 2017, na sequência segue análise dos trabalhadores formais de Santos, município localizado na região litorânea do Estado de São Paulo.

Localizado a 72km da capital São Paulo, Santos é um município com população de 432.957 pessoas²⁰. Considerada uma cidade de destacada

²⁰ População estimada pelo IBGE para 2018.

importância em termos econômicos, tem na atividade portuária sua principal fonte de riqueza²¹.

O Porto de Santos iniciou suas atividades no princípio do século XVI, operando com estruturas rudimentares. Atualmente é considerado o maior complexo portuário da América Latina e responde pela movimentação de quase um terço das trocas comerciais brasileiras. Além de gerar cerca de 33 mil empregos, tem significativa importância como gerador de desenvolvimento para a Baixada Santista²².

Ao identificar e comparar o perfil predominante do trabalhador formal de Santos com o de São João da Barra pode-se notar que as mudanças ocorridas nos últimos dez anos no mercado de trabalho de São João da Barra atraíram para este município um trabalhador de perfil semelhante ao perfil do trabalhador de Santos.

Pode-se observar na Tabela 23 que, em ambos os municípios, aproximadamente 1/3 dos trabalhadores pertencem ao grupo etário de 30 a 39 anos; com predomínio do gênero masculino, embora mais acentuado em São João da Barra; acima de 70% dos trabalhadores com escolaridade nos níveis Médio Completo ou Superior Completo; e formada quase na sua totalidade por brasileiros.

Se esse é o perfil predominante dos trabalhadores das cidades portuárias, não se pode afirmar. Trabalhadores de outras cidades portuárias precisariam ser analisados para se obter essa resposta. No entanto, embora Santos e São João da Barra sejam municípios que não poderiam ser comparados por apresentarem porte populacional e estrutura econômica bem distintas, ao apresentarem o mesmo perfil predominante do trabalhador formal, isso indica que em São João da Barra esse perfil é definido pelos empregados do Complexo Portuário do Açu.

²¹ Para maiores informações sobre Santos/SP, ver em: <http://www.santos.sp.gov.br>.

²² Para maiores informações sobre o Porto de Santos, ver em: <http://www.portodesantos.com.br>.

Tabela 23. Perfil Predominante dos Trabalhadores Formais de SJB e Santos 2017

Perfil	São João da Barra - 2017	Santos - 2017
Faixa Etária	Predomínio da faixa etária de 30 a 39 anos , com 33% dos trabalhadores	Predomínio da faixa etária de 30 a 39 anos , com aproximadamente 30% dos trabalhadores
Gênero	Predomínio do sexo masculino com 63%	Predomínio do sexo masculino com 55%
Escolaridade	70% dos empregados com Médio Completo (46%) ou Superior Completo (24%)	75% dos empregados com Médio Completo (53%) ou Superior Completo (22%)
Nacionalidade	99,90% brasileiros	99,70% brasileiros

Fonte: Brasil, 2015.

6 UMA AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS

Para entender o fenômeno que está ocorrendo em São João da Barra, além do levantamento da literatura que versa sobre os impactos dos Grandes Projetos de Investimento (GPIS) no local de sua implantação, foi feita uma análise nas alterações ocorridas no mercado de trabalho formal de São João da Barra, nos últimos dez anos, considerando três dimensões: a do emprego, a do empregador e a do empregado.

Estabeleceu-se a hipótese é de que a implantação do Complexo Portuário do Açú modificou nos últimos dez anos o mercado de trabalho em São João da Barra, alterando a dinâmica local através da criação de novas oportunidades de emprego. Com esse estudo pretendeu-se responder às seguintes questões:

- (i) Como a implantação deste grande empreendimento influenciou na alteração da dinâmica do mercado de trabalho de São João da Barra; e
- (ii) Avaliar se os novos postos de trabalho são de qualidade superior àqueles que existiam antes da implantação do empreendimento.

Em relação ao “emprego”, observa-se através dos dados levantados que houve uma profunda modificação no mercado de trabalho formal de São João da Barra, a partir do início da implantação do Complexo Portuário do Açú, em 2007.

Considerando o estoque total de empregos formais no ano de 2017 versus o existente no ano de 2006, São João da Barra apresentou crescimento de 126%, que é destacadamente superior ao encontrado nos demais municípios do Norte Fluminense. Este percentual significou um acréscimo de 5.013 novos empregos formais. Adicionalmente, a comparação da evolução do estoque de empregos formais em São João da Barra com as evoluções ocorridas no Estado do Rio de Janeiro e Brasil, que foram de 20% e 32% respectivamente, indica a existência de uma força local impulsionando um movimento diferente e isolado daquele que acontece no mercado de trabalho nacional e estadual.

Para avançar no conhecimento sobre o comportamento do emprego em São João da Barra, analisou-se a composição do emprego de acordo com os Setores e Subsetores Econômicos-IBGE, adotados na RAIS. Esta desagregação dos dados possibilitou a identificação, de forma específica e detalhada, das áreas da economia que mais contribuíram para o aumento do estoque de empregos formais no município estudado.

No que respeita aos setores econômicos, quais sejam: “Extrativa Mineral”, “Serviços”, “Indústria de Transformação”, “Comércio”, “Administração Pública”, “Construção Civil”, “Serviços Industriais de Utilidade Pública”, “Agropecuária, Extrat. Vegetal, Caça e Pesca”. Considerando a comparação entre o ano de 2017 e o ano de 2006, observou-se que os setores “Extrativa Mineral”, “Serviços” e “Indústria da Transformação” destacaram-se como os setores de maiores crescimentos relativos, em postos de trabalho. “Extrativa Mineral”, que empregava apenas duas pessoas em 2006, foi, de fato, inaugurado em 2015, quando empregou 214 empregados. Em 2017 atingiu seu maior volume de empregados no período estudado, quando registrou 263 trabalhadores. “Serviços” teve os seus maiores incrementos a partir de 2015, atingindo o mais elevado montante, 2.918 empregados, em 2017. “Indústria de Transformação”, terceiro setor em destaque, apresentou um crescimento de 150%, comparando o estoque de empregos de 2017 versus o de 2006. Este setor, em 2006, registrava 619 trabalhadores, saltando para 1.545 trabalhadores em 2017.

Se faz necessário ressaltar que o Porto do Açú iniciou suas operações em outubro de 2014, ampliando suas operações em 2015, período que coincide com os aumentos nos empregos formais dos três setores analisados. Em termos de importância, esses três setores juntos representaram 52% de todos os empregos formais de São João da Barra, em 2017.

Em relação aos Subsetores Econômicos, dos 25 que foram analisados, 8 se destacaram pelos crescimentos em seus estoques de empregados e pela importância da sua participação na formação do estoque total de empregados do município. Foram eles: Indústria Química, Extrativa Mineral, Transporte e Comunicações, Administração Técnica Profissional, Alojamento Comunicação, Comércio Varejista, Administração Pública e Construção Civil. Juntos estes oito subsectores da economia foram responsáveis por 90% do estoque total de empregos formais de São João da Barra no ano de 2017.

Além da destacada participação na formação do estoque total de empregos, estes oito setores tiveram importantes incrementos em números de postos de trabalho nos últimos dez anos, com exceção da Construção Civil. Segue um resumo dos resultados de cada subsector:

Subsetor Econômico Indústria Química - entre os anos de 2006 e 2011 este setor era praticamente inexistente, variando entre 0 e 5 empregados. Em 2014, ano que o Complexo Portuário do Açú entrou em operação este setor atingiu um total de

848 empregos. Em 2017 empregou 1.067 trabalhadores, sendo responsável por 12% do estoque total de empregos no município. Considerando o período de incremento de empregos, assim como a descrição do subsetor, de acordo com o CNAE 2.0, percebe-se que se tratou de um movimento localizado, determinado pela presença do Complexo Portuário do Açú.

Subsetor Econômico Extrativa Mineral - este subsetor econômico variou entre 0 e 8 empregados entre os anos de 2006 e 2014, saltando para 214 empregados em 2015, e atingindo seu maior volume em 2017, com 263 empregados. Estes dados indicam que este setor produtivo foi inaugurado juntamente com o início das operações portuárias no Açú, que, como já citado acima, ocorreu em outubro de 2014

Subsetor Econômico Transportes e Comunicações – este subsetor, que está inserido na seção “Transporte, Armazenagem e Correio” do CNAE 2.0, compreende atividades relacionadas ao transporte aquaviário de mercadorias, bem como a navegação de apoio a navios e plataformas de exploração de petróleo e gás, entre outras atividades. Este subsetor econômico, que empregava 18 trabalhadores em 2006, apresentou incremento no número de empregados durante o período de 2008 a 2014, caracterizado pelas atividades de construção do porto. Mas foi nos anos de 2015, 2016 e 2017, com o porto já em operação, que se verificou um importante movimento de abertura de novos postos de trabalho nesta área. O maior volume de empregos neste setor foi atingido em 2017, com um total de 1.153 empregados. Com este quantitativo, o subsetor Transporte e Comunicações representou 13% de todos os empregos formais em São João da Barra nesse ano. Este crescimento, expressivamente superior ao que ocorreu na região, no estado e no país, caracteriza-se como um acontecimento isolado que estabeleceu uma nova área econômica.

Subsetor Administração Técnica Profissional – este subsetor, que está inserido na seção “Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas” do CNAE 2.0, compreende, entre outras atividades, os “Serviços de Arquitetura e Engenharia; Testes e Análises Técnicas”, evidenciando sua aproximação com as atividades profissionais comuns em ambientes industriais e de exploração e produção de petróleo e gás. Este subsetor empregava apenas 44 pessoas em 2006, apresentou volumes maiores entre os anos de 2011 e 2016, mas foi em 2017 que o total de

empregados saltou para 1.139 pessoas, representando 13% de todos os empregos formais em 2017, no município.

Subsetor Econômico “Alojamento e Comunicação” – apresentou crescimento de 116% entre 2006 e 2017. Cabe ressaltar que o maior volume de empregados nesse subsetor foi registrado em 2013, quando contava com 611 empregados. Neste mesmo ano, 2013, se observou também o maior volume de empregos no setor Construção Civil, do período avaliado. Estes dados sugerem uma relação direta entre esses subsetores, marcada pela necessidade de oferecer alojamento e alimentação para os trabalhadores inseridos nas atividades das obras de implantação do Complexo Portuário do Açú.

Subsetor Comércio Varejista - apresentou crescimento de 63% no seu estoque de emprego comparando entre 2017 e 2006. Embora tenha apresentado um aumento de empregos menor do que o índice de crescimento dos empregos totais de São João da Barra, que foi de 126%, destaca-se por representar 8% dos empregos formais totais desses municípios. Esta participação de 8% é a metade do que este subsetor representou na região, no estado e no país, que registraram, em 2017, 16%, 17% e 16%, respectivamente. Os dados analisados sugerem que, provavelmente, o aumento de empregos neste subsetor mantenha maior relação com o aumento populacional, e suas demandas, do que com o aumento de empregos formais.

Subsetor Administração Pública – apresentou um aumento de 54% no estoque de empregos comparando o ano de 2017, que registrou 3.082 empregados, com o ano de 2006, quando empregava 2.006 pessoas. Embora este aumento tenha sido menor do que o verificado no estoque total de empregos do município, que foi de 126%, ele foi muito superior ao ocorrido nas três esferas superiores, região, estado e país, que ficaram entre 12% e 19%. Este setor merece destaque também por representar a maior parte de todos os empregos de São João da Barra durante dez dos doze anos estudados. No ano de 2003 este setor foi responsável por 60% de todos os empregos formais do município. Em 2006, último ano antes do início das obras de implantação do Complexo Portuário do Açú, concentrou-se nesse setor a metade de todos os empregos formais do município. No entanto, em virtude da criação de novos postos de trabalho, sendo uma parcela importante deles, em subsetores econômicos inaugurados a partir da implantação do Complexo Portuário

do Açú, pode-se observar uma tendência de perda relativa da importância desse subsetor na constituição do estoque total de empregos em São João da Barra.

Subsetor Econômico Construção Civil - apresentou em São João da Barra um comportamento já descrito na literatura que versa sobre a implantação do Grandes Projetos de Investimentos (GPIs). Inicia-se a oferta de numerosas vagas de emprego com o objetivo de formar a força de trabalho necessária para as obras civis de implantação do GPI que, com a conclusão das obras, é desmobilizada, atingindo, principalmente os trabalhadores menos qualificados, gerando, conseqüentemente, criação de um grande contingente de desempregados. No ano de 2006, ano que antecede o início das obras de implantação do Complexo Portuário do Açú, esse subsetor empregava 281 pessoas. Com o início das obras, em 2007, registrou crescimento contínuo até atingir seu pico em 2013, com 3.294 empregados. A partir de ano de 2014, quando o Complexo Portuário do Açú iniciou suas operações, iniciou-se a desmobilização da força de trabalho empregada nas obras civis. A redução do quantitativo de empregados se manteve nos anos seguintes, chegando no ano de 2017 com 285 empregados nesse setor, retornando assim, ao mesmo patamar existente no ano de 2006, exatamente como descrito na literatura.

Através da análise destes oito subsectores econômicos é possível constatar que a implantação deste grande empreendimento, o Complexo Portuário do Açú, tem influenciado profundamente na mudança e dinâmica do mercado de trabalho de São João da Barra, uma vez que os dados revelam que novos setores produtivos foram desenvolvidos a partir de sua chegada a este município, configurando um processo de criação de novos e numerosos postos de trabalho, em um movimento que se caracteriza pela sua independência em relação ao comportamento da Região Norte Fluminense, do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil.

Outro aspecto que se mostrou relevante nesta transformação do mercado de trabalho deste município foi a evolução da renda média do trabalhador formal, a partir da implantação do Complexo Portuário do Açú. De acordo com os dados que tratam da distribuição dos trabalhadores formais de São João da Barra em faixas salariais de acordo com suas rendas médias, nota-se que houve ampliação na representatividade das faixas salariais mais elevadas no período estudado.

As faixas mais elevadas, que se iniciam com trabalhadores com rendas médias compreendidas entre cinco salários mínimos até 20 salários mínimos, tiveram os maiores crescimentos relativos. Este grupo representou 17,1% de todos

os empregados formais do município em 2017. Em 2006 esse mesmo grupo representava apenas 4,7%. As faixas de remuneração mais elevadas passaram a apresentar os maiores incrementos durante os principais anos de implantação do Complexo Portuário do Açu, que são 2011, 2012 e 2013, e se consolidaram a partir do início das operações portuárias, em 2014.

Em um movimento contrário, a faixa salarial até 2 salários mínimos, onde se concentra a maior parte dos trabalhadores formais, perdeu representatividade. Em 2006, 58% de todos os empregados do município se concentravam nesta faixa. Já em 2017 a representatividade deste grupo foi reduzida para 45%.

Os dados analisados revelam que a chegada desse empreendimento, além de viabilizar a abertura de numerosos postos de trabalho, promoveu um aumento expressivo na renda média dos trabalhadores formais, resultando, em última análise, na criação de empregos de qualidade superior, caracterizados por melhores remunerações, com a garantia de direitos trabalhistas, quando comparados aos existentes antes da chegada do porto.

No que diz respeito ao novo perfil do “empregador”, as análises revelam que o Complexo Portuário do Açu se coloca como força fundamental na transformação do mercado de trabalho, exercendo sua capacidade de atratividade de novos empreendimentos para o seu entorno, confirmando o movimento já descrito na literatura que trata dos GPIs.

Neste estudo doze empresas instaladas no complexo tiveram seus dados de registros analisados e as informações obtidas comprovam a relação direta destas empresas com o aumento do número de empregos formais nesse município. Setores econômicos como “Indústria Extrativa”, do qual fazem parte as empresas Anglo American Chevron e InterMoor; “Indústria de Transformação”, onde encontram-se as empresas National Oilwell Varco (NOV) e Wäertsilä; e “Serviço”, com as empresas Prumo Logística, Açu Petróleo, Oiltanking, Edison Chouest (BPort), Ferroport e TechnipFMC, foram estruturados a partir do início das operações portuárias e a chegada dessas empresas a São João da Barra, proporcionam a criação de novos postos de trabalho, conforme já observado anteriormente.

Na terceira e última dimensão estudada, que trata do perfil do novo “empregado” formal de São João da Barra, também foram identificadas mudanças

relevantes. Nesta análise quatro fatores foram considerados. São eles: faixa etária, gênero, escolaridade e nacionalidade.

Comparando o perfil do trabalhador formal predominante em 2006 com o perfil predominante em 2017, nota-se que, em relação a idade, houve um deslocamento da concentração de trabalhadores do grupo etário de 25 a 29 anos para o grupo etário de 30 a 39 anos. Em relação ao gênero, foi mantida a prevalência do gênero masculino, porém ainda mais acentuada do que a encontrada em 2006. Em relação a nacionalidade, não houve alteração significativa. Em ambos os anos o estoque de empregos é formado por brasileiros, na sua quase totalidade. Mas foi na escolaridade que se observou a maior mudança.

Em relação ao perfil de escolarização dos trabalhadores formais de São João da Barra os dados revelam que, nos últimos dez anos, houve redução no número de empregados nos níveis mais elementares de educação, como Analfabeto e Fundamental Incompleto, e que, por outro lado, ocorreu crescimento no número de trabalhadores nos graus mais avançados de escolaridade, como Médio Completo e Superior Completo. Em 2017, os trabalhadores dos níveis de escolaridade Médio Completo e Superior Completo, representaram aproximadamente 70% de todos os trabalhadores formais do município. Em 2006 estes dois grupos representavam apenas 41%. Ressalta-se que o número de trabalhadores com nível de escolaridade Superior Completo começou a crescer a partir do início da implantação do Porto do Açú, mas foi a partir de 2014, ano de início das operações portuárias no Açú, que se viu os maiores incrementos de trabalhadores formais nesse nível. Destaca-se também o avanço no número de Mestres e Doutores. Enquanto em 2017 foram 98 trabalhadores nestes níveis, em 2006 não existia registro de trabalhadores nestes patamares mais elevados de escolaridade.

Pode-se concluir que esse avanço no nível de escolaridade do trabalhador formal deste município esteja relacionado com as novas empresas instaladas no Complexo Portuário do Açú. Atuando em segmentos de alta tecnologia, estas empresas trouxeram para a região elevadas exigências de qualificação profissional, capazes de sustentar suas operações.

O perfil predominante do trabalhador formal de São João da Barra em 2017 está descrito da seguinte forma:

- i. 33% está concentrado no grupo etário de 30 a 39 anos;
- ii. 63% são homens;

- iii. 70% concentra-se nos níveis mais elevados de escolaridade, Médio Completo e Superior Completo;
- iv. 99,9% é formado por brasileiros.

Cabe salientar que os estudos mostraram que este perfil é semelhante ao perfil predominante do trabalhador formal de Santos. Embora Santos e São João da Barra sejam municípios com características populacionais e econômicas distintas e, portanto, não poderiam ser comparados, ao apresentarem o mesmo perfil predominante do trabalhador formal, isso indica que em São João da Barra esse perfil é definido pelos empregados do Complexo Portuário do Açú.

7 CONCLUSÕES

Este estudo revela que o mercado de trabalho de São João da Barra transformou-se nos últimos dez anos de maneira positiva, baseado na criação de novos postos de trabalho, com qualidade superior aos existentes no passado, muitos deles em setores produtivos não presentes antes no município. Este movimento ganha ainda mais importância por ocorrer em um momento onde o mercado de trabalho nacional apresenta um cenário dramático de desemprego, com sinais de agravamento.

Em dados recentemente divulgados pelo IBGE, mais precisamente em 30 de abril do corrente ano, a PNAD Contínua indica uma taxa de desocupação de 12,7% na população brasileira no trimestre encerrado em março de 2019. Este índice (12,7%) representa um aumento de 1,1 ponto percentual em relação ao trimestre de outubro a dezembro de 2018, que foi de 11,6%, como citado na página 14. Em números absolutos, a pesquisa aponta a existência de uma população desocupada na ordem de 13,4 milhões de pessoas. Trata-se de um crescimento de mais 1,2 milhão de pessoas, frente ao trimestre de outubro a dezembro de 2018, quando se registrava um montante de 12,2 milhões desocupadas. Índices como “subutilização da força de trabalho” e “número de pessoas desalentadas”, também apresentaram pioras no último período avaliado.

Em paralelo a este quadro de desemprego brasileiro, o emprego, no Brasil e no mundo, é uma questão que tem sido debatida em novas bases. Sobre isso, Pastore (1999, p. 258) reafirma que não há dúvidas sobre a transformação que vem ocorrendo globalmente nas relações entre trabalho e emprego, entre empregador e empregado. O modelo tradicional “baseado em emprego fixo, salário fixo, hierarquias pesadas e ativismos sindical morreu”.

O grande desafio para o século XXI, de acordo com Pastore, é a definição de instituições que regulem este novo ambiente do trabalho, muito mais que do emprego, e sejam capazes de garantir “um mínimo de segurança de renda, alguns mecanismos eficientes para cuidar da saúde e previsão de como será a velhice dos trabalhadores e o que acontecerá com a sua família depois de sua morte”.

Mundialmente, esta transformação do trabalho segue fases diferentes na sua consolidação, seguindo, muito provavelmente, o estágio de desenvolvimento econômico de cada região ou país. “Em alguns países está morrendo. Em outros vai

começar a morrer”, como é o caso do Brasil, onde, de acordo com Pastore (1999, p. 259), “no Brasil estamos lutando para passar do mundo da lei para o mundo da negociação. Ou menos do que isso: estamos lutando para manter a lei, e abrir a negociação para quem sabe, pode e quer negociar”.

O que ocorreu em São João da Barra, e parece continuar ocorrendo, foi um movimento que se mostra distante deste modelo de flexibilização do trabalho e muito mais próximo da realidade brasileira, onde, em um país caracterizado por sérias dificuldade econômicas e déficits sociais de profundas consequências, em meio a uma das mais sérias crises de empregos vistas, os trabalhadores reagem em busca do trabalho formal, do salário garantido no fim do mês e dos direitos trabalhistas assegurados através da conquista da tão sonhada “carteira assinada”.

Sobre o município de São João da Barra, é possível afirmar que continuará sofrendo alterações em suas estruturas. O Complexo Portuário do Açu está, conforme mostraram as pesquisas, em pleno desenvolvimento. Com vários projetos planejados e alguns já em fase de implantação, como é caso da Usina Termelétrica Gás Natural Açu (UTE GNA I e II), com previsão para iniciar suas operações em 2021, o mercado de trabalho local continuará em expansão. O cenário atual indica que novos setores produtivos continuarão sendo desenvolvidos, atraindo para este município centenas de trabalhadores.

Neste processo de desenvolvimento, capitaneado pelo Porto do Açu, ocorre, como consequência natural, o impacto na estrutura populacional. Acerca disso, se espera, com grande expectativa, que o Censo de 2020 retrate a realidade da estrutura populacional deste município, pois isso será de fundamental importância no planejamento e aplicação de políticas públicas necessárias para o atendimento das novas demandas exercidas pela poluição ampliada.

Acredita-se que estudos como os realizados nessa dissertação mereçam continuidade para assegurar o conhecimento sobre os rumos do emprego e da estrutura populacional de São João da Barra, tornando possível a viabilização de estratégias que permitam ao município e aos sanjoanenses usufruírem de um futuro que parece se desenhar alicerçado em crescimento econômico, desenvolvimento social e sustentabilidade ambiental.

REFERÊNCIAS

ATLAS do desenvolvimento humano no Brasil. São João da Barra, RJ. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-joao-da-barra_rj. Acesso em: 07 fev. 2019.

BORTOLETO, Elaine Mundim. A implantação de grandes hidrelétricas: desenvolvimento, discursos e impactos. **Revista Geografares**, Vitória, ES, n. 2, p. 53-62, jun. 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1140>. Acesso em: 18 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. 2015. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/rais>. Acesso em: 12 abr. 2019.

CHAGAS, Alcimar das. **Conhecendo a História de São João da Barra**. São João da Barra: [s. n.], 2014. Disponível em: <http://camarasjb.rj.gov.br/alcimar.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2019.

DIEGUEZ, Murilo. **Mapa de acesso logístico do Porto do Açu**. Folha 1, Blog da Coluna, jun. 2015. Disponível em: https://www.folha1.com.br/_conteudo/2015/06/blogs/blogdacoluna/1159314-mapa-de-acesso-logistico-do-porto-do-acu.html. Acesso em: 12 dez. 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Comissão Nacional de Classificação**. Documentação. Documentação CNAE. Disponível em: <https://cnae.ibge.gov.br/?view=divisao&tipo=cnae&versao=7&divisao=20>. Acesso em: 12 fev. 2019a.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua** - Trimestre Móvel outubro a dezembro de 2018. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 18 jun. 2019b.

FUNDAÇÃO CEPERJ. 2019. Disponível em: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/sefaz_ceperj_imagens/Arquivos_Ceperj/ceep/informacoes-do-territorio/cartografia-fluminense/Mapa%20das%20Regi%C3%B5es%20de%20Governo%20e%20Munic%C3%ADpios%20do%20Estado%20do%20Rio%20de%20Janeiro%20-%202019%20-%20CEPERJ.pdf. Acesso em: 10 mar. 2019.

GALERIA Histórica de São João da Barra. São João da Barra, Câmara Municipal. Disponível em: <http://camarasjb.rj.gov.br/camara/galeria-historica/>. Acesso em: 12 dez. 2018.

GRUPO THOQUINO. Disponível em: http://thoquino.com.br/pt/historia_thoquino. Acesso em: 13 fev. 2019.

LOBATO, Fernando. **Subsídios para a História da Câmara Municipal de São João da Barra**. São João da Barra: Câmara Municipal de São João, 2018. Disponível em: <http://camarasjb.rj.gov.br/livrocamara2018.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2019.

MAIA, Dayanne Vieira. **Porto do Açu: uma análise de conteúdo das notícias na mídia impressa regional**. 2016. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, RJ, 2016.

MAIA, Dayanne; PIQUET, Rosélia; SHIMODA, Eduardo. Porto do Açu: uma análise de conteúdo das notícias na mídia impressa regional. **Boletim Petróleo, Royalties e Região**, Campos dos Goytacazes, Ano 15, n. 55, mar. 2017. Disponível em: <https://royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2017/06/Candido-Mendes-artigo-3-N55-Marco-17-1.pdf>. Acesso em: 10 maio 2018.

MONIE, Frédéric; VIDAL, Soraia Maria do S. C. Cidades, portos e cidades portuárias na era da integração produtiva. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 6, p. 975-995, 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122006000600003>. Acesso em: 10 maio 2018.

PASTORE, José. Instituições e trabalho: Qual é a agenda para o século XXI. *In*: CASTRO, Antonio Barros de et al. **O futuro da indústria no Brasil e no mundo: os desafios do século XXI**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 258-262. ISBN 85-352-0512-8.

PIQUET, Rosélia. **Indústria e Território no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. 170 p. ISBN 978-85-7617-138-6

PIQUET, Rosélia. Indústria do petróleo e dinâmica regional: reflexões teórico-metodológicas. *In*: PIQUET, Rosélia; SERRA, Rodrigo (Orgs.). **Petróleo e Região no Brasil: o desafio da abundância**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 15-34. ISBN 978-85-7617-129-4

PORTO DO AÇU. **Terminal Multicargas**. Disponível em: <https://portodoacu.com.br/terminal-multicargas/>. Acesso em: 12 abr. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BARRA. **Por que ir?** Disponível em: <http://www.sjb.rj.gov.br/por-que-ir>. Acesso em: 12 fev. 2019.

PRUMO LOGÍSTICA; SEBRAE. **Catálogo de Fornecedores**. São João da Barra: Comitê de Suprimentos do Complexo Portuário do Açu, 2016.

RANGEL, Hevilmar Carneiro. **Complexo Portuário do Açu: Impacto do empreendimento no Município de São João da Barra**. 2012. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, RJ, 2012.

RANGEL, Hevilmar Carneiro; MATTA, Ludmila Gonçalves da. O Complexo Portuário do Açú e os desafios para a educação em São João da Barra. *In*: Seminário de Integração, 16., 2017, Campos dos Goytacazes. **Anais** [...]. Campos dos Goytacazes: UCAM, 2017. 21 p. Disponível em: <https://seminariodeintegracao.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2018/02/O-Complexo-Portu%C3%A1rio-do-A%C3%A7u-e-os-Desafios-para-a-Educa%C3%A7%C3%A3o-em-S%C3%A3o-Jo%C3%A3o-da-Barra-1.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2018.

SOUZA, Camila Louise; SILVA, Vicente de Paulo. Grandes projetos de investimentos: da construção/destruição de territórios à problemática dos deslocamentos compulsórios. **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 11, n. 34, 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15956/9001>. Acesso em: 20 maio 2019.

TCE/RJ - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Estudos Socioeconômicos**. Disponível em: <https://www.tce.rj.gov.br/estudos-socioeconomicos1>. Acesso em: 14 fev. 2019.

UCAM - UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES. **Info Royals**. Disponível em: <https://inforoyalties.ucam-campos.br/informativo.php>. Acesso em: 14 fev. 2019.

VAINER, Carlos; ARAÚJO, Frederico Guilherme B. de. **Grandes Projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

CAETANO FILHO, E. O papel da pesquisa nacional na exploração e exploração petrolífera da margem continental na Bacia de Campos. *In*: PIQUET, R. (Orgs.). **Petróleo, Royalties e Região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 39-94.

CRUZ, José Luis Vianna. Dinâmica Socioeconômica e Territorial no Estado do Rio de Janeiro Contemporâneo. *In*: GERSCHMAN, Silvia; SANTOS, Angela Moulin S. Penalva (Orgs.). **Saúde e Políticas Sociais no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2016.

DIREM/SUPRC/Gerência de Tarifa e Estatísticas (GETAE). Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP). **Análise do Movimento Físico do Porto de Santos**. Santos: CODESP, 2019. Disponível em: http://intranet.portodesantos.com.br/docs_codesp/doc_codesp_pdf_site.asp?id=125846. Acesso em: 11 fev. 2019.

FREITAS, Bárbara Vieira de; OLIVEIRA, Elzira Lúcia de. Impactos Socioeconômicos da Construção do Complexo Portuário-Industrial do Açú sobre a População e o Território de São João da Barra. **Revista de Geografia – PPGeo**, Juiz de Fora, v. 2, n. 1, p. 1-10, 2012.

LINHARES, Sergio. **História do Estado do Rio de Janeiro**. Disponível em: http://www.inepac.rj.gov.br/application/assets/img/site/Historico_Estado.pdf. Acesso em: 03 set. 2018.

LLOVERA, Joan Alemany. Por um desenvolvimento sustentável da cidade portuária. *In*: COCCO, Giuseppe; SILVA, Gerardo (Orgs.). **Cidades e portos: os espaços da globalização**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

PIQUET, Rosélia Perissé da Silva. **Reestruturação do Espaço Regional e Urbano No Brasil: o papel do Estado e dos grandes investimentos**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1993.

PIQUET, Rosélia Perissé da Silva. Porto do Açú: vetor de crescimento para o Norte Fluminense? **Boletim Petróleo, Royalties e Região**, Campos dos Goytacazes, ano 7, n. 26, dez. 2009. Disponível em: <http://ambientecult.blogspot.com/2009/09/porto-do-acu-vetor-de-crescimento-para.html>. Acesso em: 29 ago. 2019.

PIQUET, Rosélia Perissé da Silva; SHIMODA, Eduardo. De braços abertos: As expectativas quanto aos impactos do Porto do Açú. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 121-137, 2014.

SABOIA, João; LACERDA, Henrique Schmidt dos Reis. **Desconcentração regional e diversificação da indústria no Estado do Rio de Janeiro – 2003/2014**. 2017. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2017/tdieufrij0142017lacierdasaboia.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2019.

STARR, John T. Starr; SLACK, Brian. Porto como porta de entrada: discutindo a concepção tradicional. *In*: COCCO, Giuseppe; SILVA, Gerardo (Orgs.). **Cidades e portos**: os espaços da globalização. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 243-274.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA.
Manual de treinamento dos registros administrativos do MTE Caged e RAIS.
Salvador: SEI, 2010. 64 p. ISBN 978-85-85976-83-5

Disponível em:

http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/caged/manual/manual_treina_mento_caged_rais.pdf. Acesso em: 04 fev. 2019.

TERRA, Denise. Mobilidade populacional e as novas espacialidades urbanas: municípios da Ompetro, Rio de Janeiro (2000-2010). **Revista EURE**, Santiago, Chile, v. 41, n. 123, p. 53-80, mayo 2015.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RJ (TCERJ). **Estudos Socioeconômicos – Municípios do Estado do Rio de Janeiro – São João da Barra** – Edições 2011 e 2017. Disponível em: <http://www.tce.rj.gov.br/>. Acesso em: 14 fev. 2019.

ANEXO A – Terminais offshore e onshore do Porto do Açu

1.Terminal de Minério de Ferro

- *Joint Venture* entre Prumo e Anglo American.
- Contrato de 25 anos com volume garantido de 26,5 mm tons com a Anglo American.
- Capacidade de movimentar 26,5 milhões de toneladas de minério de ferro por ano.
- Operações iniciadas em 2014.
- 4º terminal privado em exportação de minério de ferro em 2017 (Dados ANTAQ).

2.Terminal de Petróleo

- *Joint venture* entre Prumo e Oiltanking.
- Contrato de 20 anos com volume garantido de até 200 mil barris por dia com a Shell.
- Plano de expansão para que o terminal seja capaz de armazenar (até 10 milhões de barris), tratar e misturar petróleo.
- Capacidade licenciada de 1,2 milhão de barris de petróleo por dia.
- Operacional desde 2016 para transbordo de petróleo.
- Contrato de 3 anos com a Galp.

3.Terminal de Combustíveis Marítimos

- *Joint Venture* entre Prumo e BP.
- Terminal importa, exporta, vende, armazena, mistura, distribui e comercializa combustível marítimo.
- Infraestrutura de última geração permite ao porto receber uma variedade de embarcações e atividades, como PSV, Cabotagem e navios de longa distância.
- Em operação desde maio de 2016.

4.Terminal Multicargas

- *Joint venture* entre Prumo e Porto de Antuérpia Internacional.
- Capacidade inicial para movimentar 4 milhões de toneladas de carga.
- Infraestrutura diferenciada (14,5m de profundidade, grande pátio de armazenagem de até 1 milhão m² para dar suporte a operações de transbordo e serviços de feeder ou distribuição do transporte em embarcações menores).
- Terminal privado reduz burocracia e otimiza custos.
- Acesso a rodovia não congestionada. Duas ferrovias incluídas no Plano de Logística e Infraestrutura do Governo Federal.
- Operacional desde 2016.
- Soluções integradas door-to-door.

5.Terminal para serviços integrados para O&G

- Joint venture* entre Prumo e GranIHC.
- Manutenção e reparos navais.
- Hibernação de unidades offshore.
- Construção e integração de módulos e skids.
- 460 m de cais, 17 mil m² de edificações, 30 mil m² de área de cais.

6.Terminal Edison Chouest

- Maior base de apoio offshore do mundo instalada no Porto do Açu.
- Com mais de 250 operações por mês, em 9 berços operacionais.
- Possui 6 berços contratados pela Petrobras e 1 pela Chevron.
- Mais de 1 km de cais e 600 mil m² de área.

7.Terminal NOV

- Unidade de produção de tubos flexíveis para apoio à indústria offshore com 210 metros de frente de cais e 121.905 m² de área total.

8.Terminal Technip

- Fábrica de dutos flexíveis mais moderna do mundo. Localizada em um terreno de aproximadamente 300 mil m², a Flexibrás Açu possui capacidade para produzir tubos de até 22 polegadas de diâmetro interno.

9.Terminal InterMoor

- Irá prestar serviços de ancoragem para plataformas e FPSOs. A unidade conta com 90 metros de frente de cais e 52.302 m² de área total.

10.Wärtsilä

- Possui uma planta de montagem e produção de Grupos Geradores e Propulsores Azimutais no Porto do Açu. A unidade ocupa uma área de 22.193 m² no canal do Terminal 2 e também oferece soluções e serviços nas áreas de energia e propulsão marítima.